

revista

ESQUERDA

PETISTA

# Não basta ganhar. Tem que levar.

As esquerdas brasileiras venceram a eleição presidencial. Mas o lado de lá segue sabotando e ameaçando, além de controlar aspectos fundamentais da economia, da política e até do governo nacional



Progressismo num só país?

Gustavo Codas

PÁGs. 6 a 10



Falta ganhar na política

Roberto Amaral

PÁGs. 25 a 27



Indústria é o nó da questão

Jandyra Uehara

PÁGs. 45 a 48

#3 JANEIRO/2015

ISSN 2358-2413 02

VALTER  
POMAR  
MISCELÂNEA  
INTERNACIONAL

1998-2013

PALAVRA  
DE  
MANO  
ADRIANO  
BUENO

TOMO 1

Wladimir Pomar

Publicação da Editora PÁGINA 13, sob responsabilidade da tendência petista Articulação da Esquerda

PTome  
Partido



REGIÃO

A DIALETICA  
DA HISTÓRIA

Página **PT** 13  
UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO



1-1/2003



1-1/2007



1-1/2011



1-1/2015

Estaremos na  
posse outra  
vez!

Relatório da Comissão da Verdade  
p. 3

Os desafios do PT em Minas  
p. 7 e 9

AE convoca seu Congresso  
pp. 21 e 23

Confira as novas  
publicações da editora

Página **PT** 13  
EDITORA

[www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br)

## EXPEDIENTE

**ESQUERDA PETISTA** é uma publicação da Editora Página 13, sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência do Partido dos Trabalhadores.

### Direção Nacional da AE:

Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Aila Marques (CE), Ana Afonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (MG), Denise Cerqueira Vieira (TO), Denize Silva de Oliveira (MS), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Joel Almeida (SE), Jonatas Moreth (DF), José Gilderlei (RN), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia Maria Barroso Vieira (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Marco Aurélio Moreira Rocha (MG), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Rafael Tomyama (CE), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Teresinha Fernandes (MA), Ubiratan Félix (BA), Valter Pomar (SP).

### Comissão de ética nacional:

Eleandra Raquel Koch (RS), Rodrigo César (SP) e Wagner Lino (SP).

### Editor: Valter Pomar

(pomar.valter@gmail.com)

**Colaboraram nesta edição:** Adriana Miranda, Edma Walker, Rodrigo César e Wilma dos Reis Rodrigues

**Diagramação e projeto gráfico:** Movimento Web&Artes Gráficas / Cláudio Gonzalez

### Secretaria: Edma Walker

(edmawalker@gmail.com)

### Endereço para correspondência:

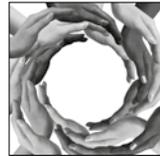
R. Silveira Martins, 147 conj. 11, São Paulo (SP), CEP 01019-000

EDITORA

**Página 13**

## EDITORIAL

O que falta fazer



3

## INTERNACIONAL

Dilemas do progressismo em um só país

Gustavo Codas



6

## NACIONAL

Encruzilhada petista

Breno Altman



11

Reforma política: prioridade em 2015

Bruno Elias



15

## BALANÇO

Comemoração e luta

Resolução aprovada pela direção nacional da Articulação de Esquerda



19

Vencemos as eleições. Falta ganhar a política

Roberto Amaral



25

Da representativa à participativa

Vagner Freitas



28

O voto da juventude: um passado pela frente?

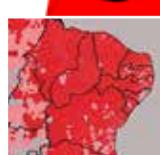
Rodrigo Cesar



31

As razões do Nordeste

Múcio Magalhães e Antonio Pessoa (Zico)



36

## 2015 E DEPOIS

A hora da estratégia

Iole Iliada



38

Qual economia?

Wladimir Pomar



41

O nó está na indústria

Jandyra Uehara



45

Qual reforma urbana?

Marcel Frison



49

Qual agricultura?

Entrevistou com Irene Maria Cardoso



53

Qual governabilidade?

Rubens Alves e Wanderson Mansur



56

Radicalizar na luta por direitos

Iriny Lopes



61

O ódio no horizonte

Lena Azevedo



63

## PARTIDO

O que falta?

Projeto de resolução apresentado pelo Coletivo Nacional de Formação



66

PT 35 anos

Carlos Henrique Menegozzo



75

78 ..... AGENDA

2015: Debate e Luta

Adrielle Manjabosco



# O que FALTA FAZER

**E**squerda Petista conclui seu primeiro ano de vida, reafirmando os propósitos expostos no editorial de nossa primeira edição: ser um espaço para o debate de maior fôlego ideológico, teórico, programático e estratégico.

Esta edição, por exemplo, aborda sob diversos aspectos o que constitui uma das tarefas principais da esquerda brasileira, em 2015 e adiante: completar o que não foi feito em 2014. Ou seja: criar as condições para um segundo mandato Dilma que seja superior ao primeiro. Tarefa que como todos sabem, é dificultada pela conjuntura econômica internacional, pelo comportamento do grande capital aqui instalado, pela agressividade da oposição, mas principalmente pelo espírito conciliatório que domina o raciocínio estratégico de grandes setores da esquerda brasileira.

*Esquerda Petista* conclui seu primeiro ano reafirmando, também, o compromisso de ser uma revista editada sob responsabilidade da tendência petista Articulação de Esquerda, mas aberta a militantes de esquerda que não são integrantes de nossa tendência. Lembrando sempre que cada autor é responsável pelo que escreve e suas posições não necessariamente coincidem com as nossas.

2015 será um ano de intensa luta política e social, mas também de muito debate, a exemplo dos congressos do Partido dos Trabalhadores, da Central Única dos Trabalhadores, da União Nacional dos Estudantes e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Lutaremos para que este debate contribua para retomar -- não apenas como discurso, mas como prática -- uma orientação antiga e atual: para transformar o Brasil, é preciso combinar ação institucional, mobilização social e organização partidária, operando uma verdadeira revolução cultural no modo de fazer política das classes trabalhadoras.

Os problemas do mundo, do Brasil e do PT são imensos. Mas é possível superá-los, se buscarmos as soluções não em indivíduos geniais, mas no coletivo, mais exatamente na conscientização, organização e mobilização da classe trabalhadora. E se adotarmos, no lugar da conciliação que tanto atrasa nosso país, uma postura de enfrentamento com aqueles setores políticos e sociais contrários à soberania, à democracia e à igualdade. Nesse espírito, aliás, publicamos na contracapa desta edição a lista de criminosos formatada pela Comissão Nacional da Verdade.

*Esquerda Petista* é do time dos que não perdem a esperança, a cabeça e muito menos o bom humor. Na edição anterior já alertávamos que a burguesia não nos faltaria e ela não nos faltou. E agora reafirmamos que venceremos. Mesmo que às vezes pareça ser contra quase tudo, contra quase todos e contra a maioria de nós mesmos, venceremos.

*Os editores*

**ps.** No dia 10 de fevereiro circulará a edição impressa de *Esquerda Petista*, incluindo além do que está nesta edição digital, um balanço da posse e do ministério nomeado pela presidenta Dilma.



**FORA  
BOLSONARO**

Carlos Latuff  
<http://latuffcartoons.wordpress.com>

# DILEMAS DO PROGRESSISMO em um só país

■ *Gustavo Codas*

As crises do capitalismo desenvolvido são oportunidades para as periferias do capitalismo. Mas **aproveitar essas oportunidades** depende da ação política das forças que lideram os processos

**E**m 2007-2008 o capitalismo desenvolvido sofreu sua maior crise desde aquela de 1929, que foi a maior da sua história. Partindo dessa constatação – praticamente consensual entre analistas de todos os matizes ideológicos – a esquerda latino-americana deve buscar respostas a pelos menos quatro questões: Terminou a crise? Caso a resposta anterior seja “não”, quais as condições que o capitalismo desenvolvido tem para superar a crise? Quais impactos tem tido essa crise, cujo epicentro foi o capitalismo desenvolvido, sobre as outras regiões? E, finalmente e mais importante, em esse contexto, é possível um projeto progressista em um só país latino-americano?

## Ainda a crise

Se a analisarmos não como uma conjuntura curta, mas como expressão de uma mudança de período no desenvolvimento capitalista, é muito cedo para uma conclusão definitiva sobre se a crise terminou, ou não. Isso é mais certo ainda

porque à diferença daquela de oito décadas atrás, na crise de 2008 os governos do capitalismo do Norte intervieram pesadamente com recursos públicos para salvar bancos e empresas privadas. Isso obviamente atenuou seu impacto e evitou o colapso; mas eliminou suas raízes e sua dinâmica?

Atualmente, há sinais de recuperação do crescimento da economia norte-americana, ao tempo que Europa e a periferia emergente ou estão estagnadas ou não retomam o ritmo de crescimento pré-crise. Alguns analistas apostam em um período longo de baixo crescimento global.

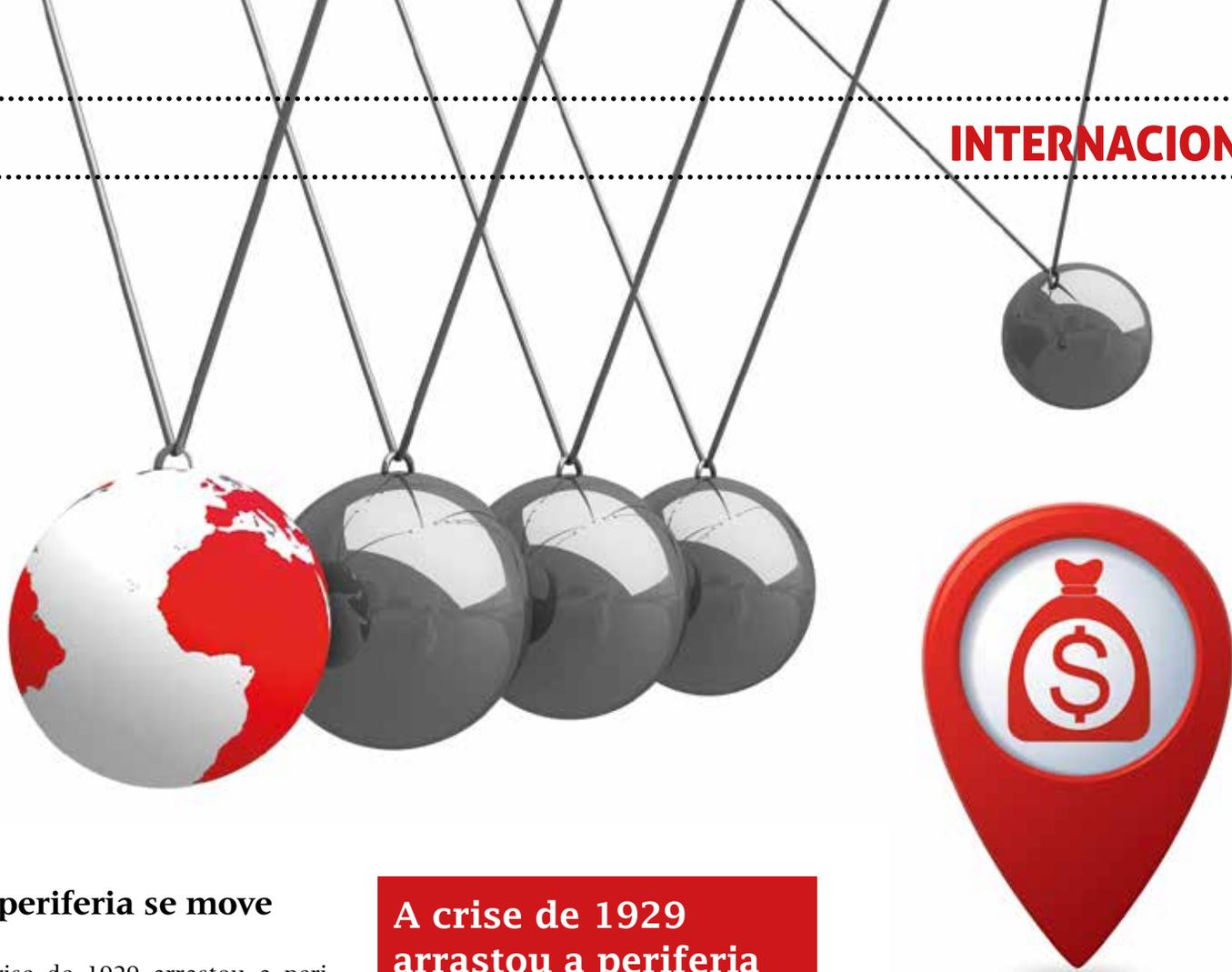
O que não parece ter resposta mais contundente é sobre o que se assentaria um novo ciclo de expansão capitalista. O anterior – que terminou em 2008 – se ergueu sobre três vitórias do capital sobre o trabalho no mundo: os ataques aos trabalhadores e o Estado de Bem-estar no capitalismo do Norte nos anos 1980-90; as transições da ex-URSS, o Leste Europeu, Vietnam e a China a formas diversas de

capitalismo nos anos 1990-2000; e o neoliberalismo no Sul do mundo, sobretudo na América Latina, nos anos 1980-90.

Esses avanços do capital vieram precedidos desde os anos 1970 e acompanhados, ao longo das décadas seguintes, por uma expansão impressionante do capital financeiro especulativo que se beneficiou da liberalização que os estados (a começar os EUA) concederam a seus mercados financeiros, quebrando acordos regulatórios do pós-Segunda Guerra Mundial.

Foi sobre essa base econômica que as novas tecnologias ajudaram à recuperação econômica do capitalismo desenvolvido que tinha sido atingida por uma crise profunda nos anos 1970. Mas agora nem há uma nova revolução tecnológica em curso, nem mudanças do vulto daquelas três que permitiram recuperar margens de lucro e ampliar mercados para o capitalismo desenvolvido nas décadas anteriores. A crise financeira de 2007-2008 teria sido a expressão última do esgotamento desses três impulsos.





## A periferia se move

A crise de 1929 arrastou a periferia capitalista ao redor do mundo. A economia brasileira sofreu fortemente suas consequências. Porém, como identificaríamos tempo depois os estudiosos da dependência (entre outros, Raul Prebisch e André Gunder Frank), o enfraquecimento do capitalismo central, ampliado em seguida pela eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-45), criou condições para o surgimento do primeiro ciclo desenvolvimentista em diversos países latino-americanos, sob liderança do populismo (entre outros Cárdenas em México, Perón na Argentina e Vargas no Brasil).

Aquele período marcou também a transição definitiva da hegemonia inglesa para a dos EUA no cenário internacional (hegemonia bloqueada parcialmente desde finais da Segunda Guerra Mundial pela existência da URSS e seu campo de aliados).

**A crise de 1929 arrastou a periferia capitalista ao redor do mundo. Porém, como identificaríamos tempo depois os estudiosos da dependência, o enfraquecimento do capitalismo central, ampliado em seguida pela Segunda Guerra, criou condições para o surgimento do primeiro ciclo desenvolvimentista em diversos países latino-americanos**

A crise de 2008 coincidiu com as dificuldades e dores do parto de uma nova ordem mundial que busca contestar a hegemonia norte-americana unipolar, exercida com o apoio de seus aliados europeus desde o fim da URSS em 1991.

Nos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul) há muito mais que uma sigla ou “marca”. São países com grandes populações, extensões de terra e recursos naturais e economias. Em diferentes pontos do planeta buscam construir espaços fora do controle hegemônico norte-americano. São governos que com diversas agendas buscam a gestação de uma nova ordem, onde tenham mais peso geopolítico demandas que são contraditórias com aquele centro capitalista desenvolvido, e que não seriam conseguidas sob a atual hegemonia. Difícil acre-

ditar que uma disputa desse volume se resolva em um prazo curto e em conversações amenas no G20 (espaço que reúne líderes da hegemonia questionada com os governos dos países questionadores dela).

A criação do Banco dos BRICS e outras iniciativas dos países do grupo buscam apoiar centros dinâmicos alternativos aos da hegemonia norte-americana, que mesmo em declínio econômico (medido, por exemplo, pela participação do PIB dos EUA no produto global) ainda mantém a liderança em matéria tecnológica, militar e ideológica (o *american way of life*) no mundo.

O neoliberalismo foi desde os anos 1970 o programa e a ideologia impulsionados pelo capital financeiro especulativo. Avançou ao redor do planeta nas décadas seguintes até encontrar seu limite na crise de 2007-2008. Assim, esta foi genuinamente uma crise do neoliberalismo, mas trará como resultado sua superação política?

No Brasil – e outros países da região – há heranças duradouras desse período: o aumento do grau de abertura da economia às importações e um padrão de consumo predatório de estilo *american way of life* estendido a largas camadas da população, entre outras. Isso quer dizer que não contamos com as ferramentas do protecionismo econômico tradicionais – possíveis de aplicar sem maiores questionamentos até os anos 1970. Hoje, qualquer projeto alternativo ao neoliberal deverá se desenvolver em um contexto de concorrência direta com o mercado mundial. Esse parece ser justamente um dos desafios centrais às experiências dos governos progressistas latino-americanos.

### Saída nacional ou integração regional?

Os governos progressistas fizeram, com as políticas sociais e econômicas implementadas, que o crescimento econômico estivesse ancorado na expansão dos mercados internos de massa, além das exportações ao mercado mundial.

A ciência social entende sempre tarde as novas realidades, nas palavras dos clássicos “a ave de Minerva levanta voo ao entardecer”. Mas a ciência social latino-americana neste caso está demorando demais! Quinze anos depois de iniciado o ciclo pro-



Quinze anos depois de iniciado o ciclo progressista com a vitória eleitoral de Hugo Chávez na Venezuela (dezembro, 1998), a ciência social latino-americana somente conseguiu verificar o que há de “repetição” do antigo ciclo populista-desenvolvimentista na forma do “neoextrativismo”, mas **pouco tem analisado as outras dimensões do fenômeno atual**



gressista com a vitória eleitoral de Hugo Chávez na Venezuela (dezembro, 1998) somente conseguiu verificar o que há de “repetição” do antigo ciclo populista-desenvolvimentista na forma do “neoextrativismo”, mas pouco tem analisado as outras dimensões do fenômeno atual.

Encontramos em uma entrevista à economista Maria da Conceição Tavares (uma cepalina heterodoxa) algumas reflexões que seria útil continuar<sup>1</sup>. Ela afirma que o atual ciclo sob governos progressistas no Brasil, mas talvez pudéssemos alargar para outros países, não seria mais “desenvolvimentista”, mas busca construir uma “democracia social”. Indo

mais longe que ela, o economista que viu com mais clareza os termos da disputa foi o neoliberal Chico Lopes quem afirmou: “Eu chamaria essa concepção de política econômica do governo do PT de socialista” (*Valor Econômico*, 16/01/14).

Se o desenvolvimentismo anterior estava ancorado em expectativas com a industrialização tardia, a democracia social tem seu foco principal nas políticas de melhoria dos níveis e distribuição da renda da população. No Brasil, podemos apontar o Bolsa Família, mas sobretudo a formalização do mercado de trabalho que amplia a cobertura de direitos sociais, as negociações coletivas com ganhos salariais reais (por cima da inflação) e o acesso ao crédito para largos setores antes excluídos, entre outras medidas. Isso alavancou o “modelo petista” de “distribuir para crescer”, impulsionando o mercado interno com a incorporação de amplos estratos sociais antes empobrecidos ao consumo (que os equipara à “classe média” nesse quesito, ainda que não nos outros).

Agora, como sustentar esse aumento do “custo [do trabalho no] Brasil”, que é como empresários e economistas neoliberais entendem o fenômeno, em um contexto de país aberto ao mercado globalizado? Anteriormente à globalização neoliberal, até os anos 1970, as políticas protecionistas garantiam os mercados internos para a industrialização via substituição de importações. Como continuar agora o processo de industrialização, quando a globalização faz com que os menores custos obtidos em qualquer lugar do planeta, mas provavelmente na Ásia, definam a viabilidade do investimento em muitos setores manufatureiros em um determinado país?

Três dos grandes países que têm implementado políticas progressistas – Argentina, Brasil, Venezuela – enfrentam hoje fortes restrições no mercado inter-

nacional, expressas através de suas contas externas, na pressão sobre suas moedas, processos de desindustrialização por substituição da produção interna por importações, ameaças das agências internacionais de avaliação de riscos, dificuldades de financiamento externo e/ou dificuldades fiscais. É verdade que essas três experiências nacionais – lideradas pelo kirchnerismo, pelo PT e pelo chavismo, respectivamente – provavelmente têm mais diferenças políticas, econômicas e sociais que semelhanças. Mas se identificam nas tentativas do Estado e da Democracia avançar sobre o Mercado, isto é, da sociedade através das instituições da democracia representativa impor limites e compromissos aos capitais nacionais e internacionais. A disputa política liderada pelas direitas de cada país na presente conjuntura é para reverter esse quadro, fazer retroceder o Estado e a Democracia frente ao Mercado.

Também essas experiências têm em comum a perspectiva da integração regional como alternativa à inserção subordinada à hegemonia norte-americana. Nas recentes eleições brasileiras, as duas principais candidaturas opositoras à reeleição da presidenta Dilma, a do Aécio (PSDB) e a da Marina (Rede/PSB), expunham claramente sua intenção de voltar a roda da história atrás e recolocar o Brasil na trilha da derrotada ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), enterrada em Mar del Plata em finais de 2005 por Kirchner, Lula e Chávez.

Reverter o projeto da “democracia social” e voltar ao “pátio traseiro” dos EUA são duas caras da mesma moeda do neoliberalismo e do unilateralismo norte-americano.

Justamente o principal nó desses processos progressistas é difícil de ser desatado, devido ao atraso na construção da integração regional de suas economias.



Na recente reunião em Quito (dezembro de 2014) voltou a se prometer o início das operações do Banco do Sul. As transações comerciais entre países da região sem uso do dólar estão aprovadas em vários casos, mas tem tido difícil implementação. Há acordos tecnológicos – como entre Argentina e Brasil na área nuclear – mas ainda são em poucos setores e de pouco impacto econômico-social. A criação do Conselho de Defesa da UNASUL foi um passo adiante decisivo para começar a sair do “pátio traseiro” do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca)<sup>2</sup>, mas ainda falta cumprir sua agenda de aproximação das estratégias de defesa.

Os ritmos das agendas progressistas e de construção de um mundo multipolar são diferenciados. O dos processos internos em cada país e o das possibilidades de avançar na integração regional, também. Mas não há outras alternativas senão uma construção regional, supranacional, de um projeto progressista<sup>3</sup>. E ele necessariamente vai ser – como em Mar del Plata 2005 – em oposição à decadente hegemonia norte-americana.

As crises do capitalismo desenvolvido são oportunidades para as periferias do capitalismo. Mas aproveitar essas oportunidades depende da ação política das forças que lideram os processos. Os populismos latino-americanos não foram capazes de sair de suas fronteiras nacionais em meados do século passado. Serão as forças progressistas e de esquerda latino-americana do Foro de São Paulo, que governam importantes países na região, capazes de superar a tentação de ficar presas ao progressismo em um só país?

**GUSTAVO CODAS** é mestre em relações internacionais e doutorando em energia



### NOTAS

- 1 Ver em: <http://jornalggn.com.br/noticia/conceicao-o-fim-do-desenvolvimentismo-e-a-democracia-social>
- 2 TIAR: tratado assinado em 1947 no Rio de Janeiro, pelo qual os EUA e os países da região comprometiam uma ação militar conjunta caso um país fosse atacado por uma potência estrangeira (se supunha que seria a URSS). Quando em 1982 a Inglaterra atacou a Argentina nas Malvinas, os EUA, violando o TIAR, apoiou o agressor externo.
- 3 Ver uma explicação mais ampla em nosso artigo de 2006: <http://www.contextolatinoamericano.com/articulos/america-latina-integracion-regional-y-luchas-de-emancipacion/#>

# Encruzilhada PETISTA

■ Breno Altman

O reposicionamento das relações do PT com o governo deveria ser procedido à luz da contradição entre as reformas imprescindíveis para relançar o projeto democrático-popular e a correlação desfavorável de forças nas instituições do Estado

**O**s partidos políticos, na tradição conservadora brasileira, dificilmente passam de máquinas ou legendas eleitorais, cuja vinculação com o Estado é ditada pela relação de troca, entre apoio parlamentar aos governantes que elege e condições de reprodução, tanto políticas quanto materiais, para as próprias agremiações e seus chefes.

A burguesia brasileira, particularmente no período posterior à ditadura, foi construindo ou ocupando outros espaços para disputar a direção programática dos governos, os valores predominantes na sociedade e o comando das operações políticas de envergadura.

O principal destes instrumentos, sem dúvida, é a rede de comunicação, controlada por monopólios de imagem, som e escrita. A interface entre esses veículos e as grandes corporações empresariais, ao mesmo tempo principais anunciantes da mídia e maiores financiadoras de campanhas eleitorais, constituem o núcleo duro da hegemonia burguesa, ao redor do qual orbitam partidos e políticos da classe.

A vitória do Partido dos Trabalhadores, em 2002, poderia ter representado um triplo desafio a esse sistema de poder.

A primeira perna deste possível enfrentamento estava – e continua – na possibilidade de mudar drasticamente o modelo eleitoral. Sem doações empresariais e com voto em lista, poderia haver elevação da densidade político-ideológica e fortalecimento dos partidos.

Poucas seriam as chances de sobrevivência para organizações sem células mobilizadas no país, incapazes de fazer o confronto de projetos e desprovidas de canais para representar interesses sociais consolidados.

O segundo termo desta oportunidade histórica vislumbrava-se na democratização dos meios de comunicação, através de sua regulação econômica, de caráter antimonopolista.

A expansão dos instrumentos de imprensa, demolindo o poderio das oligarquias familiares, criaria outro ambiente para a batalha de ideias e informações, marcado pela diversidade, ao contrário da pasteurização atual, de natureza classista e autoritária.

O terceiro e último elemento seria a emergência, como partido governista, de uma associação capaz de formular pro-

postas, organizar o embate por sua legitimação e mobilizar os setores desejosos de efetivá-las.

O PT poderia ter virado de avesso o destino manifesto dos partidos oficialistas, qual seja, a concorrência por cotas de poder nas entranhas do Estado.

A verdade é que, a princípio, nenhum destes passos foi tentado.

Antes de mais nada, porque a reforma política e a regulamentação da mídia foram claramente colocadas em segundo ou terceiro plano, quando não simplesmente em algum arquivo morto.

Mas também o cotidiano petista esteve regido pelo tradicionalismo.

Aceitou-se que a articulação e a vocalização da política deveria ser feita quase exclusivamente pelo governo. Ao partido caberia, fora dos períodos eleitorais, garantir a unidade e a disciplina de suas bancadas, a defesa pública incondicional dos atos administrativos e o convencimento de segmentos eventualmente descontentes.

O PT era, neste desenho, uma espécie de braço parlamentar do poder executivo.

Tal fórmula, de estatização do partido, já seria custosa em uma administração monocolor. Distintas experiências históricas nos ensinam que essa receita leva ao esvaziamento do debate interno, ao distanciamento dos movimentos populares, ao desprestígio junto à intelectualidade e à burocratização geral da vida partidária.

O cenário piora, contudo, quando estamos tratando de gestão multipartidária, especialmente quando os demais sócios não respeitam a mesma disciplina do partido ao qual pertence o presidente da República.

O PT, enclausurado no governo, viu-se em situação passiva diante de agremiações coligadas, que se jogavam abertamente na defesa de medidas que atendiam às frações sociais que representam, articulando-se com os poderes fácticos da república.

**A partir das manifestações ocorridas em junho de 2013 e da última campanha presidencial, ficaram evidentes os problemas da opção político-organizativa que prevaleceu desde 2003, mas cujas origens poderiam ser rastreadas em tempos anteriores**

Sem vida autônoma, o partido aguardava, nas questões mais relevantes, que o Palácio do Planalto ou a Esplanada dos Ministérios tomassem posição, para adotá-la imediatamente como invenção coletiva e cerrar fileiras a seu favor.

Parecia haver acordo tácito, pelo qual os petistas renunciavam a qualquer pugna pública na determinação de políticas estatais.

Formatava-se, assim, dinâmica de negociação na qual o governo estipulava proposições ou encaminhamentos a partir da sondagem de qual seria o mínimo denominador comum com aliados políticos, empresariais ou até religiosos.

Raramente o conflito precedia a formação de consenso. Abdicava-se de aproximar a concertação de concepções historicamente advogadas pela esquerda, o que somente seria possível através de disputa mobilizada na sociedade.

Importante exceção, e vitoriosa, foi a discussão sobre o marco civil na internet. Mas poucas foram as vezes que se estabeleceu o enfrentamento como conduto para pactos mais corajosos entre os agrupamentos que compõem o gabinete e as classes ali representadas.

Engolido pela engrenagem institucional, o PT perdeu muito de sua seiva. Adquiriu vários dos hábitos e vícios das legendas burguesas, além de ter feito opção preferencial pela retaguarda.

Os efeitos mais sensíveis foram o descolamento em relação à vida e às lutas das massas, o atrofiamento da capacidade formuladora, a renúncia à formação de quadros para além de tarefas estatais e o predomínio do cretinismo parlamentar como cultura política.

Não se pode esconder que este enfraquecimento político-ideológico também relaxou o controle interno sobre práticas financeiras, afetando a imagem pública do petismo.

A boa notícia é que o partido vem concluindo, devagar e sempre, sobre o fracasso desta receita de funcionamento. Ainda que sem clara linguagem autocrítica, o que seria mais pedagógico, várias resoluções partidárias têm sugerido a adoção de outra forma de relacionamento com o governo.

A partir das manifestações ocorridas em junho de 2013 e da última campanha presidencial, ficaram evidentes os problemas da opção político-organizativa que prevaleceu desde 2003, mas cujas origens poderiam ser rastreadas em tempos anteriores.

Esta situação, no entanto, não deve ser encarada por viés administrativo, pois é política sua natureza.

Durante longo tempo foi possível a convivência entre um partido de bastidores e reformas baseadas no reordenamento orçamentário, alavanca para um

modelo de desenvolvimento amparado na inclusão social e na ampliação do mercado interno.

Quando a luta de classes evolui em ambiente de baixo atrito, expressando conflito distributivo que não afeta diretamente a renda do capital, lastreado pelo crescimento da economia, pode-se imaginar estratégia que evite tensões eventualmente arriscadas.

Associada à necessidade de alianças parlamentares fora do campo popular e até com grupos conservadores, esta orientação de moderação dos conflitos ganhou mais corpo, tendendo à redução da política como arte da negociação.

Concorde-se ou não com esta concepção, deve-se reconhecer certa harmonia entre a linha geral na direção do Estado e o papel desempenhado pelo PT.

Claro que o partido poderia ter agido de maneira distinta, patrocinando agenda mais avançada sem violar a estratégia estabelecida, inclusive com resultados melhores, mas definitivamente não foi o caso.

O segundo governo da presidente Dilma Rousseff, porém, desponta sob o esgotamento deste primeiro e bem-sucedido ciclo de reformas, cujos sinais passaram a ser politicamente visíveis nos últimos quinze meses.

Novos e importantes avanços passaram a depender de mudanças estruturais.

O processo inaugurado em 2003 pode ser paralisado ou mesmo regredir sem a democratização do Estado, o enxugamento da renda financeira dos fundos privados, a consolidação do regime de partilha do pré-sal, a aceleração da integração latino-americana e a adoção de um sistema tributário progressivo, entre outras medidas de fundo.

Tais modificações são indispensáveis para que se possa destravar o desenvolvimento e financiar a melhoria e ampliação dos serviços públicos, a conquista de mais



direitos sociais e o aprofundamento dos programas distributivos.

O reposicionamento das relações do PT com o governo, portanto, deveria ser procedido à luz da contradição entre as reformas imprescindíveis para relançar o projeto democrático-popular e a correlação desfavorável de forças nas instituições do Estado.

Muitos militantes e dirigentes abordam esta disfunção através da aritmética: se não temos forças suficientes, particularmente no parlamento, só nos resta resistir ou mesmo recuar, para preservar conquistas anteriores.

Abordagem um pouco menos assustada chegaria a outra conclusão.

Se as realizações dos últimos doze anos não são mais suficientes para expandir a base do petismo, como se pode concluir a partir das últimas eleições, é fácil prever o que ocorreria se hipóteses como o congelamento ou o retrocesso fossem levadas à prática.

Ainda que a liderança presidencial seja decisiva para forjar condições políticas que permitam o nascimento de uma nova maioria, capaz de implementar as mudanças elencadas, a reinvenção do PT seria fundamental para ultrapassar obstáculos próprios de um bloco histórico que é governo, mas sem hegemonia no Estado e na sociedade.

O partido precisaria extrair as devidas consequências do que vem a ser uma política de coalizão pluripartidária e policlassista. Não deveria conceber como sua incumbência primordial a arbitragem de interesses, mas o esforço para elaborar propostas, estabelecer alianças e conquistar apoio público que viabilizem posições de esquerda dentro do gabinete e do Congresso.

A superação da governabilidade estritamente institucional, que tranca as iniciativas mais audaciosas e restringe a ação política ao veto de aliados, pressupõe a ressurreição da pressão social organizada como ferramenta de poder.





A reconstituição de um bloco progressista, formado por partidos e movimentos, com capacidade de ação comum e plataforma unificada, tem valor estruturante para **defender as reformas e inverter a correlação de forças.**

Uma dos requisitos desta renascença é a reconversão do PT em partido orgânico dos pobres da cidade e do campo, dos intelectuais, da juventude, das camadas médias favoráveis à transformação do país.

Obviamente isso não significa abandonar ou subestimar as atividades de governo, legislativas ou administrativas. Mas indica a necessidade de recuperar elaboração programática autônoma, refazer vínculos com o mundo da cultura e do trabalho, reintegrar a luta institucional com as batalhas sociais.

O epicentro desta movida está em estabelecer um novo programa, vertebrado pela reforma política e a regulação econômica dos meios de comunicação, mas apontando também soluções para outros graves problemas do país.

O fomento de uma agenda para o presente e o futuro talvez seja a principal via de renovação da frente popular que veio sendo forjada desde os anos oitenta. Deve-se admitir que a absorção do PT pela institucionalidade foi decisiva para a fragmentação e o esvaziamento desta aliança estratégica.

A reconstituição de um bloco progressista, formado por partidos e movimentos, com capacidade de ação comum e plataforma unificada, tem valor estrutu-

rante para defender as reformas e inverter a correlação de forças.

Mas seu vigor tem na autonomia relativa diante do governo um dos principais pilares.

Não se trata apenas de criar uma corrente de opinião que sirva de alicerce à administração federal diante da escalada conservadora. Ainda que essa tarefa não deva ser subestimada, a esquerda precisa de instrumentos que também permitam disputar os rumos do próprio governo.

Para estar a altura destes desafios, o PT precisa se resolver diante da mais delicada encruzilhada de sua existência.

Curiosamente a equação pode ser colocada de forma semelhante à que se fazia nos primórdios petistas: o partido é tático ou estratégico?

Um partido tático pode se limitar a projeto de melhorias sociais, nos marcos de uma organização política e econômica que permaneça imutável, da qual se apresenta e atua como ala esquerda, mas constangido por um pacto de conservação.

Um partido estratégico incorpora as tarefas de governo, determinadas por realidades concretas, a um plano de transformação da ordem, enraizado no objetivo de constituir as classes populares como direção do Estado e da sociedade.

A frase vem das origens do movimento socialista e esteve presente no congresso fundacional do PT, mas mantém seu poder de síntese:

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

**BRENO ALTMAN** é jornalista

# REFORMA POLÍTICA: prioridade em 2015

■ *Bruno Elias*



Temos o desafio de construir uma ampla unidade sobre o próprio conteúdo da reforma política. A partir das campanhas e iniciativas em curso na sociedade, será preciso priorizar mudanças imediatas, que incidam já nas eleições de 2016

**A** reforma política foi um dos principais compromissos do programa que reelegeu Dilma presidenta. Democratizar o poder, ampliar a participação popular e enfrentar o domínio do poder econômico sobre o sistema político são tarefas fundamentais para um segundo mandato superior, voltado para as reformas democráticas e populares.

Desde as manifestações de junho de 2013, quando a presidenta Dilma propôs um plebiscito sobre a convocação de uma constituinte exclusiva para a reforma política, a disputa sobre os rumos e o conteúdo destas mudanças foi retomada com novo vigor.

Ao longo de toda a campanha, a candidata do PT defendeu a reforma política como parte do enfrentamento à corrupção e a realização de um plebiscito em que a população fosse consultada sobre as principais mudanças a serem realizadas.

Enquanto Aécio e Marina se limitaram a apoiar propostas como a unificação do calendário eleitoral, o fim da reeleição e o voto distrital, Dilma defendeu a parti-

cipação popular, a proibição do financiamento empresarial de campanha, o fim das coligações nas eleições proporcionais, a paridade de gênero e eleições proporcionais em dois turnos.

Ao mesmo tempo, a sociedade rompeu o cerco que limitava as discussões sobre a reforma política ao parlamento, à mídia, ao judiciário e aos governos. A realização do plebiscito popular pela Constituinte Exclusiva e Soberana do sistema político, impulsionado por movimentos sociais, partidos de esquerda e organizações populares, mobilizou - a despeito do silêncio dos grandes meios de comunicação - centenas de comitês, milhares de ativistas e o apoio de quase oito milhões de pessoas em todo o país.

## **Congresso conservador, poder econômico e subrepresentação popular**

Embora o campo democrático e popular tenha vencido as eleições presidenciais, prevaleceu no resultado eleitoral da

maioria dos estados e do Congresso Nacional o poder econômico, a redução da representação dos setores populares e a ampliação das bancadas conservadoras.

Com um custo estimado em quase 5 bilhões de reais, as eleições de 2014 foram as mais caras da nossa história, de acordo com levantamento do jornal Folha de São Paulo a partir das prestações de contas enviadas ao Tribunal Superior Eleitoral.<sup>1</sup>

As empresas foram responsáveis pela maior parte deste financiamento. Para as eleições da Câmara dos Deputados, por exemplo, um pequeno número de corporações que foram as maiores financiadoras - como a JBS, o Bradesco, o grupo Vale, o Itaú, a OAS, a Ambev, a Andrade Gutierrez, a Odebretch, a UTC Engenharia e a Queiroz Galvão - fizeram doações para 70% dos deputados eleitos em 2014.<sup>2</sup>

Outra marca das eleições e do próximo Congresso é a acentuada pulverização partidária, com a representação na Câmara dos Deputados passando de 22 para 28 partidos. A permissividade com as coligações nas eleições proporcionais, possibili-

tando alianças sem coerência ideológica e programática, acentuaram esta dispersão e a distorção entre os eleitos e a vontade popular.

A combinação de vários desses fatores resultaram, de acordo com o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), na eleição do Congresso Nacional mais conservador desde a redemocratização.

Por um lado, aumentou o número de deputados eleitos ligados aos ruralistas (257), empresários (190), militares/policiais (55) e religiosos (52). De outro, caiu o número de parlamentares ligados aos trabalhadores e aos temas sociais (apenas na Câmara, a frente sindical deve cair de 83 para 46 deputados). Partidos de esquerda também tiveram suas bancadas reduzidas em relação à 2010, como a do PT, que caiu de 88 para 70 deputados e a do PCdoB, que passou de 15 para 10 parlamentares.<sup>3</sup>

Além disso, persiste a subrepresentação das maiorias populares. Passados 80 anos desde a eleição da primeira mulher ao cargo de deputada federal no Brasil e com as mulheres correspondendo a mais da metade da população brasileira, a bancada de deputadas cresceu apenas 10% em relação a 2010, passando de 46 para 51 deputadas (9,9%); no Senado, dos 27 eleitos somente 5 são mulheres, totalizando 11 senadoras (13,6%). Para o executivo, Dilma foi reeleita presidenta, mas apenas o estado de Roraima elegeu uma mulher governadora.

Esta desigualdade também é percebida em relação à presença de negros, índios e jovens nos espaços de representação política. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, 50,7% da população brasileira se declara preta ou parda, mas apenas 20% dos deputados eleitos (103) para a legislatura que se inicia em 2015 se autodeclarou da mesma forma. E dos 513 deputados

eleitos, nenhum se declarou como índio ou amarelo. No caso da juventude, embora represente cerca de 26% da população, foram eleitos apenas 23 deputados com idade até 29 anos, correspondendo a 4,5% da Câmara dos Deputados.<sup>4</sup>

Contribui ainda para esta inflexão conservadora o papel jogado pelos grandes meios de comunicação no sistema político. A criminalização cotidiana da ação política, a existência de políticos proprietários de concessões de rádios e TVs, a falta de lisura de empresas de pesquisa eleitoral a estes meios associadas e a própria cobertura manipulada das eleições são apenas algumas das evidências de que a reforma política deve caminhar lado a lado com a necessária luta por uma lei da mídia democrática.

## As propostas em curso

Dada a centralidade da pauta, existem hoje várias ações, campanhas e propostas que tratam da reforma política na sociedade, no Congresso Nacional e no poder judiciário.

Em relação ao plebiscito popular da Constituinte, a campanha entrou em uma nova fase após a coleta de votos em setembro. Foram protocolados e estão tramitando na Câmara dos Deputados (PDC 1508/14) e no Senado Federal (PDS 150/14) projetos de decreto-legislativo que tratam da convocação de um plebiscito oficial com a mesma pergunta do plebiscito popular: “Você é a favor de uma Consituente Exclusiva e Soberana sobre o sistema político?”. A mobilização



seguirá em uma grande jornada de lutas em março de 2015 e os comitês populares estão sendo reativados em todo o país.

Outra articulação de entidades, como a CNBB, a OAB e a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, lançou a Coalizão democrática para a reforma política e eleições limpas. A iniciativa articula a coleta de assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular que contempla pontos como 1) a proibição do financiamento de campanha por empresas e adoção de limites de financiamento de campanha por pessoas físicas; 2) eleições proporcionais em dois turnos (no 1º turno vota na lista partidária e no 2º turno vota no candidato); 3) a paridade de gênero; 4) o fortalecimento dos mecanismos da democracia direta.



Entretanto, existem pontos negativos na proposta, como as que permitem certa judicialização e interferência na autonomia e organização dos partidos políticos.

O Partido dos Trabalhadores, por sua vez, também impulsiona uma iniciativa popular a partir de quatro pontos que o partido defende desde os seus últimos Congressos, a saber: 1) financiamento público exclusivo de campanhas; 2º) Voto em lista pré-ordenada; 3º) Paridade de gênero e 4) Convocação de Assembleia Constituinte exclusiva sobre Reforma Política. A coleta de assinaturas para o projeto foi retomada em 2014 e a mobilização partidária tende a ganhar novo impulso nos próximos meses com a realização da segunda etapa do 5º Congresso do PT.

No Congresso, também tramita a Proposta de Emenda Constitucional 352/13, elaborada por um Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados, que é fundamentalmente uma contra-reforma política. A PEC Vaccarezza/Henrique Alves inclui na Constituição Federal diversas alterações conservadoras, como o voto facultativo, o fim da reeleição para cargos no Executivo, a coincidência das eleições em todos os níveis, uma modalidade de voto distrital e a constitucionalização do financiamento privado.

Ao mesmo tempo, a proibição do financiamento empresarial de campanha está sendo julgada pelo Supremo Tribunal Federal. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4650 já recebeu o voto de 7 dos 11 ministros do STF, sendo que a maioria da corte já votou pela proibição das doações empresariais a candidatos e partidos. Atualmente, a votação está suspensa por um pedido de vistas do ministro Gilmar Mendes que dura quase um ano, motivo pelo qual foi lançada nas redes sociais a campanha #DevolveGilmar, cobrando a conclusão do voto e a consolidação do resultado.

## Frente Popular pelas mudanças do sistema político

Diante dessa correlação de forças no parlamento e das propostas em curso, o campo democrático e popular precisará ampliar o enfrentamento contra os setores conservadores e a capacidade de luta por mudanças estruturais como a reforma política, que tenham no diálogo com a sociedade e na mobilização popular eixos fundamentais de uma governabilidade de novo tipo.

Para tanto, são fundamentais as iniciativas de constituição de uma ampla frente política de movimentos sociais, partidos, centrais sindicais, juventudes e intelectuais, como têm defendido o PT, a CUT e outras organizações. A construção de um Fórum Nacional de Lutas, que reúna o grande movimento político e social que venceu as eleições de outubro poderá ser decisiva para articular uma ação comum em relação à reforma política e outras reformas democráticas e populares.

Um primeiro ponto de unidade é cerrar fileiras contra a reforma política que não queremos, em particular a PEC 352/13, que aprofunda os problemas do sistema político atual. O PT e sua banca já fecharam posição contrária ao projeto, mas é preciso seguirmos vigilantes contra iniciativas com este conteúdo, como as que admitem o voto distrital e a manutenção do financiamento privado.

Um segundo ponto a ser considerado é a defesa da participação popular na definição dos principais pontos da reforma política. Portanto, não é uma polêmica menor a discussão sobre a realização de um plebiscito ou referendo. Para garantirmos uma reforma política que dê voz ao povo, a consulta popular não pode ser reduzida a concordância ou não com uma proposta do Congresso Nacio-

nal. Nesse sentido, é fundamental que a presidenta Dilma deflagre uma consulta, por meio de um plebiscito oficial, sobre os principais temas da reforma política que foram assumidos pelo programa vitorioso das urnas.

Por fim, temos o desafio de construir uma ampla unidade sobre o próprio conteúdo da reforma política. A partir das campanhas e iniciativas em curso na sociedade, será preciso priorizar mudanças imediatas, que incidam já nas eleições de 2016, e outras estruturantes de um novo sistema político, para além da alteração das regras eleitorais.

Uma plataforma com este caráter, a ser sustentada por uma ampla frente popular, deveria contemplar a proibição das doações empresariais e o financiamento público de campanha, o fim das coligações nas eleições proporcionais, a votação em listas partidárias, a paridade de gênero e a simplificação dos canais de participação popular, num processo que acumule forças em torno da convocação de uma Assembléia Constituinte.

No atual momento, em que são denunciadas práticas de corrupção envolvendo funcionários de estatais, políticos e parte das mesmas empreiteiras financiadoras de campanha, a reforma política deve ser impor como uma pauta de interesse de toda a sociedade.

A direita, como sempre, não nos faltará e seguirá atacando em todas as frentes, inclusive nas ruas. Com o poder econômico, a grande mídia e setores do Congresso, do judiciário e do aparato policial a seu serviço, a reforma política deve deixar o campo das boas intenções e ser encarada como uma necessidade democrática. E que só será realidade com ampla mobilização popular.

**BRUNO ELIAS** é secretário nacional de movimentos populares do PT

**NOTAS**

1. Custo de R\$ 5 bilhões faz campanha bater recorde (*Folha*, 30 de novembro de 2014) <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/197964-custo-de-r-5-bilhoes-faz-campanha-bater-recorde.shtml>
2. As 10 empresas que mais doaram em 2014 ajudaram a eleger 70% da Câmara (*Estado de São Paulo*, 8 de novembro de 2014) <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,as-10-empresas-que-mais-doaram-em-2014-ajudam-a-eleger-70-da-camara,1589802>
3. Mais conservador, Congresso eleito pode limitar avanços em direitos humanos (Agência Brasil, 9 de outubro de 2014) <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>
4. Brancos serão quase 80% da Câmara dos Deputados (*Carta Capital*, 8 de outubro de 2014) <http://www.cartacapital.com.br/politica/brancos-serao-quase-80-da-camara-dos-deputados-3603.html>



# Comemoração e luta!

*Esquerda Petista publica, como documento de referência, a **resolução aprovada pela direção nacional da Articulação de Esquerda** no dia 27 de outubro, logo após o segundo turno das eleições de 2014*



A resolução opina sobre as ações imediatas do campo democrático-popular e do governo Dilma Rousseff no sentido de consolidar a vitória e garantir um segundo mandato superior.

Posteriormente, a Comissão Executiva Nacional e o Diretório Nacional do PT incorporaram diversos aspectos desta resolução da AE.

O ocorrido nos meses de novembro e dezembro de 2014 deixou claro que ganhamos as eleições, mas não estamos projetando um segundo mandato superior, tema que será abordado na edição impressa desta Esquerda Petista.

**1.** O povo brasileiro, a classe trabalhadora, o campo democrático-popular e a esquerda socialista conseguiram reeleger Dilma Rousseff para presidir o Brasil até 31 de dezembro de 2018.

**2.** Nossa vitória foi comemorada por todos os setores democráticos, progressistas e de esquerda, no mundo e particularmente na América Latina e Caribe.

**3.** Comemoração por mais uma vez termos conseguido derrotar a direita, o oligopólio da mídia, o grande capital, seus aliados internacionais. Comemoração, porque este resultado foi obtido no fundamental graças à consciência de classe de importantes parcelas do nosso

povo, à mobilização em grande medida espontânea da velha e da nova militância de esquerda. Comemoração, porque a campanha confirmou que o Partido dos Trabalhadores conta com duas grandes lideranças populares: o ex-presidente Lula e a presidenta Dilma.

**4.** Nas eleições de 2014, estava em jogo não apenas a continuidade e a possibilidade de aprofundamento de um processo iniciado em 2002, com a eleição de Lula. Estava em jogo, também, impedir ou não o retrocesso.

**5.** É importante reafirmar que a oposição encabeçada por Aécio Neves foi portadora das piores práticas e políticas:

o machismo, o racismo, a xenofobia, a intolerância, o preconceito, o ódio, a saudade da ditadura militar, o neoliberalismo, a submissão às potências estrangeiras.

**6.** Passada a eleição, esta oposição segue atuante, questionando o resultado eleitoral, defendendo a divisão do país, ameaçando a normalidade institucional, buscando chantagear o governo eleito para que adote o programa dos derrotados.

**7.** Por isto, não basta comemorar a reeleição da presidenta Dilma Rousseff. É preciso tomar as medidas necessárias para que ela faça um segundo mandato superior ao atual.



**8**.É com este objetivo que devemos desencadear um amplo processo de balanço das eleições 2014.

**9**.Estudar o comportamento das classes sociais no processo eleitoral; a atuação do campo democrático-popular; o jogo dos setores conservadores; o papel dos partidos políticos, da “terceira via”, dos movimentos sociais; a batalha da cultura e da comunicação; os resultados das eleições estaduais e parlamentares, entre outras variáveis: tudo isso é essencial para que a esquerda construa uma nova estratégia e um novo padrão de organização e atuação, indispensáveis se quisermos não apenas seguir governando, mas principalmente seguir transformando o Brasil.

**10**.Não basta administrar bem, fazendo mais e melhores políticas públicas. É preciso construir hegemonia cultural e fazer reformas estruturais, com destaque para a reforma política e para a Lei da Mídia Democrática. Para atingir estes objetivos, tanto o PT quanto o conjunto da esquerda devemos aprender a incorporar as energias, a militância, o ânimo alegre e combativo que foi às ruas, especialmente no segundo turno da campanha eleitoral. Também é preciso compreender os motivos e os mecanismos político-culturais que levam parcelas dos setores médios e da classe trabalhadora a tomarem atitudes reacionárias e a votarem na candidatura dos ricos e poderosos.

**11**.Para que Dilma faça um segundo mandato superior ao atual, será necessário desencadear um amplo processo de organização e mobilização destes milhões de brasileiros e brasileiras que saíram às ruas não apenas para apoiar Dilma Rousseff, mas principalmente para defender nossos direitos humanos, nossos direitos à democracia, ao

bem estar social, ao desenvolvimento, à soberania nacional.

**12**.As eleições de 2014 reafirmaram a validade de uma ideia que vem desde os anos 1980: para transformar o Brasil, é preciso combinar ação institucional, mobilização social e organização partidária, operando uma verdadeira “revolução cultural” no modo de fazer política das classes trabalhadoras.

**13**.O Partido dos Trabalhadores, como principal partido da esquerda brasileira, está convocado a encabeçar este processo de mobilização cultural, social e política. Que exigirá, repetimos, renovar nossa capacidade de entender, de compreender, a sociedade brasileira, a natureza do seu desenvolvimento capitalista, a luta de classes que aqui se trava sob as mais variadas formas, cores e sabores.

**14**.As eleições mostraram que o PT possui raízes profundas no povo, na classe trabalhadora, entre as mulheres, entre negros e negras, na juventude. Mas também evidenciaram nossas imensas debilidades. A consciência de classe e a generosidade de amplas parcelas do povo brasileiro nos deram mais uma oportunidade de corrigir estas debilidades. Não temos o direito de desperdiçá-la.

**15**.O Partido dos Trabalhadores tem a obrigação de realizar um balanço profundo e sólido do processo eleitoral, que sirva de base para uma orientação política global para o período 2015-2018.

**16**.Realizar um balanço desta natureza demandará um certo tempo, necessário para analisar variados aspectos, consolidar os dados mensuráveis, ouvir as distintas opiniões, produzir uma reflexão à altura do processo extraordina-

riamente rico que vivemos, só comparável à campanha de 1989.

**17**.O 5º Congresso do Partido dos Trabalhadores deve converter-se neste processo de diálogo entre o Partido e estes milhões que foram às ruas defender a reeleição de Dilma Rousseff. Um diálogo tanto com os petistas quanto com aqueles que não são do PT e que criticam, sob diferentes ângulos, nosso Partido.

**18**.Cabe ao Diretório Nacional do PT, convocado para os dias 28 e 29 de novembro de 2014, aprovar uma agenda congressual que preveja debates abertos a toda a militância que se engajou em defesa da candidatura Dilma, bem como um momento final que possibilite a síntese e o salto de qualidade tão necessários para que o Partido seja capaz de, tanto quanto superar seus problemas atuais, contribuir para que o segundo mandato de Dilma seja superior ao primeiro.

**19**.Porém, certas medidas, impostas pela realidade internacional e nacional, mas principalmente pela atitude golpista da oposição, precisam ser tomadas imediatamente, não podem esperar pelo 5º Congresso.

**20**.Embora o candidato da oposição tenha aceitado a derrota, o bloco conservador age como se não tivesse perdido as eleições. Ademais, como resultado do que faz o oligopólio da mídia “todo santo dia”, mas também em decorrência do que fizeram Serra em 2010 e Aécio em 2014, o “gênio saiu da garrafa”: não apenas nas redes sociais, mas ao vivo e em cores, a extrema-direita saiu do armário, cresceu no parlamento e está empestando o ambiente com todos os preconceitos e atitudes violentas.

**21**. A oposição de direita fala que o país está dividido, com o claro objetivo de impor o programa dos derrotados e debilitar a autoridade da presidenta. A “tese” da oposição de direita não resiste aos fatos e à observância dos costumes. Vitória é vitória, mesmo que por um voto. E Dilma Rousseff teve 54.477.479 votos, mais de três milhões a frente de Aécio. Os brasileiros são brasileiros, não importa em que estado vivam. A oposição foi derrotada no Nordeste, mas também em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, a tal ponto que a maior parte dos votos de Dilma Rousseff veio do Sudeste e Sul somados. Os partidos que apoiaram a reeleição de Dilma têm maioria no Congresso Nacional. E o resultado das urnas demonstra que a maioria do eleitorado defende a continuidade e o aprofundamento das mudanças iniciadas em 1º de janeiro de 2003.

**22**. A postura da oposição de direita, portanto, não decorre da análise dos fatos e dos costumes. Decorre simplesmente do seguinte: o bloco conservador não aceita que tenhamos vencido a quarta eleição presidencial seguida, apesar de tudo que fizeram contra nós. O bloco conservador treme de indignação frente às grandes possibilidades de o campo democrático-popular avançar nas suas conquistas e vencer também as eleições presidenciais de 2018.

**23**. É preciso que tenhamos isto claro: para os donos do poder, é simplesmente inaceitável a continuidade da ampliação do bem-estar social, das liberdades democráticas e da soberania nacional. Frente à quarta derrota presidencial consecutiva, eles fazem e farão de tudo para que a presidenta implemente o programa dos derrotados; para tentar sabotar o novo governo; para buscar desestabilizar a institucionalidade democrática;

para nos derrotar em 2016 e 2018. Sua estratégia pode ser resumida em duas palavras: reação permanente.

**24**. Não basta constatar isto, muito menos atribuir ao governo estrito senso a solução, pois já aprendemos que o espaço de atuação do governo depende em parte da mobilização social. Para contribuir nisto, defendemos que o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores:

**25**. Antecipe para o primeiro trimestre de 2015 o 5º Congresso do PT.

**26**. Procure dar organicidade ao grande movimento político-social que venceu o segundo turno das eleições presidenciais. Partidos e setores de partidos, movimentos sociais, trabalhadores da cultura e intelectualidade democrática devem ser convidados a compor uma grande frente onde possam debater e articular ações comuns, seja em defesa da democracia, seja em defesa das reformas democrático-populares.

**27**. Inicie a construção de um jornal diário de massas e de uma agência de notícias, articulados a mídias digitais (inclusive rádio e TV web), com ação permanente nas redes sociais, que sirvam de retaguarda e de instrumento do campo democrático-popular na batalha de idéias. E integre esta ação de comunicação política com o amplo movimento cultural que está em curso neste país e que foi tão importante no segundo turno.

**28**. Relance a campanha pela reforma política e pela mídia democrática, contribuindo para que o governo possa tomar medidas avançadas nestas áreas e para sustentar a batalha que travaremos a respeito no Congresso Nacional.

**29**. Realize uma grande festa popular no dia da segunda posse da presidenta Dilma Rousseff.

**30**. Reafirme o compromisso do PT com a seguinte plataforma:

a) a reforma política, através de uma Constituinte exclusiva seguida de uma consulta oficial à população, para que esta referende ou não as decisões da Constituinte;

b) democracia na comunicação, com a Lei da Mídia Democrática e a implantação das principais resoluções da Conferência Nacional de Comunicação de 2009;

c) democracia representativa, democracia direta e democracia participativa, para que a mobilização e luta social influencie a ação dos governos, das bancadas e dos partidos políticos. O governo precisa dar continuidade à participação social na definição e acompanhamento das políticas públicas e tomar as medidas para reverter a derrubada da Política Nacional de Participação Social, objeto de um decreto presidencial cancelado pela maioria conservadora da Câmara dos Deputados no dia 28 de outubro de 2014;

d) a agenda reivindicada pela Central Única dos Trabalhadores, onde se destacam o fim do fator previdenciário e a implantação da jornada de 40 horas sem redução de salários;

e) o compromisso com as reformas estruturais, com destaque para a reforma política, as reformas agrária e urbana, a desmilitarização das Polícias Militares;

f) salto na oferta e na qualidade dos serviços públicos oferecidos ao povo brasileiro, em especial na educação pública, com reformas pedagógicas e curriculares no ensino básico, médio e universitário;

no transporte público; na segurança pública e no Sistema Único de Saúde, sobre o qual reafirmamos nosso compromisso com a universalização do atendimento e o repasse efetivo e integral de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde pública;

g) ampliar a importância e os recursos destinados às áreas da comunicação, da educação, da cultura e do esporte, pois as grandes mudanças políticas, econômicas e sociais precisam criar raízes no tecido mais profundo da sociedade brasileira;

h) proteção dos direitos humanos de todos e de todas. Salientamos a defesa dos direitos das mulheres, a necessidade de criminalizar a homofobia, o enfrentamento dos que tentam criminalizar os movimentos sociais. Afirmamos o compromisso com a revisão da Lei da Anistia de 1979 e com a punição dos torturadores. Assim como com a reforma das polícias e a urgente desmilitarização das PMs, cuja ineficiência no combate ao crime só é superada pela violência genocida contra a juventude negra e pobre das periferias e favelas;

i) total soberania sobre as riquezas nacionais, entre as quais o Pré-Sal, e controle democrático sobre as instituições que administram a economia brasileira, entre as quais o Banco Central, a quem compete entre outras missões combater a especulação financeira que está por detrás das candidaturas da oposição de direita.

**31**. O Partido dos Trabalhadores considera que são medidas políticas e diretrizes programáticas desta natureza, amplas, envolventes, de natureza mais social que institucional, que farão a diferença nos próximos quatro anos. E que garantirão nossa vitória em 2018. Hoje, como já foi dito, contamos com duas grandes lideranças populares. Mas o mais importante é que contamos com

uma força social imensa, a qual, para além das pessoas e dos governos, ganhou capacidade de defender autonomamente seus direitos e interesses.

**32**. Os números confirmam aquilo que nossa análise política indicava, há tempos: uma eleição duríssima, vencida no segundo turno graças à mobilização e ao voto da militância de esquerda, graças à confiança e a consciência de classe de importantes setores do povo brasileiro, graças à disposição de debater política, demarcar projetos, apontar perspectivas de futuro e assumir compromisso com mudanças mais profundas.

**33**. As eleições de 2014 foram um momento marcante da luta de classes que atravessa toda a sociedade brasileira. Quem anda pelas ruas do Brasil percebe que o debate político não se interrompeu no dia 26 de outubro. A grande burguesia demonstrou estar decidida a derrotar o PT e o campo democrático-popular. A maioria dos chamados setores médios atuou com o mesmo propósito, com ainda maior agressividade. Nossa vitória foi garantida pelo apoio que recebemos da classe trabalhadora.

**34**. Tivemos êxito exatamente porque nossa campanha, a partir de 13 de agosto, deixou clara a existência de dois projetos antagonísticos, apelou para a mobilização dos setores populares, democráticos e socialistas. Sem esta mobilização, não conseguiríamos derrotar o bloco antagonista, que dispunha de meios superiores, em particular do oligopólio da comunicação. Oligopólio institucional, cujo desmonte é uma das condições para o aprofundamento da democracia no Brasil. A reforma política, especialmente a proibição do financiamento empresarial, é outra das condições.

**35**. É bom que se diga que nosso êxito eleitoral foi facilitado pelo comportamento hegemônico da oposição. Tanto a campanha de Marina quanto a campanha de Aécio foram rapidamente “sequestradas” pelos setores mais conservadores. Exemplos didáticos disto: 1) o recuo da primeira no apoio à agenda LGBT e sua adesão à tese de independência do Banco Central; 2) a escolha, pelo segundo, de Armínio Fraga como ministro da Fazenda. Ao dar garantias ao “Deus mercado” e ao adotar explicitamente o discurso de “acabar com a raça do PT”, ambos deixaram claro o que realmente estava em jogo: não mudar, mas sim retroceder.

**36**. Derrotamos o retrocesso, mas, vendo em perspectiva histórica, nem em 2006, nem em 2010 o campo conservador esteve tão perto de recuperar a Presidência da República. Por isto, tão fundamental quanto compreender e criticar os métodos dos inimigos é perceber nossas debilidades e erros.

**37**. É o caso da opção preferencial pela mudança sem ruptura, cujo pressuposto é fazer concessões aos inimigos. Tal opção só conduz ao êxito se, com o passar do tempo, os inimigos deixarem de ser tão inimigos. Mas na vida real, apesar das concessões, os inimigos se tornaram ainda mais inimigos. E graças às concessões que fazemos/fizemos, eles não apenas mantiveram, como também ampliaram os meios de que dispõem para agir contra nós. Ao mesmo tempo, certas concessões que fazemos/fizemos dividem nosso campo, nos impedem ou pelo menos reduzem nossa capacidade de ganhar amigos e fortalecer nosso lado. Como resultado, há uma tendência ao fortalecimento deles e ao enfraquecimento nosso. O que em algum momento resultará em nossa derrota total.

**38**.É o caso da opção preferencial pela ascensão por meio do consumo. Se não for acompanhada de fortes investimentos em outro tipo de educação e de cultura, combinados com uma forte democratização da comunicação e com uma reforma política, a ascensão via consumo acabará ampliando as fileiras de setores que podem se voltar contra os valores da esquerda. Recorde-se a informação segundo a qual 70% dos beneficiários do ProUni declararam-se contrários ao Bolsa-Família. Por outro lado, a ascensão por meio do consumo é insustentável no longo prazo, pois a melhoria da vida “da porta para dentro da casa” não apenas gera a percepção de que a vida estaria piorando “da porta da casa para fora”, como também reforça um padrão de investimentos que deixa em segundo plano a oferta de bens públicos e de infraestrutura.

**39**.É o caso, ainda, da equivocada defesa de um “país de classe média”, quando nosso objetivo é, na verdade, construir um país onde a classe trabalhadora viva cada vez melhor, com mais democracia e bem estar social. Isto significa adotar um desenvolvimentismo democrático-popular, ou seja: forte crescimento, com ampliação da nossa capacidade industrial e tecnológica, alicerçado em reformas estruturais, na ampliação da democracia e do bem-estar social.

**40**.É o caso da incompreensão dos motivos pelos quais o PSDB e o oligopólio da mídia mantêm forte hegemonia sobre algumas regiões do país e sobre alguns setores sociais. Sobre isto, o estratégico estado de São Paulo deve ser objeto de uma análise especial. Claro que há erros imensos cometidos pelo Partido e pela esquerda, que ajudam a compreender os resultados eleitorais de 2014. Mas não se trata apenas de um problema

de tática eleitoral, de política de alianças, de escolha de candidatura, de linha de campanha, da atitude das bancadas parlamentares e das direções partidárias. Ainda que nos espante a falta de auto-crítica por parte de alguns, é claro que coincidimos com as críticas feitas acerca da incapacidade política e burocratização de certas direções, bem como acerca dos danos causados pelas acusações de corrupção. Mas nada disto, tomado isoladamente, explica o que já se convencionou chamar de “Tucanistão”.

**41**.Em nossa opinião, assim como parte importante dos setores médios reage à ascensão social dos setores populares, de forma semelhante o estado mais rico da federação reage ao desenvolvimento dos estados mais empobrecidos da federação. Hegemonia de classe e hegemonia regional são parte de um mecanismo integrado, que nosso Partido e nosso governo devem entender, para poder incidir sobre ele, recuperando apoios perdidos junto aos trabalhadores e setores médios. O que depende, além de medidas políticas, de desenvolvimento, crescimento, industrialização e ampliação da produtividade, em bases democrático-populares.

**42**.Por fim, é preciso compreender o recado que estas eleições deram ao nosso Partido dos Trabalhadores.

**43**.Desde 1989, o PT polariza as eleições presidenciais. Nas sete eleições presidenciais realizadas desde então, perdemos 3 e vencemos 4. Mas esta de 2014 foi a eleição mais difícil já disputada por nós, em que ganhamos enfrentando um vendaval de acusações não apenas sobre nossa política, mas sobre nosso partido. Não nos comove que a direita nos acuse de organização crimi-

nosa, de aparelhismo e de acomodação as benesses do poder. Mas nos importa que acusações deste tipo sejam aceitas como verdadeiras por camadas do povo, inclusive por setores que votam em nós. Neste sentido, o Partido tem que retomar sua capacidade de fazer política cotidiana, sua independência frente ao Estado, e ser muito mais proativo no enfrentamento das acusações de corrupção, em especial no ambiente dos próximos meses, em que setores da direita vão continuar premiando delatores. Faz parte desta atitude mais proativa lutar pela investigação, julgamento e punição dos malfeitos dos corruptores, dos tucanos e seus aliados.

**44**.Como em todas as eleições, perdemos e ganhamos governos estaduais, cadeiras no Senado, na Câmara dos Deputados e nas Assembléias estaduais. Mas observando o “conjunto da obra”, especialmente considerando a evolução eleitoral desde 2002, é claro que há uma inflexão para baixo, soterrando o discurso triunfalista que falava em ampliação geral das bancadas e governos. Discurso triunfalista, aliás, que falava também que os adversários eram “anões políticos”; que venceríamos a eleição presidencial no primeiro turno; que venceríamos por ampla margem no segundo turno; que elegeríamos muitos novos governadores, inclusive elegeríamos simultaneamente os governos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Discurso triunfalista que não encontrava correspondência na direção da campanha, especialmente na política de alianças, cujos limites e incoerências ficaram mais do que evidentes, até para os seus defensores. Aliás, a oposição de direita conta com o apoio de setores importantes do que se denomina de “base parlamentar do governo”.



**45**.Ao mesmo tempo que se passa tudo isto com o nosso Partido, o que houve no segundo turno demonstrou que a quase totalidade da esquerda e do campo democrático-popular tem consciência de que a derrota do PT seria a derrota do conjunto da esquerda; e que nossa vitória seria a vitória do conjunto das forças democráticas e progressistas. Na prática, setores da esquerda que romperam com o PT foram levados a aceitar a correção de nossas afirmações quanto ao papel histórico do PT. O voto de esquerda teve papel decisivo no resultado do segundo turno. Mas isto só terá continuidade e consequência se adotarmos uma nova estratégia e padrão de funcionamento; se dermos continuidade à linha de politização, polarização e mobilização que marcou a reta final das eleições de 2014; se adotarmos outra tática frente à militância social em geral e frente à militância de outros partidos de esquerda.

**46**.De imediato, isto exige que nossa tática para 2016 e 2018 seja construída tendo como aliado preferencial não o PMDB, mas sim esta esquerda política e social que foi às ruas garantir nossa vitória. Precisamos organizar uma Frente Popular, unificando os partidos de esquerda e os movimentos sociais, numa coalizão estratégica para disputar o comando do Estado. Não será um movimento fácil, pois temos o PMDB na vice e com grande influência num Congresso Nacional ainda mais conservador do que em anteriores legislaturas. Mas é um movimento necessário, pois não haverá vitória sem mudança e não haverá mudança tendo o PMDB como aliado prioritário. Aliás, como suposto aliado prioritário, pois a maior parte do PMDB já opera contra nós há anos.

**47**.Cabe construir outro tipo de governabilidade, que dependa

menos das maiorias no Senado e na Câmara dos Deputados, e que dependa mais dos movimentos sociais e do apoio na sociedade como um todo. Mas para que isto não seja um gesto inconsequente, precisamos de força. E só teremos força, se nosso Partido souber apoiar o governo, sem confundir-se com ele, sem adotar uma postura subalterna, passiva, burocrática, apagada. Se deixarmos de ser aquele partido cuja direção aceita que seu papel seja terceirizado, inclusive para “técnicos” que muitas vezes esquecem que nossa vitória nas urnas depende sempre da sinergia com as ruas, que nas ruas está o elemento fundamental, não nos dez minutos de horário eleitoral gratuito, escassos diante das quase vinte e quatro horas diárias de que dispõem nossos adversários na mídia hegemônica, para martelar suas ideias e alcançar “corações e mentes” da população.

**48**.O Partido deve buscar participar ativamente das decisões acerca das primeiras medidas do segundo mandato, em particular sugerir medidas claras no debate sobre a política econômica, sobre a reforma política e em defesa da democracia nos meios de comunicação. É preciso incidir na disputa principal em curso já neste início do segundo mandato, entre os que defendem fazer a retomada do crescimento via ajuste fiscal e corte nos gastos públicos contra aqueles que defendem retomar o crescimento através da redução da taxa de juros e a adoção imediata de políticas industrializantes e de investimentos para a elevação da produção. Sem isso, não haverá como alavancar a mobilização social, nem como emparedar a direita.

**49**.Um governo democrático não pode financiar com recursos públicos nenhuma gangue de delinquentes midiáticos. As pichações e o

lixo jogado em frente à sede da Editora Abril, embora tenham sido úteis à manipulação midiática da direita, nada representam frente ao vandalismo brutal que o oligopólio comete cotidianamente contra a democracia brasileira. Por isto, quem corretamente acha que a Justiça não deve ser feita com as próprias mãos, deve fazer uso do poder de Estado para combater o crime organizado midiático.

**50**.Não devemos temer dizer que o Brasil está diante de um impasse histórico. Nem a direita, nem a esquerda estão satisfeitas com a atual institucionalidade. Nós, que defendemos a democracia, sustentamos que a solução passa por uma Constituinte, por plebiscito e referendo, por uma reforma política que abra caminho para um parlamento mais democrático, capaz de aprovar reformas estruturais. A direita, que não tem compromisso com a democracia, questiona o resultado eleitoral, alimenta discursos golpistas, propõe uma contrarreforma eleitoral, recusa a saída constituinte. O impasse alimenta a inaceitável judicialização da política e cria um ambiente de crispação cada vez maior entre direita e esquerda.

**51**.Não será fácil construir uma saída para este impasse histórico, que nos leve em direção a um Brasil democrático-popular e socialista. Não será fácil, especialmente porque não é assunto que dependa de retórica, mas sim de persistente construção. Mas uma coisa é certa: como nosso coração valente, a saída é vermelha e está no lado esquerdo do peito.

A direção nacional da tendência petista  
Articulação de Esquerda

Brasília, 27 de outubro de 2014

# Vencemos as eleições. FALTA GANHAR A POLÍTICA

■ *Roberto Amaral*

**C**omeçamos pelos desafios que aguardam o segundo mandato de Dilma Rousseff, revelando um segredo de Polichinelo: será difícil seu governo, e as razões explicativas ficam mais evidentes se cotejarmos o quadro de hoje com aquele da posse e início do governo Lula, que chegava ao Planalto bafejado por uma espetacular vitória política cimentada em acachapante maioria eleitoral, ainda que em segundo turno. Uma e outra fontes de legitimação abriram caminho para uma transição civilizada e criaram junto ao povo um clima de euforia, que era também autêntico voto de confiança no novo governante. Finalmente, haveria real mudança de (visão) de governo, ainda que a ruptura sonhada em 1989 tivesse de ser conscientemente adiada. Tantos anos postergado, chegara em 2002 o *reveillon* que não pudéramos comemorar em 1985, com a não-posse de Tancredo Neves. Mas na festa de 2003 cabiam todos, inclusive liberais conservadores e as forças de Sua Excelência, o Mercado, o todo poderoso de ontem e de hoje, pois o novo ministério confirmava os compromissos da “Carta aos Brasileiros”.

“Não se pode esquecer que a história é cruel com aqueles que pensam que ela é eterna, porque na verdade ela não é eterna, ela muda suas faces, muda suas exigências e pode se converter num abismo, e pode afogar todos aqueles que não perceberem que é o momento de mudar o rumo”, Florestan Fernandes (in *Tempo social*, outubro de 1995)





Dilma não conseguiu até aqui livrar-se dos efeitos de **dois elementos perversamente contemporâneos**: a repercussão em nossa economia daquela *débâcle* do capitalismo e a desmoralização da política (que vem de longe), qual a praticamos, e dos partidos, assim como os fazemos

A confiança nacional majoritária (leia-se: a torcida quase unânime pelo êxito do antigo torneiro-mecânico) encontrava terreno fértil numa conjuntura político-econômica internacional favorável, alimentada pela crise (que alguns chamam de “decadência”) do monopólio dos EUA, o fracasso do intervencionismo militar unilateral, oferecendo condições para que o presidente comandasse, como desejava, uma política externa que seu chanceler cunharia como “ativa e altiva”. No plano econômico, colhíamos os bons frutos do *boom* da economia internacional comandada pela China, que crescia ininterruptamente a taxa de dois dígitos/ano, o que tornou possível contornar a “herança maldita” da era FHC e, não sendo pouco, retomar o crescimento. O País que, em 2002, insolvente, pedira socorro ao FMI, em 2004, após um ano com Lula, passaria a credor daquela agência e via seu PIB marcar 4,9%. Crescera só 0,6% no ano anterior.

No plano da política interna, isto é, da pequena política, o governo se assegurava de numerosa, conquanto nem sempre fiel, maioria parlamentar, ao preço conhecido pela República e pelo presidencialismo de coalizão, caríssimo, principalmente quando um conjunto de forças, oriundo dos movimentos sociais e por eles apoiado, prefere, para garantir sua auto-sustentação, as negociações de cúpula, com as cúpulas partidárias, as capitâneas partidárias e as oligarquias partidárias, os partidos e os partidinhos de fancaria, as bancadas corporativas e setores selecionados do empresariado.

Não obstante, o governo Lula foi solapado pela crise de 2005 (ainda não encerrada em suas causas e suas consequências deletérias) que quase levou ao *impeachment* o mais popular presidente da República desde Getúlio. O resto é história sabida. Relembro os bons ventos que

sopraram a favor da nau lulista (ressalto os méritos do timoneiro) para evidenciar, em contraste, as dificuldades à espreita de Dilma.

A primeira observação é a crise econômica. Vários são seus elementos e entre eles está a reversão da economia mundial, detonada pela explosão da bolha imobiliária nos EUA, a implosão do sistema financeiro internacional e a recessão que em seguida se alastrou pelo mundo, abalando a Europa e o euro. Vivemos, desde 2008, conjuntura agravada pela crise externa, que compromete o bom desempenho da economia brasileira. Dilma, vimos, não conseguiu até aqui livrar-se dos efeitos de dois elementos perversamente contemporâneos: a repercussão em nossa economia (i) daquela *débâcle* do capitalismo e (ii) a desmoralização da política (que vem de longe), qual a praticamos, e dos partidos, assim como os fazemos. Some-se a essa união diabólica a crise de identidade do PT, carregando consigo – para onde? – o que sobrou de uma esquerda crescentemente inorgânica e fatidicamente sem teoria e prática, e, por isso mesmo, atônita diante de processo histórico que não consegue interpretar.



A crise econômica torna agudos os conflitos com as forças conservadoras e anti-desenvolvimentistas, daí a unanimidade da grande imprensa e as defecções (ou chantagens) de parcelas da base partidária nas votações fundamentais no Congresso. Dilma, desde que ousou contrariar os interesses da banca, ao determinar a queda dos juros que historicamente asfixiam nosso desenvolvimento, tornou-se alvo de sistemática desconstrução de imagem, o que veio a lhe custar a perda do apoio da classe média e de significativas camadas urbanas que, de fundamentais no festejado primeiro ano do mandato, transformam-se no principal obstáculo na corrida para a reeleição.

A opção majoritária da classe média pelo candidato da direita se projetou no pós-eleitoral, está viva, e assim deverá permanecer pelo segundo governo Dilma, cuja instalação, aliás, essa parcela do eleitorado tentou impedir, relembRANDO a crise que envolveu a eleição, posse e governo de Juscelino Kubitschek. Aliás, a campanha contra Dilma (contra sua eleição e já contra sua posse e governo) se anunciou em junho de 2013, nas primeiras mobilizações de rua e nos apupos

nos estádios da Copa das Confederações. Quem não quis ver, não viu, e, não vendo, ignorou o pedido de mudanças. Deu no que quase deu.

O quadro econômico que aguarda a presidente não é tranquilizador, nem no Brasil, nem no mundo. Com muito esforço, chegamos ao fim de 2014 com o crescimento zero do PIB. Festejamos haveremos saltado fora da recessão técnica. No plano global, as expectativas não são melhores; o crescimento mundial deve girar em torno de 1%, os BRICS continuarão crescendo a ritmo cadente e a China não passará de 6% ou 7% ao ano. A Europa patina, o Japão se reencontra com a recessão e as taxas de crescimentos dos EUA são modestas. Há uma difícil jornada a ser percorrida até a consolidação política e econômica do Mercosul. A crise europeia acentuará nossas disputas na OMC.

Dilma cedeu, e fê-lo bem, ao dividir São Paulo e acenar para o agronegócio. Anulou duas áreas de atrito. Faz-se mister, entretanto, não perder o rumo estratégico que, afinal, foi o responsável pela sua difícil vitória: manter o desenvolvimento econômico associado à defesa dos interesses da soberania nacional e preservar e aprofundar as conquistas sociais, tudo isso em meio a uma imprensa hostil, a uma crise institucional que se agrava a cada dia, dialogando com 28 partidos políticos que nada representam (com pouquíssimas exceções, vá lá), e ainda dependente de Congresso rejeitado pela opinião pública.

Já no primeiro governo Lula, o presidencialismo de coalizão (“cooptação”, “aquisição”, “aluguel” ou *leasing*) revelava sua degradação e a democracia representativa afundava na ausência de legitimidade, agravada eleição após eleição, construindo as bases da crise de hoje: a crise da política, do sistema de partidos,

do processo eleitoral. Essa crise – que é da representação— alcança seu paroxismo em 2014, e o seu melhor retrato é a composição do Congresso Nacional, cadinho de nossas misérias. A tarefa difícil será facilitada na medida em que a esquerda se reorganize, nossos partidos se reencontrem com as ruas, o movimento sindical (deixando os gabinetes da Esplanada) recupere a política e os movimentos sociais retomem autonomia, tendo como principais eixos de atuação as seguintes bandeiras:

1. Resgatar o papel estratégico da Petrobras na exploração das riquezas do pré-sal, ancorando o desenvolvimento da indústria em extensa cadeia produtiva (P&D, engenharia de materiais, nanotecnologia, robótica, montagem, naval, petroquímica);

2. Atender às demandas da população urbanizada (habitação, saneamento e mobilidade), o que demandará investimentos em pequenas e médias indústrias que empregam mão de obra de baixa qualificação;

3. Apoiar a expansão do agronegócio, capital intensivo, fundamental para a geração de recursos externos indispensáveis ao desenvolvimento. É bom registrar que o desenvolvimento dos EUA desde meados do século 19 tem uma das suas razões no fato de esse país ter-se transformado em celeiro do mundo;

4. Apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar, cada vez mais importante no abastecimento de gêneros que chegam à mesa do nosso povo.

■ **ROBERTO AMARAL**, ex-presidente do PSB, é autor de *Socialismo: vida, morte, ressurreição* (Vozes Editora)



# DA REPRESENTATIVA À PARTICIPATIVA

■ *Vagner Freitas*

**A** É fundamental começar a **discutir a agenda** elaborada pela CUT e pelos sindicalistas das demais centrais sindicais que apoiaram à reeleição da presidenta Dilma

campanha eleitoral de 2014 foi mais acirrada do que as duas eleições do ex-presidente Lula, em 2002 e em 2006, e a da presidenta Dilma Rousseff, em 2010. A disputa foi marcada pelo ódio exacerbado, pelo preconceito e pela discriminação contra pobres, nordestinos e, em especial, contra petistas.

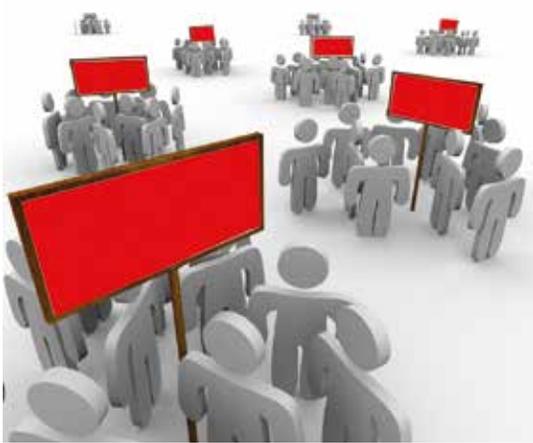
O conservadorismo político e econômico se uniu para tentar tirar o Partido dos Trabalhadores do governo e, com isso, inviabilizar a consolidação do projeto democrático popular que vem sendo eleito há mais de uma década.

A agressividade dos embates estimulou ainda mais a militância da CUT e do PT, que se uniu aos jovens, aos sindicalistas de outras centrais que defendem o nosso projeto, ao movimento social e parte importante da esquerda partidária, e foi às ruas defender os interesses dos/as trabalhadores/as e da sociedade e ganhar a eleição.

Mais do que uma disputa eleitoral, foi uma luta de classes. O que estava em jogo era o retrocesso ao neoliberalismo ou mais avanços e conquistas para a classe trabalhadora e a sociedade.

A estratégia do medo e do moralismo, que parte da mídia e da oposição usou e continua usando para desqualificar o PT, encontrou eco na ultradireita brasileira e influenciou até parte da nova classe C, maior beneficiária das políticas públicas e medidas econômicas implementadas nos últimos doze anos.





Lutamos para manter um programa que defende a economia de mercado com desenvolvimento econômico, inclusão de todos os pobres, combate à miséria e valorização da agricultura familiar, educação e saúde de qualidade, mobilidade urbana, casa própria, entre outras **demandas da sociedade**

Por falha da comunicação do governo ou porque a grande mídia ignora todas as notícias positivas relacionadas a essas políticas públicas, parte dos brasileiros que teve mais conquistas desde que o PT ganhou a presidência da República, desconsiderou os investimentos feitos para a geração de emprego, de renda, para o combate a miséria e o acesso ao crédito. Tudo passou a ser uma questão de mérito pessoal, como a direita pregava.

Esses elementos contribuíram para a onda contra a reeleição da presidenta Dilma e dos candidatos do partido aos governos estaduais. E o clamor contrário se intensificou ainda mais no segundo turno, especialmente, nos estados mais industrializados do Sul e Sudeste, em função da retração econômica nacional e internacional.

A direita radicalizou e fez de tudo para eleger um candidato de oposição afinado com seu modelo de sociedade e de desenvolvimento neoliberal, preconceituoso e contra os pobres.

Nós lutamos para manter um programa que defende a economia de mercado com desenvolvimento econômico, inclusão de todos os pobres, combate à miséria e valorização da agricultura familiar, educação e saúde de qualidade, mobilidade urbana, casa própria, entre outras demandas da sociedade.

A militância qualificada e bem informada foi decisiva. Garantiu a vitória de Dilma e, consequentemente, do projeto que defendemos. Sere-

mos decisivos e fundamentais também para garantir a governabilidade e a viabilização da nossa proposta que é continuar transformando o Brasil em uma Nação mais justa e para todos.

### **Mais avanços e conquistas**

A movimentação da oposição e de vários membros da base aliada depois da eleição já deixou claro que eles vão apostar na desestabilização do governo e, evidentemente, trabalhar contra as reivindicações da classe trabalhadora e da sociedade civil organizada. Ainda não engoliram a quarta derrota eleitoral e investem em teses golpistas, seja obstruindo o governo, seja inventando processos que caem nas mãos de juízes aliados ou até mesmo pedindo a volta dos militares.

É preciso que fique claro que a agenda política e econômica que está em discussão é a que venceu as eleições. Isso pressupõe ampliação do diálogo com os movimentos social e sindical que apoiaram a presidenta Dilma.

Nesse sentido, já está mais do que na hora de nos debruçarmos sobre a conjuntura política e econômica. Precisamos urgentemente traçar estratégias factíveis e coerentes com a nossa história, que norteiem nossa atuação em 2015. Além de consolidar mais essa grande vitória, é fundamental garantir que nosso projeto de desenvolvimento sustentável, com justiça e inclusão social, continue avançando.



A CUT, que mobilizou sua militância e aglutinou todos os atores sociais do país que estavam dispersos e distante do governo para trabalhar pela vitória da presidenta, precisa ser mais ouvida daqui para frente.

Com uma agenda política de debate e de mobilização permanente, que inclui a efetivação das nossas reivindicações, tanto no campo trabalhista quanto no social, poderemos consolidar nosso projeto de Nação.

Para isso, é fundamental começar a discutir a agenda elaborada pela CUT e pelos sindicalistas das demais centrais sindicais que apoiaram à reeleição da presidenta Dilma. Nossas prioridades são encontrar uma alternativa ao fator previdenciário; a manutenção da política de valorização do salário mínimo, que ajudamos a construir, a aprovar no Congresso e a implementar com muita pressão de mobilização; a regulamentação da Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que normatiza o direito de negociação dos servidores públicos; a correção da tabela do imposto de renda; a reforma agrária e as políticas de fortalecimento da agricultura familiar; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário; as reformas tributária e a política e a regulamentação dos meios de comunicação.

## Reforma política

A prioridade e o maior desafio das forças progressistas hoje no Brasil, além das demandas dos trabalhadores e das trabalhadoras, é o aperfeiçoamento da democracia. Estamos falando de uma modificação profunda no sistema político brasileiro que garanta, entre outras coisas, a paridade entre as candidaturas de homens e mulheres, o fim das coligações proporcionais parlamentares, o financia-

mento privado de campanha, que amplie a participação popular nos espaços de representação do povo brasileiro.

A reforma política é um pré-requisito para que possamos avançar e consolidar a democratização do Estado brasileiro.

Essa reforma, que deve ser feita por meio de um Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político para debater com a sociedade o modelo político do país, passa também pela defesa da política como instrumento de transformação da sociedade, do PT e dos movimentos sindical e social, e pelo combate à criminalização da política.

Aliado à luta pelos direitos da classe trabalhadora e pela reforma política, temos de priorizar a luta pela ética e combate à corrupção. Ética e honestidade são princípios inegociáveis em qualquer sociedade que queria ser reconhecida como democrática. Esses são princípios históricos e fundamentais da CUT desde a sua fundação há 32 anos e deles jamais abriremos mão.

Temos de depurar todo sistema de governo que facilite ou estimule a corrupção. Mais que isso: temos de ser implacáveis na punição, tanto de corruptos quanto de corruptores. Todos os níveis da administração pública, da iniciativa privada e do Judiciário precisam ser modelos de honestidade e de gestão.

A organização e a mobilização da militância da CUT e dos parceiros dos movimentos social e sindical, dos jovens e do PT são essenciais para que todas as nossas tarefas sejam colocadas em prática e nossas reivindicações atendidas. O que nos move é a defesa da classe trabalhadora, a luta pela consolidação da democracia e pela melhoria de vida da sociedade.

Temos consciência de que sozinho o governo não será capaz de viabilizar todas as nossas reivindicações, até porque terá o Congresso Nacional mais conservador desde a redemocratização do Brasil. E a coalizão que venceu as eleições também tem representantes de setores conservadores. Nosso papel é dar condições para que a presidenta faça um governo progressista e de esquerda.

A CUT e o PT precisam estar juntos na construção da democracia participativa. Queremos, junto com o movimento social, participar diretamente nos procedimentos de tomada de decisão, elaboração, implementação e consolidação do nosso projeto de desenvolvimento econômico com justiça e inclusão social.

**VAGNER FREITAS** é presidente nacional da CUT - Central Única dos Trabalhadores



# O VOTO DA JUVENTUDE: um passado pela frente?

■ *Rodrigo Cesar*

A significativa melhora das condições de vida da juventude nos últimos anos não se desdobrou em uma reversão do quadro de **deterioração da relação do PT com os jovens**. Este não é um problema de política pública, é um problema de política

# H

á muito tempo o PT se organiza, pensa e fala sobre juventude.

Em 1979, lideranças sindicais do movimento pró PT se dirigiram aos estudantes que refundavam à UNE e se colocavam ao lado das lutas dos trabalhadores para convocá-los a construir o PT. Muitos universitários de fato participaram da fundação e dos primeiros passos do novo partido. Entre 1980 e 1982, mais de 40% dos filiados e filiadas tinham até 25 anos (SORG-PT).

Mas em 1981, a pauta da juventude do PT não se restringia às questões educacionais, pois dava centralidade ao fim do subemprego e do desemprego, ao contrato CLT para os menores e estagiários e ao fim da ditadura. O recenseamento de 1980 indicava que 1,8 milhão de crianças entre 10 e 14 anos exerciam atividade econômica e 6,2 milhões entre 15 e 19 participavam do mercado de trabalho.

Embora o Regimento Interno aprovado no 3º Encontro Nacional do PT



(1984) instituiu as secretarias estu-  
dantis, o encontro seguinte, em 1985,  
decidiu criar um grupo de trabalho para  
reunir bibliografia e documentos, levan-  
tar as questões que mais preocupavam os  
jovens e examinar os critérios de fixação  
de limites etários para uma definição do  
que é juventude.

Em 1989, o programa de Lula para os jovens afirmava não haver limites cronológicos exatos para definir a etapa da vida em que já não se é mais criança, sem ser ainda adulto. Mas reconhecia que o trabalho era a realidade de quase 15 milhões (30%) de crianças e jovens entre 10 e 17 anos.

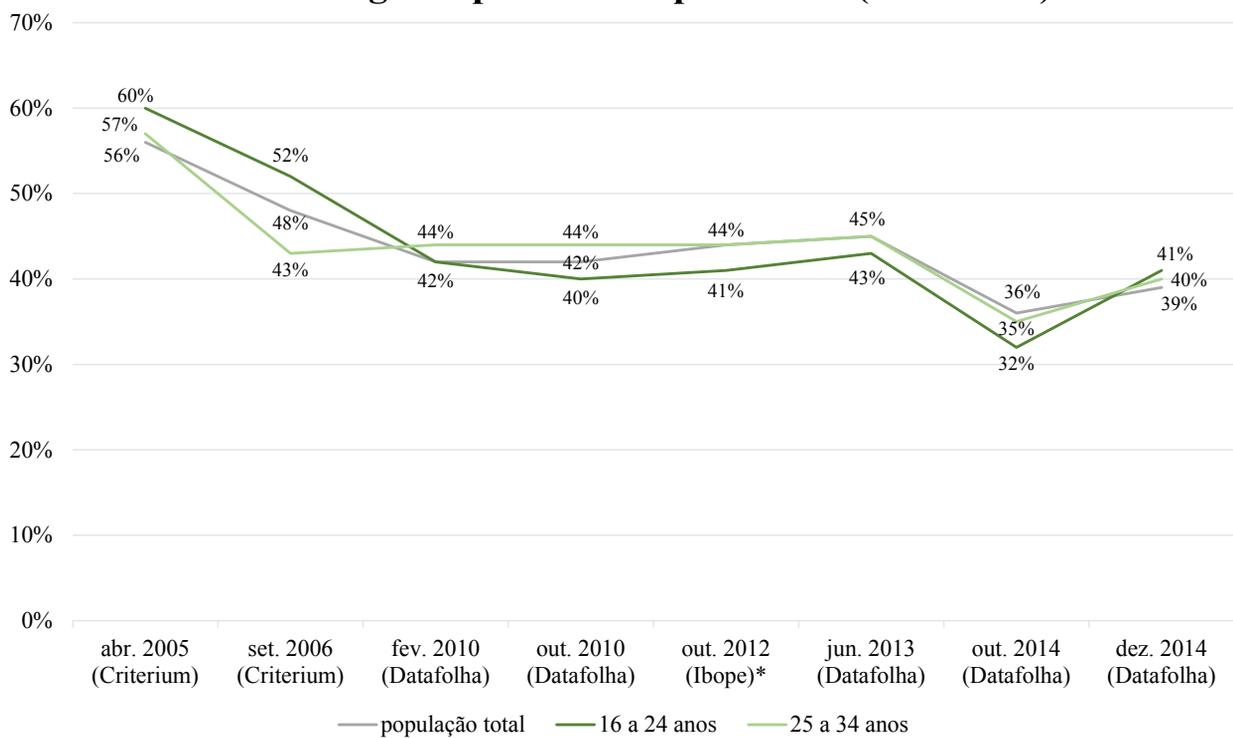
Na Constituinte de 1988, a juventude e o PT garantiram o direito de voto aos 16 anos e depois, a Frente Brasil Popular mobilizou os jovens para tirarem seu título eleitoral e construir a campanha Lula Presidente.

Pesquisa de julho indicava que o Partido tinha a preferência de 8% entre os 51% da população que tinha alguma preferência partidária. Porém, este índice era de 11% entre os jovens de 16 a 24 anos e de 12% de 25 a 34 anos (Ibope).

De algum modo, contribuíram para isso a realização do primeiro Encontro Nacional dos Estudantes do PT em agosto, a vitória dos petistas no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE)

### Tem alguma preferência partidária (2005-2014)

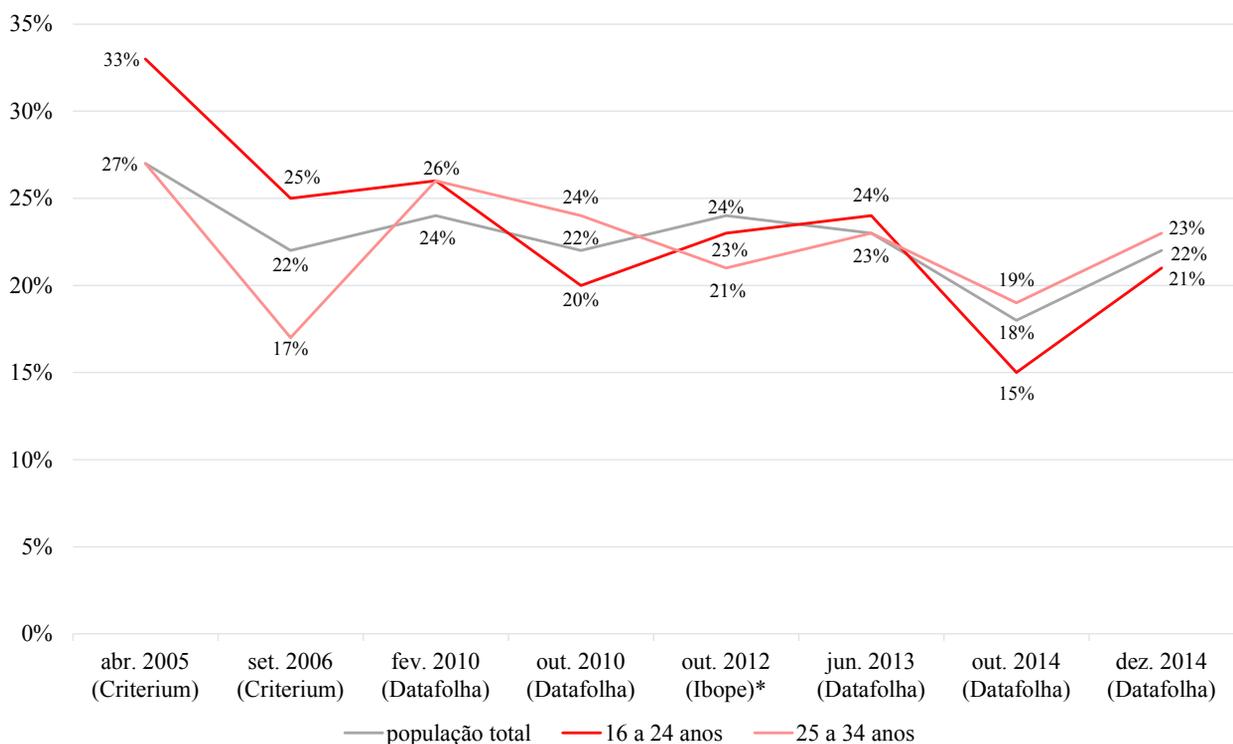
1



\* Nesta pesquisa, o Ibope pesquisou a faixa etária de 25 a 29 anos

### Tem preferência pelo PT (2005-2014)

2

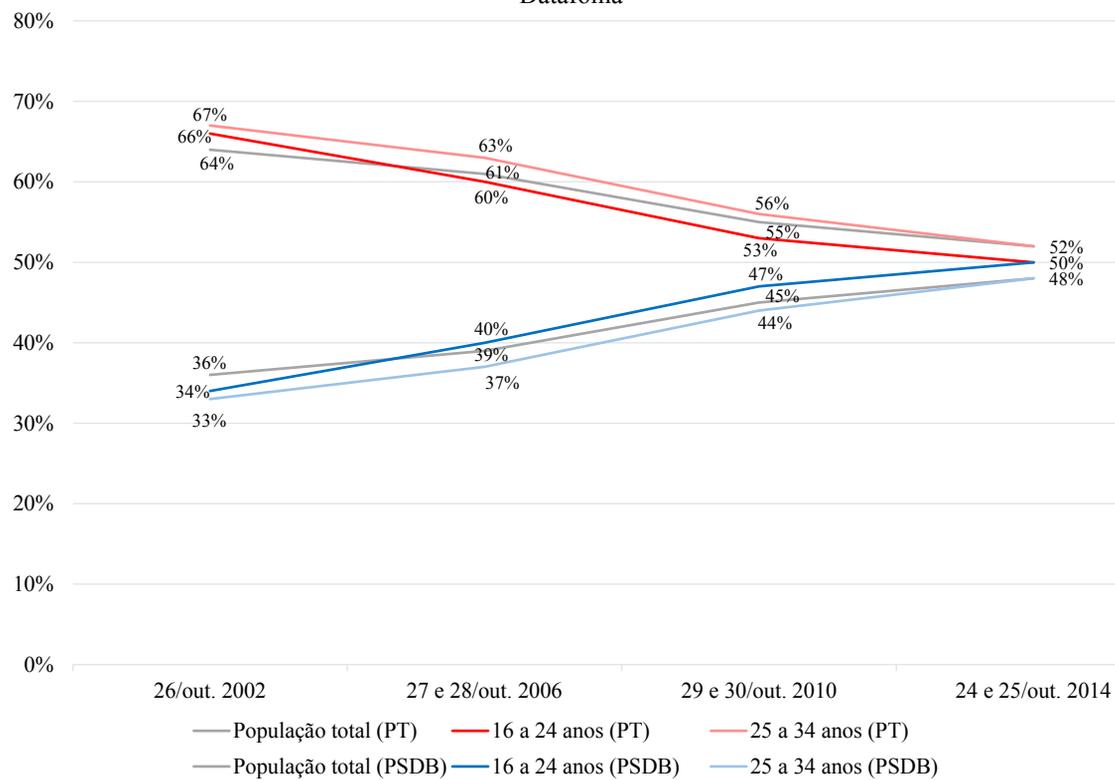


\* Nesta pesquisa, o Ibope pesquisou a faixa etária de 25 a 29 anos

3

### Intenção de voto para Presidência da República (2002, 2006, 2010 e 2014)

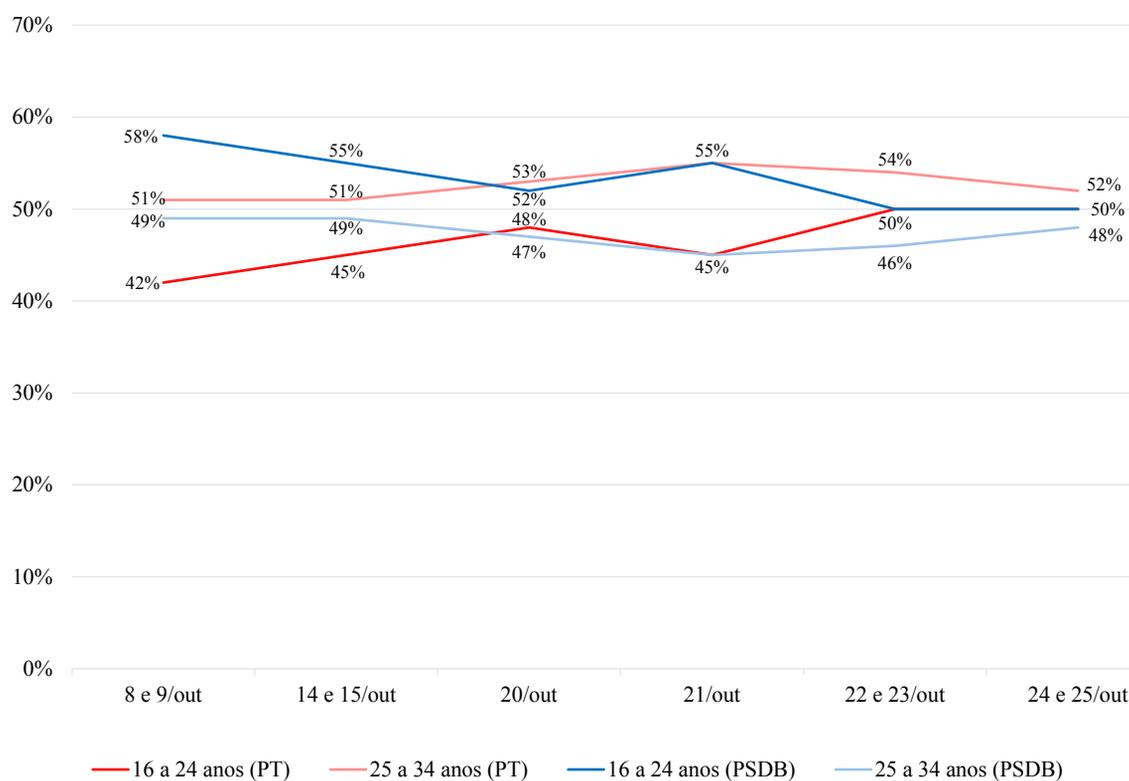
Datafolha



### Intenção de voto para Presidência da República (2014)

Datafolha

4





Movimentos como o Fora Collor (1992) ajudaram no crescimento do petismo entre os jovens

em outubro, e a criação da Secretaria Nacional de Juventude do PT em dezembro de 1987, no 5º Encontro Nacional.

Somados a esses fatores, a campanha eleitoral no segundo semestre de 1989, o primeiro Encontro Nacional da JPT em 1991 e o Fora Collor em 1992 parecem ter surtido efeito sobre a politização da juventude e o crescimento do petismo entre os jovens. Se em 1987, 60% da população entre 16 e 24 anos não tinha preferência partidária e apenas 8% preferiam o PT, em 1994 os que não tinham preferência eram apenas 25%, menos que os 31% que preferiam o PT. (Ibope)

Mas os anos 1990 foram duros com a juventude trabalhadora. Entre janeiro de 1990 e dezembro de 1997, 64% das demissões ocorreram na faixa etária entre 15 e 24 anos. (IBGE) Aqueles jovens enxergaram no PT uma alternativa política e uma alternativa de governo. A preferência ao Partido saiu de 16% em 1997 para novamente atingir 31% em outubro de 2002 (FPA, Criterium), contribuindo para a eleição de Lula.

Lutas como a greve das universidades federais em 2001 e a campanha do plebiscito da ALCA em 2002, associados ao fenômeno da preferência partidária, parecem ter se desdobrado em adesão ao

PT no período seguinte às eleições: entre 2002 e 2004, os filiados com 16 a 25 anos passaram de 15% para 20% do total, aproximadamente. (SORG-PT)

A curva ascendente do petismo na juventude atingiu seu ápice em abril de 2005, quando 33% dos jovens desta faixa etária tinham preferência pelo PT, entre os 60% que tinham preferência partidária.

Mas a crise daquele ano abalou profundamente a relação da população em geral com a política e do PT com a juventude, em particular. Entre abril e dezembro de 2005, a parcela da população que tinha alguma preferência partidária caiu de 56% para 38%, e foi entre os jovens que se deu o maior impacto político da acusação de que o partido teria pagado mesadas em troca de apoio parlamentar e a confissão de que praticava arrecadação não contabilizada para financiar campanhas eleitorais.

Esse revés político ocorreu concomitantemente a uma relativa melhora na situação de trabalho da juventude entre 15 e 24 anos. A taxa de desemprego que havia crescido de 11,4% para 19% entre 1995 e 2003, sofreu modesta queda para ainda elevados 18% em 2006, e a taxa de informalidade caiu de 62,5% em 2003 para 59,8% em 2006 (OIT).

Assim, mesmo Lula obtendo 60% das intenções de voto dos jovens entre 16 e 24 anos às vésperas do segundo turno de 2006, representava uma queda perante os 66% das intenções registradas em 2002. Este quadro seguiu se agravando até as eleições de 2014. Se em 2002 o voto dos jovens puxava para cima o percentual de intenção de votos da população total na candidatura do PT, em 2014 este voto puxou o percentual para baixo.

Pouco antes do segundo turno, em um contexto geral no qual apenas 36% da população tinha alguma preferência partidária, a preferência pelo PT na faixa entre 16 e 24 anos era de críticos 15% e as intenções de voto em Dilma atingiram 50%. (Datafolha) Paralelamente, entre 2008 e 2014, os jovens entre 16 e 25 anos passaram de 15% para 5% dos filiados do PT, aproximadamente. (SORG-PT)

Em suma, a significativa melhora das condições de vida da juventude nos últimos anos não se desdobrou em uma reversão do quadro de deterioração da relação do PT com os jovens. Este não é um problema de política pública, é um problema de política.

Preferência pelo PT (faixa etária) %			
	abr. 2005	set. 2006	variação
16 a 24 anos	33%	25%	- 8
25 a 34 anos	27%	17%	- 10
35 a 44 anos	29%	25%	- 4
45 a 59 anos	24%	24%	0
60 anos ou mais	19%	23%	+ 4



Preferência pelo PT (faixa etária) %			
	06 e 07 jun. 2013	22 e 23 out. 2014	variação
16 a 24 anos	24%	15%	- 9
25 a 34 anos	23%	19%	- 2
35 a 44 anos	27%	22%	- 5
45 a 59 anos	20%	19%	- 1
60 anos ou mais	18%	16%	- 2



Funcionou especialmente entre os mais novos a tática da direita dos últimos anos – principalmente a partir de junho de 2013 – de estimular a despolitização e criticar “tudo o que está aí”, ao mesmo tempo em que escondia seu programa econômico-social e escancarava seu conservadorismo reacionário e elevava o tom da luta ideológica.

Estas eleições e o período pós-eleitoral politizaram toda a sociedade. Contudo, quem mais se politizou foram os jovens: de outubro a dezembro, enquanto a população em geral que tem alguma preferência partidária cresceu apenas três pontos, na população entre 25 e 34 anos o aumento foi de cinco pontos e entre os jovens de 16 a 24 anos a variação foi de nove pontos positivos. Considerando que a preferência pelo PT aumentou seis pontos entre os mais jovens e quatro pontos entre os menos jovens, pode-se dizer que cerca de 66% dos mais

jovens que passaram a se identificar com algum partido se identificaram com o PT e que esse índice é de 80% na população de 25 a 34 anos.

Somado a isso, a variação positiva de 42% para 50% das intenções de voto para Dilma entre os jovens de 16 a 24 anos ao longo do segundo turno das eleições pode significar que politizar, polarizar, mobilizar e falar sobre o futuro tende a render bons frutos na tentativa de dialogar e conquistar a confiança da maioria trabalhadora da juventude brasileira.

Neste sentido, os atuais desafios do PT sobre o que pensar, como falar e organizar os jovens serão enfrentados em melhores condições se retomarmos a orientação que nos rendeu ampla adesão das novas gerações nos anos 1980 e 1990: uma estratégia que combine, na prática, ação institucional, mobilização social e construção partidária.

Diferentemente de 1985, o PT hoje já tem disponível uma vasta bibliografia sobre juventude, inúmeras pesquisas indicando as questões que mais preocupam os jovens e uma definição sobre os limites etários para a definição desta fase da vida. O partido dispõe, inclusive, de uma rica elaboração sobre uma organização de juventude militante e de massas que precisa funcionar a pleno vapor.

Entretanto, precisamos de mais transpiração para transformar essa inspiração em força política e social organizada e mobilizada por reformas democrático-populares e por políticas sociais universais de qualidade.

Mas tudo isso será ainda insuficiente se o PT não estiver disposto a humildemente reconhecer seus erros, aprender com eles e assim se redimir, pois sua imagem mudará perante a sociedade somente se mudar verdadeiramente sua própria constituição e padrão de funcionamento, o que vai muito além de reformar apenas sua fachada.

Somente esta postura convencerá as novas gerações de que o PT é mais que um partido com um glorioso passado pela frente.

**RODRIGO CESAR** é historiador e membro do Conselho da Escola Nacional de Formação do PT



Se em 2002 o voto dos jovens puxava para cima o percentual de intenção de votos da população total na candidatura do PT, em 2014 este voto puxou o percentual para baixo

# As razões do NORDESTE

■ *Múcio Magalhães e*  
 ■ *Antonio Pessoa (Zico)*



Campanha em Petrolina (PE)

No geral, o povo do Nordeste correspondeu aos avanços sociais e econômicos com uma **votação consagrada** em Dilma, confirmando que acima de tudo quer manter as conquistas propiciadas pelos governos petistas e não confia nos tucanos como alternativa

**A**votação de Dilma no segundo turno no Nordeste surpreendeu muitos e motivou as já conhecidas manifestações preconceituosas e racistas dos informados com o resultado eleitoral. Seu percentual nos nove estados da região variou dos 62,12% aos 78,76%. Para quem não acompanha o que vem ocorrendo na região e dá crédito a avaliações simplificadoras que terminam por cultivar o preconceito em maior ou menor grau, credi-

ta todo esse resultado ao programa Bolsa Família. É natural essa interpretação para quem sempre enxergou o Nordeste como um peso, região do atraso político e econômico e não deu a devida importância ao esforço dos governos Lula e Dilma para reduzir as desigualdades regionais.

Os fatos demonstram que os investimentos na região proporcionaram ao Nordeste apresentar um desenvolvimento econômico acelerado, bem acima da média das demais regiões do País. No início foram as políticas sociais de transferência de renda e o aumento real do salário míni-

mo que contribuíram para o crescimento do PIB per capita do Nordeste e da renda do trabalhador local. Posteriormente, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vieram os grandes investimentos em infraestrutura, como a duplicação das BRs, especialmente da BR 101, a Transnordestina, as obras da transposição do Rio São Francisco, os portos, aeroportos, obras de saneamento e outras, que abriram caminho para um processo de industrialização nunca visto na região, desconcentrando a produção industrial brasileira das regiões Sul e Sudeste.

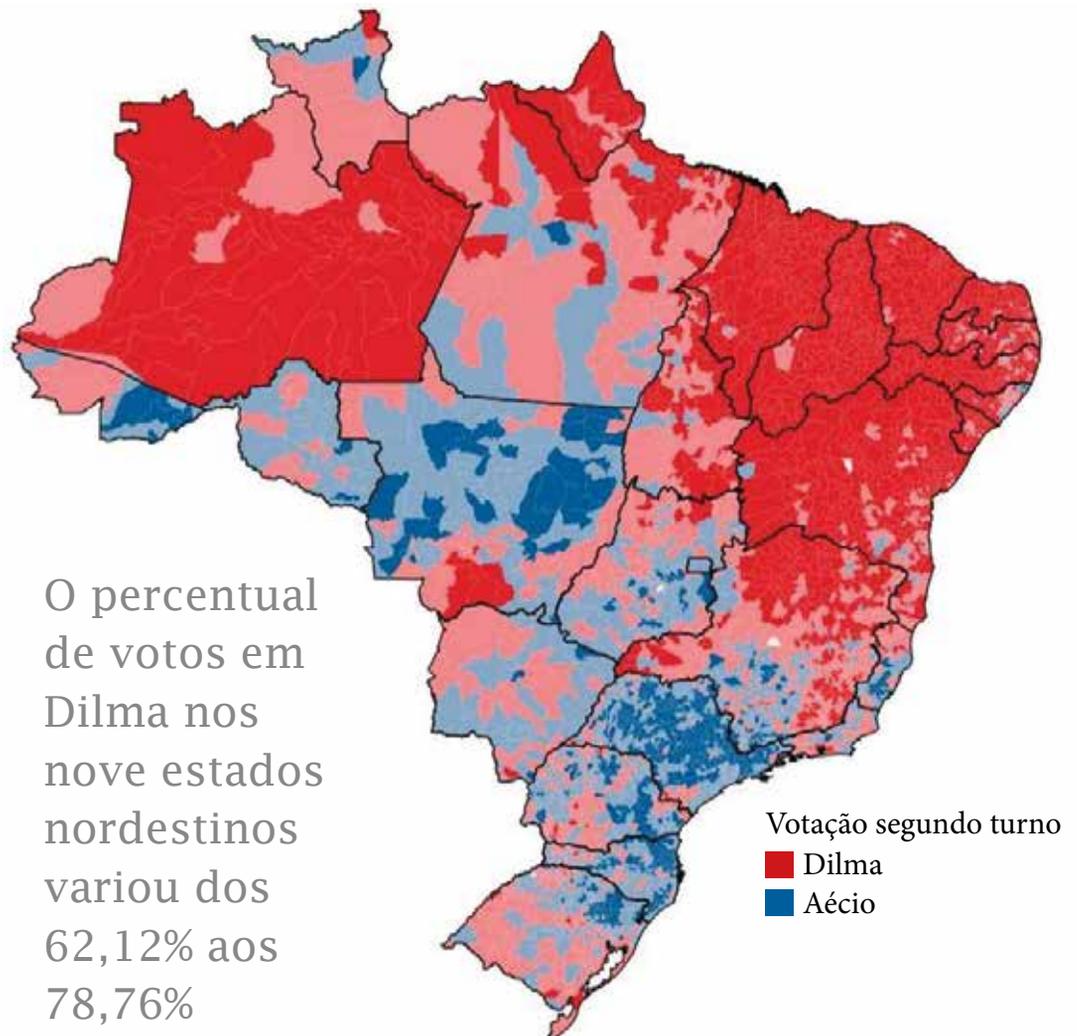
Investimentos privados e das empresas de capital misto, incentivados por políticas do governo federal, despontam nas áreas da petroquímica, da siderurgia, da indústria naval, da indústria automobilística, eólica, ferrovias, refinarias, indústria farmoquímica, de papel e celulose, etc. É uma indústria de alto valor agregado, que por necessitar de trabalhadores com melhor grau de qualificação, oferece melhores salários, o que tem estimulado a formação de uma jovem classe trabalhadora que passou a ter acesso a bens e serviços que seus pais nunca tiveram.

No campo, as políticas de financiamento à agricultura familiar, as medidas de estímulo ao desenvolvimento de práticas de convivência com a seca, a implantação de mais de um milhão de cisternas no semiárido, aliadas às políticas de proteção social, elevaram a qualidade de vida do sertanejo a uma condição nunca antes vista.

A renda e a riqueza ainda é hiperconcentrada na região, mas o crescimento econômico, aliado as políticas sociais nas áreas de educação com a ampliação de vagas no ensino técnico e superior, os investimentos em saúde com novos hospitais, mais médicos, entre outros, têm elevado a autoestima da população, que é beneficiária direta das políticas dos governos do PT ou não.

No geral, o povo do Nordeste respondeu aos avanços sociais e econômicos com uma votação consagradora em Dilma, confirmando que acima de tudo quer manter as conquistas propiciadas pelos governos Lula e Dilma e que não confia nos tucanos como alternativa de governo para manter os avanços atuais e garantir novas conquistas.

O aspecto que chama a atenção é a diminuição do número de deputados federais eleitos pelo PT na região, 18 ao



O percentual de votos em Dilma nos nove estados nordestinos variou dos 62,12% aos 78,76%

todo. Estados como Pernambuco e Rio Grande do Norte não elegeram nenhum; no Ceará, onde foi eleito um governador do PT, foram eleitos quatro deputados; ficando a Bahia com o melhor resultado, com a eleição do governador do PT e de oito deputados federais. Também diminuiu o número de deputados estaduais. Parece estar na votação proporcional o reflexo da intensa campanha de desgaste movida contra o PT desde 2005, somada as insuficiências do governo na disputa de hegemonia da sociedade. Não pode ser considerado normal um resultado onde elegemos a presidenta da república e a bancada diminui.

As eleições deste ano deixaram lições e sinais das mudanças que precisam ocorrer no PT e no governo para que seja mantido o apoio que o Nordeste vem dando em todas as disputas presidenciais as candidaturas do PT. É hora de ouvir com atenção o recado das massas nas ruas e nas urnas que ao mesmo tempo em que reelegeram Dilma também estão chamando o PT para a luta social, para o enfrentamento da direita que cresceu na eleição.

■ **MÚCIO MAGALHÃES** e **ANTONIO PESSOA (ZICO)** são dirigentes do PT Pernambuco

# A hora da estratégia

■ *Iole Ilíada*

Sem uma estratégia organizada, que integre todos os militantes e dirigentes sociais e políticos – incluindo evidentemente os que atuam nas várias instâncias e escalões do governo –, não haverá meios da pauta programática da esquerda prosperar, já que ela será combatida duramente pelos nossos inimigos

**N**a edição passada desta *Esquerda Petista*, ao analisar a relação entre governos, movimentos e partidos, afirmamos que “as lutas sociais e as lutas eleitorais devem ser compreendidas como faces distintas e articuladas de um mesmo fenômeno”, sendo “manifestações diferentes, em cada momento histórico e em cada situação particular, da luta de classes”. Faltou talvez dizer que muitas vezes os processos eleitorais-institucionais convertem-se, eles mesmos, em catalisadores do impulso social, trazendo para a arena desta luta setores que de outra maneira estariam dela afastados. Foi o que aconteceu, indubitavelmente, no segundo turno da campanha pela reeleição de Dilma Rousseff, agora em 2014.

Tendo sido extremamente politizada e polarizada, colocando em confronto duas visões antagônicas de mundo e de país, esse segundo turno revelou-se uma manifestação aguda da luta de classes travada no Brasil, em que se conformaram dois campos bastante nítidos, à esquerda e à direita, seja no que se refere aos temas econômicos ou às questões sociais e culturais – evidenciando a disputa estrutural entre o projeto da classe dominante e aquele em que prevalecem os interesses dos trabalhadores. Nesse processo, aglutinaram-se em torno da candidatura Dilma, além da militância dos partidos que a apoiavam formalmente, uma ampla intelectualidade de esquerda; movimentos sociais organizados; organizações sociais e entidades de classe de cunho



progressista; antigos ativistas que estavam afastados das lutas sociais; importantes dirigentes e muitos militantes de partidos da oposição de esquerda que “liberaram o voto” no segundo turno; militantes e simpatizantes agindo à revelia de direções que declararam voto nulo; e, não menos importante, uma base social não organizada, composta por muitos jovens, cuja primeira experiência mais intensa no campo da luta de classes foi exatamente essa acirrada disputa eleitoral.

Sobre os partidos de esquerda que declararam voto nulo, aliás, cabe comentário. Muito se falou, durante a eleição, sobre o papel que tal posição acaba por cumprir em uma disputa com essas características, em que qualquer pretensa neutralidade de parte da classe trabalhadora organizada só pode favorecer a direita. No entanto, poder-se-ia dizer que esse equívoco político contribuiu menos para o resultado final da eleição – dado que foram poucos os que efetivamente seguiram semelhante orientação partidária – e mais para o isolamento de tais organizações em relação ao conjunto da classe trabalhadora que dizem representar, bem como aos principais movimentos sociais e a sua própria base política.

Já sobre a intensa mobilização social de esquerda construída em torno da candidatura Dilma, é importante destacar que ela se caracterizou – como não é incomum nessas circunstâncias – muito mais pelo espontaneísmo, pelo voluntarismo e por ações profusas e difusas do que por uma “ordem unida”, um centro estratégico organizador e coordenador. Essa mobilização – que levou tais segmentos a conquistar novamente as ruas após as disputas por esse espaço ocorridas em junho de 2013 – e o acirramento do embate, fenômenos interconexos, ajudaram a deslocar para a esquerda o programa e o tom

da campanha no segundo turno, o que, por sua vez, tornou ambos – mobilização e acirramento – ainda maiores, funcionando como uma espécie de *círculo virtuoso da política*. Tais circunstâncias acabaram por determinar que a vitória de Dilma fosse, inequivocamente, a vitória do projeto defendido amplamente pelos setores democráticos, populares e de esquerda do país. Contraditoriamente, no entanto, a vitória popular deste projeto de esquerda, seja pelos vícios de nosso sistema eleitoral ou pelos erros políticos cometidos, não encontrou correspondência na correlação de forças institucionais emergida da eleição. Basta ver a composição do Congresso eleito, um dos mais conservadores desde a redemocratização do final dos anos 1980.<sup>1</sup>

Além disso, o processo também evidenciou que os distintos segmentos da classe dominante estão hoje melhor organizados e articulados, e que a direita política e social, inclusive suas frações mais radicalizadas, saiu do armário para as ruas, sem nenhum constrangimento em pregar publicamente seu ideário preconceituoso, reacionário e golpista. Em tal contexto, no qual o programa de governo vitorioso não possui suficiente apoio institucional, a resposta óbvia parece ser a de buscar constituir uma outra fonte de apoio político e social. E, como muitos apontaram, o movimento gerado na campanha ofereceria, de pronto, as bases para tanto: o governo deveria se ancorar, para realizar o necessário e anunciado segundo mandato superior ao primeiro, na força desse amplo movimento de esquerda que se constituiu.

É nesse sentido, aliás, que aponta a resolução aprovada, por unanimidade, pelo Diretório Nacional do PT, em novembro de 2014, ao destacar, como seu maior desafio, a necessidade de “em conjunto com partidos de esquerda, desencade-

ar um amplo processo de mobilização e organização dos milhões de brasileiros e brasileiras, que saíram às ruas para apoiar Dilma Rousseff, mas também para defender nossos direitos humanos, nossos direitos à democracia, ao bem estar social, ao desenvolvimento e à soberania nacional”. A resolução reconhece, ainda, que será fundamental “construir uma nova governabilidade democrática, que passe pelo parlamento e deve estender-se pelos movimentos sociais e pela participação organizada da população”<sup>2</sup>.

O problema fundamental aqui, no entanto, é que tal construção não se dará naturalmente, e nem tampouco somente com declarações de intenção. Afinal, o apoio recebido pela candidatura petista, especialmente no segundo turno, não representou um cheque em branco ou uma sustentação incondicional ao futuro governo. Ele deu-se claramente em torno de um projeto de corte democrático e popular e da expectativa desse segundo mandato superior. Se essa expectativa se frustrar, a mobilização pode inclusive reverter-se em manifestação de oposição ao governo.

Por sua vez, sem um amplo apoio, não será possível ao governo avançar no projeto eleito nas urnas. Nesse caso, teríamos um movimento inverso ao ocorrido na campanha; desta vez, *um círculo vicioso da política* levaria ao enfraquecimento de ambos, campo progressista e projeto democrático e popular.

Para que isso não ocorra e para que se conforme e organize de fato uma verdadeira frente popular, a disposição ao diálogo e os gestos simbólicos serão condições necessárias; mas não serão suficientes. Também engana-se quem pensa que o modo de funcionamento que vigorou durante o período eleitoral – espontaneísta, fragmentado, sem coordenação centralizada – será capaz de manter essa força



social ativa, mobilizada e articulada em torno de objetivos comuns.

Para que o anunciado na resolução do PT ganhe concretude e efeito, serão necessários dois instrumentos políticos insubstituíveis: o *programa* e a *estratégia*.

Sem uma pauta programática que unifique essa luta e agregue a ela os distintos setores dos movimentos sociais, da intelectualidade progressista e dos demais partidos de esquerda, não se conseguirá gerar a mobilização necessária para converter opiniões e posições em força política e social, capaz de sustentar os processos de transformação contrários aos interesses das classes dominantes. São exemplos dessa pauta a reforma política e a democratização dos meios de comunicação, mas também temas como a criminalização da homofobia e a punição dos que cometeram crimes durante a ditadura militar no país.

E sem uma estratégia organizada, que integre todos os militantes e dirigentes sociais e políticos – incluindo evidentemente os que atuam nas várias instâncias e escalões do governo –, não haverá meios dessa pauta programática prosperar, já que ela será combatida duramente pelos nossos inimigos, cuja capacidade de atuação estratégica vem-se revelando superior à nossa no último período.

Lembremos que “estratégia” é uma palavra que deriva do jargão militar para a política. Lá como cá, ela refere-se a traçar claramente o objetivo fundamental que se pretende atingir, o conjunto de táticas articuladas que serão utilizadas para isso e as tarefas que cada setor envolvido, a partir de sua posição e dos instrumentos de que dispõe, deverá cumprir para que o objetivo seja alcançado. Isso requer, entre outras coisas, a identificação clara dos inimigos e sua separação entre principais e secundários. Requer ainda a capacidade de discutir, construir consensos, tomar decisões e comunicar as orientações gerais para o conjunto daqueles que estarão na linha de frente das disputas e embates, de forma a que todas as ações executadas possam convergir na mesma direção e sentido, e de modo a que, se por ventura forem necessários recuos táticos, todos possam estar seguros de que isso não comprometerá a estratégia que está sendo implementada – e não se produz, para usar ainda uma analogia militar, uma debandada geral das tropas.

Só uma estratégia bem definida, na qual sejam eleitas pautas programáticas prioritárias, criará as condições para que se cumpra o que o PT apontou como uma das medidas urgentes a serem tomadas: “adotar iniciativas para dar organicida-

de ao grande movimento político-social que venceu o segundo turno das eleições presidenciais. Compor uma ampla frente onde movimentos sociais, partidos e setores de partidos, intelectuais, juventudes, sindicalistas possam debater e articular ações comuns, seja em defesa da democracia, seja em defesa de reformas democrático-populares”<sup>3</sup>.

No momento em que escrevemos este artigo, esta estratégia não parece estar clara. Será o PT capaz de construí-la de forma articulada aos demais setores aqui citados? Essa resposta terá que ser dada rapidamente. E o 5º Congresso do Partido, a ser realizado em junho de 2015, poderá oferecer a oportunidade para isso. Desde que – é claro – converta-se efetivamente em processo de diálogo e articulação com os milhões que foram às ruas defender a reeleição de Dilma Rousseff, gerando um movimento que transcenda o conjunto da militância petista, e possa abarcar inclusive aqueles que criticam, sob diferentes aspectos, o Partido.

Da capacidade do PT em capitanear este processo dependerá, em grande medida, o êxito do segundo mandato de Dilma e o futuro do projeto democrático, popular e socialista no país.

**IOLE ILÍADA é vice-presidenta da Fundação Perseu Abramo**

## NOTAS

**1** A respeito, ver QUEIROZ, Antônio Augusto de. As razões da eleição de um Congresso conservador. [www.teoriaedebate.org.br/colunas/cafe-no-congresso/razoes-da-eleicao-de-um-congresso-conservador#sthash.GZgYljY](http://www.teoriaedebate.org.br/colunas/cafe-no-congresso/razoes-da-eleicao-de-um-congresso-conservador#sthash.GZgYljY)

**2** A referida resolução pode ser acessada em [www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/12/DN-FORTALEZA-RESOLUCAO-POL%C3%8DTICA.pdf](http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/12/DN-FORTALEZA-RESOLUCAO-POL%C3%8DTICA.pdf)

**3** Mais uma vez, citamos aqui a resolução política aprovada pelo PT no DN de Fortaleza, realizado em 28 e 29/11/2014.

# Qual ECONOMIA?

■ *Wladimir Pomar*

**E**m meados de 2013, o governo Dilma já estava preso numa camisa de força. Não conseguia fazer a produção crescer, em especial a de alimentos e a de industrializados não duráveis. Com a inflação no teto da meta estipulada, usou o amargo remédio da elevação dos juros. Para piorar, sua balança comercial foi deficitária e a taxa de câmbio subiu. É verdade que isso se deveu, em parte, à mudança do vento de popa para vento de proa na economia mundial, como disse Delfim. Isto é, os preços das *commodities* agrícolas e minerais, que permitiram grandes saldos comerciais nos governos Lula, caíram principalmente porque a crise nos EUA e na Europa reduziu as importações dessas áreas, forçando a queda no ritmo de crescimento na Ásia e na China.

No entanto, mudanças cíclicas desse tipo fazem parte do desenvolvimento capitalista e eram previsíveis. Mas a economia brasileira não foi preparada para elas. O que colocou o governo e o empresariado diante de menores taxas de rentabilidade, incertezas quanto à evolução da taxa de juros e da política fiscal, encolhimento do crédito privado, e desaceleração no crescimento dos salários reais. A produção industrial caiu mais de 5%. A crise da indústria, iniciada nos anos

É preciso realizar um crescimento ampliado da produção industrial e agrícola. E fazer com que tal crescimento sirva não para centralizar, mas para **democratizar o capital e melhorar as condições de vida da maior parte da sociedade**, evitando conflitos sérios entre consumo e investimento





O Brasil não precisa de intermediários para aproveitar as oportunidades de negócios na Ásia. Uma “abertura comercial” ainda maior para os países da Aliança do Pacífico apenas repetirá a **devastação ocorrida no Brasil dos anos 1990**. O mesmo pode ser dito em relação aos “acordos de livre comércio”

1970, agravou-se. Há alta persistente dos preços. A capacidade de endividamento dos consumidores declinou. Os empresários adiaram investimentos. E as contas públicas parecem no limite. Em termos gerais, há descompasso entre o processo de inclusão social e redução da pobreza, e o crescimento mais lento da economia. Ou seja, entre o consumo e o investimento na produção. A demanda cresceu mais rápido do que a oferta.

Diante disso, os empresários brasileiros apostam nos acordos comerciais com os EUA e com a Europa, abrindo ainda mais o mercado brasileiro para essas áreas. Segundo eles, a associação com a Aliança do Pacífico, proposta pelos EUA, permitiria a captação de investimentos e a incorporação das empresas brasileiras nas cadeias internacionais de valor. Elas poderiam aproveitar a “abertura que os países da Aliança têm para a região Ásia-Pacífico”, o motor do crescimento mundial.

Esse empresariado desconhece que o motor do crescimento mundial, a Ásia do Pacífico, tem pouco a ver com a “Aliança” proposta pelos Estados Unidos. O Brasil não precisa de intermediários para aproveitar as oportunidades da Ásia. Por outro lado, as cadeias internacionais ou globais de valor das corporações transnacionais procuram subordinar todos a seus interesses. Nessas condições, uma “abertura comercial” ainda maior para os países da Aliança apenas repetirá a devastação ocorrida no Brasil dos anos 1990. O mesmo pode ser dito em relação aos “acordos de livre comércio”, que impõem a redução de tarifas, acordos desiguais de propriedade intelectual e de investimentos e de compras governamentais, e a redução do Estado na economia. Como os EUA não conseguem resolver esses problemas na OMC, pela resistência dos países em desenvolvimento, adotaram a estratégia das Alianças regionais, a exem-

plo da Parceria TransPacífica e da Aliança do Pacífico. Com isso, procuram isolar a China e colocar sob tutela os países em desenvolvimento.

Portanto, a “abertura comercial” para a Aliança do Pacífico seria um horror suicida sem fim. Para evitá-lo é preciso outro caminho.

Alguns argumentam que o Brasil enfrenta apenas dois grandes desafios macroeconômicos: um cambial e outro fiscal. O desafio cambial consistiria em tornar o sistema de metas de inflação menos dependente das flutuações cambiais, que dificultam a diversificação produtiva e o desenvolvimento econômico. O desafio fiscal, por outro lado, residiria em aumentar o superávit primário do setor público.

Para superar esses dois desafios seria necessário liberar os preços relativos da economia, como a taxa de câmbio real e as tarifas. Ou seja, o aumento da produção industrial e agrícola dependeria da mudança nas tendências do câm-



Em geral, as concessões feitas ao setor privado na construção e operação da infraestrutura e no funcionamento dos mercados tiveram pouco efeito, por causa das **baixas taxas de retorno** relacionadas com a macroeconomia dos juros altos e indecentes do cassino financeiro



bio. Esta mudança, por sua vez, dependeria do controle inflacionário tornar-se independente da taxa cambial, que deveria ser estável. No entanto, o câmbio não depende apenas da política monetária, mas da política macroeconômica em conjunto, sobretudo da política fiscal. E a queda no crescimento tem piorado as metas fiscais. A receita cresce menos em virtude do menor crescimento do PIB e dos incentivos fiscais e tributários. E os gastos cresceram acima das taxas de crescimento do PIB, porque houve ampliação das transferências de renda e do gasto público com habitação, saúde e educação. E também porque a política fiscal foi utilizada para controlar alguns preços, através de desonerações, o que reduziu o superávit primário.

A conclusão a que chegam é que não haveria mais espaço para incentivos fiscais e financeiros ao setor produtivo, à rede de proteção social, e aos serviços públicos universais. Seria necessário um ajuste fiscal. Teoricamente, tal ajuste teria que considerar as demandas da população, preservar seu bem estar, ajustar o desenvolvimento, e eliminar os controles de preço. Mas, na prática, o governo reduziria o crescimento econômico e liberaria os preços para recuperar a capacidade do Estado de gerar superávits primários para pagar os serviços da dívida pública. Portanto, a hipótese de que a estabilidade fiscal não afetaria as demandas crescentes da sociedade não passa de teoria. E nem há garantia de que o ajuste fiscal atinja seus objetivos.

Afinal, ajustes macroeconômicos desse tipo só dão certo se tiverem por base uma produção sustentada de alimentos e de produtos industriais, que gerem um valor agregado – ou seja, realizem uma acumulação de capital suficiente para dar apoio às políticas cambial e fiscal e às políticas sociais e ambientais.

Na ausência dessa sustentação, ajustes fiscais tendem a repetir a crise de 1998-99. Taxas de câmbio muito elevadas ou muito reduzidas prejudicam o crescimento econômico. Políticas fiscais muito apertadas ou muito frouxas também produzem efeitos prejudiciais ao crescimento do PIB. É o crescimento da economia, e o capital acumulado por ele, que dão uma base segura para administrar o câmbio e o orçamento fiscal.

Não existe país desenvolvido com câmbio estável e orçamento fiscal equilibrado, sem uma indústria geradora de empregos e de cadeias produtivas. Somente um setor industrial forte, com inserção adequada no mercado internacional, pode dar curso a um desenvolvimento sustentável. Apesar disso, parece haver em amplos setores do governo e da esquerda a crença de que a política industrial depende da macroeconomia, e não que a macroeconomia deve estar subordinada à política industrial, principal geradora de valor, ou de riqueza.

Essa inversão obedece ao discurso de que *indústria* é coisa do século passado. Está apoiada nos efeitos da devastação e da desnacionalização do parque industrial brasileiro, ocorridas nos últimos 25 anos do século 20. Essa devastação tornou o Brasil incapaz de acompanhar a terceira revolução industrial, e tornou as indústrias restantes incapazes de ter preços competitivos nos mercados internacional e nacional.

Entre 2003 e 2014, o governo supôs não ter força política para modificar os juros altos e o câmbio. Mas esse foi um período em que a elevação dos preços internacionais das *commodities* permitiu saldos comerciais, a redução da dívida pública externa, e a acumulação de reservas internacionais. O que deu a impressão de que o caminho do crescimento estava asfaltado.

No entanto, apresentando uma das maiores taxas de juro real do mundo, o Brasil erigiu uma barreira aos investimentos produtivos, em especial na indústria. Isso explica porque a política industrial da última década limitou-se a programas de apoio, como o Reintegra e o de Conteúdo Nacional, cujos resultados foram medíocres. De 2003 a 2014, os investimentos públicos mantiveram-se entre 0,4% e 0,1% do PIB.

Na prática, setores do governo e do PT acreditaram que o sucesso no crescimento econômico poderia ser alcançado apenas através do aumento do consumo e de concessões de infraestrutura ao setor privado. Este setor, entretanto, só investia quando sua taxa de retorno, ou taxa de rendimento, ou taxa de lucro, era superior à taxa de juros obtida no mercado financeiro. O que criou distorções de toda ordem nos custos e andamento das obras.

Além disso, grande parte dos atuais investimentos privados na indústria está voltada para o aumento da eficiência produtiva, ou da produtividade. Por um lado, se vê às voltas com a limitação de capital acumulado e com as incertezas quanto à demanda e à carga tributária. Por outro, tende a substituir a mão-de-obra por tecnologia, ou por capital constante, aumentando o desemprego.

Em geral, as concessões feitas ao setor privado na construção e operação da infraestrutura e no funcionamento dos mercados tiveram pouco efeito, por causa das baixas taxas de retorno relacionadas com a macroeconomia dos juros altos e indecentes do cassino financeiro.

A desoneração dos produtos dos setores industriais oligopolizados, como o automobilístico, também mostrou pouco efeito na redução de preços e na manutenção de empregos. E o aumento da produtividade do trabalho de setores seletivos da indústria não será suficiente para



obter altas taxas de crescimento e, muito menos, de emprego.

Para desatar os nós do desenvolvimento, o governo Dilma deveria tomar como desafio central alcançar uma taxa de crescimento anual de 4% a 5%. E ter como objetivos complementares absorver o “exército de reserva” ao mercado de trabalho, resolver os problemas básicos de transporte, saúde, educação e saneamento urbano, reconstruir a infraestrutura industrial e agrícola, e ampliar os avanços sociais já conseguidos.

Para materializar tal objetivo será necessário elevar as taxas de investimento para cerca de 25% do PIB, ou algo em torno de 400 bilhões de dólares. O que exige maior participação do Estado, ou dos recursos públicos nesses investimentos, assim como a atração de capitais externos.

Em termos práticos, isso demanda uma macroeconomia mais ajustada. Em primeiro lugar, juros mais baixos, que desestimulem os capitais especulativos de curto prazo e estimulem os investimentos produtivos. Depois, taxas de câmbio administradas, que elevem a competitividade dos manufaturados brasileiros no mercado internacional e não prejudiquem a importação de bens de capital para a indústria. Além disso, demandam uma reforma tributária que taxe fortemente o capital entesourado, estimule o capital produtivo

e desonere os rendimentos do trabalho. E a aplicação firme das leis contra a formação de cartéis, oligopólios e monopólios. Finalmente, a criação de empresas estatais que induzam os setores privados, principalmente médios e pequenos, a adensar as cadeias produtivas nacionais.

Em outras palavras, trata-se de realizar um crescimento ampliado da produção industrial e agrícola. E fazer com que tal crescimento sirva não para centralizar, mas para democratizar o capital e melhorar as condições de vida da maior parte da sociedade. Ou seja, a renda gerada pelo aumento da produção deve alimentar não só a reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada da força de trabalho, evitando conflitos sérios entre consumo e investimento.

Nas condições brasileiras, essa estratégia terá que incluir um novo tipo de regulação dos investimentos estrangeiros, de modo que eles se voltem para o setor produtivo e contribuam para o desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

Sem reverter a econometria liberal e neoliberal em economia política, o governo Dilma estará fadado a patinar na flutuação das taxas cambiais, no arrocho fiscal e nos juros estratosféricos. (13/12/2014)

**WLADIMIR POMAR** é jornalista e colaborador da Fundação Perseu Abramo

## O nó está na indústria

■ Jandyra Uehara

Para reverter o quadro de desindustrialização e desnacionalização, é fundamental avançar na construção de uma forte cadeia de empresas estatais e públicas nos setores econômicos estratégicos

**A** preocupação central deste texto é refletir sobre a ação política da classe trabalhadora e em especial da CUT – Central Única dos Trabalhadores, organização de maior influência na classe trabalhadora organizada, neste contexto de intensificação da disputa entre os projetos de desenvolvimento econômico, social e democrático, num cenário em que as conquistas obtidas no período nos governos de Lula e Dilma ainda não se converteram em avanços estruturais e tão pouco na consolidação de outro modelo de desenvolvimento, sustentado por reformas de base democrático-populares.

O debate e a disputa das alternativas de desenvolvimento para o país estão polarizadas como nunca, muito embora tenham sofrido uma grande derrota eleitoral, com a heroica vitória eleitoral de Dilma, impulsionada pelos setores populares e de esquerda.

No entanto o projeto neoliberal, longe de uma derrota que forjasse as condições para Dilma realizar um segundo mandato superior ao primeiro, fortaleceu-se politicamente em vários *fronts*, com o apoio da direita conservadora, dos rentistas e do oligopólio da mídia



Uma importante batalha até agora vencida pelos setores conservadores diz respeito ao controle da inflação através da elevação da taxa de juros, resgatada desde meados de 2013, após a importante ofensiva que o governo Dilma fez em 2012, quando houve a queda dos juros graças a atitude dos bancos públicos.

A ausência de um projeto estratégico (de partido e de governo), apontando

para uma compreensão e consequente ação de sustentação política por parte dos setores organizados, colaborou para que sem luta e disputa pela significação política, aquela importante decisão do governo Dilma se dissipasse em pouco tempo e aumentasse o grau de intolerância e ferocidade dos rentistas em relação ao governo e aos riscos que a sua continuidade representava.



O debate acerca do desenvolvimento e da política industrial deve ser prioritário no 12º Congresso da CUT, cuja abertura ocorrerá em março de 2015. Trata-se principalmente de traçar estratégias de luta, disputa de rumos e processos de **conscientização e mobilização da classe trabalhadora**

A luta por reformas democráticas e populares e por mudanças na política econômica que se contraponham aos interesses da poderosa burguesia rentista e seus aliados pressupõe apoio popular e da classe trabalhadora em organizações preparadas para disputar hegemonia no conjunto da sociedade.

A importância da disputa de hegemonia fica clara quando lemos o boletim *Economia em Foco*, produzido em dezembro de 2014 pela subseção do Dieese da CUT nacional:

*“No geral, como ficou claro, não há quaisquer indicativos de uma inflação de demanda generalizada, muito pelo contrário, com as oscilações dos preços sendo causadas por vários movimentos como choques de oferta, gestão de preços pelo governo (indexados) e preços sazonais (ainda com diminuto espaço de repasse), além do componente inercial dificultar uma absorção mais rápida dos choques inflacionários. Neste sentido, quando o governo aumenta as taxas de juros com a justificativa de combater a inflação, torna-se necessário salientar que ele o faz por completa falta de outros instrumentos: no limite, há compressão da demanda mesmo que ela não seja fator determinante de choques inflacionários de forma direta e imediata e, de forma indireta, valorizando o câmbio e tentando diminuir o custo dos produtos importados.”*

Fica claro, portanto, que a narrativa política dos rentistas acerca do “descontrole” da inflação e a consequente adoção do amargo remédio dos juros altos, que lhes enchem os bolsos de dividendos, venceu este *round* e sem a devida resistência política.

Em 2012, a CUT aprovou resolução em defesa de uma Conferência nacional do sistema financeiro, justificando assim:

*“Queremos ir além da crítica da política econômica. A CUT quer outra economia política, baseada na soberania e participação popular nas decisões estratégicas de rumos do Governo. Em outras palavras, um Estado democratizado. Queremos debater o papel do Sistema Financeiro Nacional, do Banco Central do Brasil, do Conselho Monetário Nacional, dos bancos públicos e dos fundos de pensão, inserir nossas propostas de regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal e de contrapartidas sociais nos empréstimos públicos e nos fundos sociais.”*

Esta proposição precisa ser avaliada na atual conjuntura e efetivada a luta pela regulamentação do sistema financeiro, em bases compatíveis com o projeto de desenvolvimento democrático e popular.

Outra batalha em que estamos perdendo terreno diz respeito às investigações e denúncias de corrupção na Petrobrás, hoje utilizadas para dois propósitos da direita: criminalizar e destruir o PT e caracterizar a petrolífera e as empresas públicas de modo geral como antro de corrupção, incompetência e ineficiência, ou seja, os ingredientes necessários para construir condições políticas para, com respaldo da opinião pública, defender um novo ciclo de privatizações e entrega do patrimônio do povo brasileiro ao mercado e aos interesses do imperialismo.

E isto justamente num período em que, para reverter o quadro de desindustrialização e desnacionalização, é fundamental avançar na construção de uma forte cadeia de empresas estatais e públicas nos setores econômicos estratégicos, para induzir o desenvolvimento a exemplo que já foi feito pelo Estado em vários países desenvolvidos e mesmo no Brasil, noutros períodos da nossa história. E que agora pode e deve ser feito, a partir de uma

perspectiva de desenvolvimento democrático e popular, com valorização do trabalho, empoderamento econômico, político e cultural da classe que vive de salários.

Não há classe trabalhadora forte sem desenvolvimento econômico e não há desenvolvimento econômico sem indústria forte.

O debate acerca do desenvolvimento e da política industrial deve ser prioritário no 12º Congresso da CUT, cuja abertura ocorrerá em março de 2015. Trata-se principalmente de traçar estratégias de luta, disputa de rumos e processos de conscientização e mobilização da classe trabalhadora. Para além dos interesses imediatos de segmentos da classe, é preciso articular as pautas da indústria, do setor público, comércio e serviços, logístico e rural, tirar a Plataforma da Classe Trabalhadora dos bonitos cadernos e colocá-la nas ruas.

Não podemos nos comportar como se estivéssemos nos tenebrosos anos 1990, hegemonicamente neoliberais. Temos um governo em disputa, os projetos de classe apresentados claramente e se nos acuramos, como se a direita conservadora e neoliberal tivesse ganhado a guerra, só faremos contribuir para que de fato sejamos derrotados.

Nesta conjuntura, propostas como o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) têm como eixo a redução da jornada e de salários, com a contrapartida de manutenção do emprego por determinado período, tem um conteúdo desmobilizador e que por consequência enfraquece a luta da classe. Somos contra a participação da CUT na negociação de PPEs, pois concretamente a proposta baseada no modelo alemão abre caminho para a generalização deste instrumento para todos os ramos e setores, numa conjuntura política em que a luta pela afirmação e ampliação de direitos é central na disputa de rumos da sociedade brasileira.

A proposta de PPE não foi aprovada em nenhuma instância cutista e nas poucas vezes em que foi debatida em fóruns restritos e sem caráter deliberativo, foi amplamente questionada por dirigentes de todas as correntes políticas.

Dizer isto não significa fechar os olhos para a situação atual da indústria automobilística, que embora tenha sido beneficiada com mais de 8 bilhões em desonerações e tendo remetido cerca de 35 bilhões em lucros para as suas matrizes, alega crise, demite e coloca em lay-off milhares de trabalhadores.

Houve um crescimento no número de trabalhadores no setor automobilístico, entre 2002 (298.383) e 2013 (546.674). Mas em 2014 e nos próximos anos, há um risco de reversão. As mais de 5 mil demissões concentradas na região do ABC e São José dos Campos constituem um sinal muito preocupante e esta situação deve ser tratada e encaminhada em mesa setorial específica, a exemplo de outras experiências, como aquela que resultou no Acordo Nacional da Construção Civil.

O setor automotivo possui uma série de características diferenciadas, como por exemplo a formalização, um menor nível de rotatividade em relação a outros setores metalúrgicos, maior nível de especialização dos trabalhadores. Tudo isto deve ser considerado nas mesas de negociação, de modo a resultar em acordos que não repercutam retrocessos para outros setores.

O desenvolvimento com distribuição de renda, avanços nos serviços públicos, e fortalecimento político e econômico da classe trabalhadora assalariada depende da superação dos graves problemas estruturais por que passa a indústria no Brasil, em processo de desnacionalização e desindustrialização com consequências nefastas para o país.

No caso do financiamento da Saúde e da Educação esta questão se torna ainda mais crítica, dado que as estimativas do pré-sal, principal fonte de recursos especialmente para a educação, sofreram um grande baque com a decisão da OPEP em manter os níveis de produção, mesmo com menor demanda, provocando a queda nos preços do petróleo.

O Brasil viveu cinco décadas de desenvolvimento industrial de caráter conservador (entre 1930 a 1980), ou seja, um modelo de desenvolvimento que elevou o país à condição de industrializado, convertendo-o numa das maiores economias do mundo, mas que concentrou renda, acen-



Não há classe  
trabalhadora  
forte sem  
**desenvolvimento  
econômico**  
e não há  
desenvolvimento  
econômico sem  
indústria forte

tuou as desigualdades de toda ordem na sociedade brasileira e foi construído a partir de longos períodos ditatoriais, com repressão e imensa exploração da classe trabalhadora.

A partir dos anos 1980, a indústria de modo geral e a de transformação em particular vem reduzindo a sua participação no PIB. Se nos anos 1980 isto foi fruto da estagnação provocada pelos desajustes macroeconômicos, na década de 1990 deveu-se a uma política deliberada sintetizada na frase do ministro dos oito anos de governo FHC, Pedro Malan para quem “a melhor política industrial é não ter política industrial”.

Política de juros altos, câmbio valorizado e uma “modernização” e reestruturação em que tão somente trocaram homens e mulheres por máquinas, sem qualquer expansão do parque industrial, levaram o país ao quadro atual.

Como resultado deste processo, que não sofreu reversão nos últimos anos, em que pese as propostas de retomada de uma política industrial nos governos Lula e Dilma, chegamos em 2013 aos menores níveis desde 1947. Segundo dados do IBGE a participação da indústria de transformação no valor adicionado da economia brasileira, próximo de 20% em 1947, em 2013 atingiu 13,13%.

Alertam o Dieese e os economistas progressistas que é condição *sine qua non* para o sucesso de uma política industrial, uma política macroeconômica de juros baixos que estimule investimentos produtivos e câmbio ajustado a fim de fortalecer da indústria nacional. Se esta é condição fundamental, parece óbvio que precisamos articular as nossas pautas sindicais com a disputa de rumos da política macroeconômica.

Corretamente a direção nacional da CUT, em reunião realizada em dezembro de 2014, aprovou a incorporação das pro-

## Alertam o Dieese e os economistas progressistas que é condição *sine qua non* para o fortalecimento da indústria nacional uma política macroeconômica de juros baixos e câmbio ajustado

postas expostas no documento final do Seminário Nacional do Macrossetor Indústria realizado em Guarulhos (SP) nos dias 24 e 25 de julho de 2014.

O citado documento afirma que “apenas com as medidas estruturais, como as propostas abaixo, os desafios com os quais nos deparamos serão contornados”. A saber:

- implementar política econômica com foco na redução da taxa básica de juros incentivando o investimento produtivo;

- retomar a política de utilização dos bancos públicos como indutores da queda de juros ao consumidor e de maior oferta de linhas de crédito;

- otimizar a fiscalização das importações e evitar a entrada de produtos estrangeiros que estejam fora dos padrões de qualidade e segurança da produção nacional;

- criar ferramentas tributárias que protejam a competitividade da indústria nacional;

- taxar as remessas de lucro das multinacionais, estimulando o reinvestimento produtivo no país;

- criar a exigência de contrapartidas sociais para desonerações fiscais, empréstimos e licitações públicas;

- implementar política de controle cambial, com ajuste gradual do câmbio para patamares favoráveis ao desenvolvimento e fortalecimento da indústria nacional;

- incentivar a exportação de produtos com maior valor agregado;

- estabelecer medidas de incentivo e proteção à indústria nacional tradicional, assim como segmentos mais desenvolvidos tecnologicamente, com desenvolvimento sustentável;

- ofertar mais e melhores programas de formação profissional com objetivo de proporcionar melhores condições salariais;

- incentivar a criação de centros de pesquisa e desenvolvimento através das universidades brasileiras, com vistas a aumentar a produtividade e a competitividade da produção nacional;

- condicionar investimentos públicos em empresas que cumpram com critérios de conteúdo mínimo nacional;

- estabelecer critérios para o deslocamento das empresas de uma localidade para outra para que sejam minimizados os impactos das mudanças na vida dos trabalhadores;

- criar mecanismos de participação para que os trabalhadores tenham assento no CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

A grande tarefa de 2015 é incorporar realmente tais propostas, transformando-as em bandeiras de luta reais da classe trabalhadora.

**JANDYRA UEHARA** integra a executiva nacional da CUT

# Qual reforma urbana?

■ *Marcel Frison*

A reforma urbana que buscamos somente será possível se **tomar as ruas** e se tornar uma pauta viva e cotidiana da maioria do povo brasileiro

**N**os últimos 12 anos, vivenciamos um processo significativo de redução das desigualdades e de transformação do desenho da nossa sociedade. Neste Brasil mais igual, paradoxalmente, afloraram com maior nitidez as contradições inerentes do caótico e excludente processo de urbanização do país. Se é verdade que reduzimos o *apartheid* econômico, constituindo o que comumente tem-se denominado de “nova classe média”, ou seja, a emersão de milhões de brasileiros e brasileiras à condição de acesso a bens de consumo antes restritos a uma minoria, o *apartheid* estrutural imposto por séculos de patrimonialismo e de utilização da terra como instrumento de reprodução do capital, domina perene os territórios urbanos.

Boa parte do povo, embora possa frequentar como consumidor os shoppings e aeroportos, ainda vive em condições precárias nas periferias das nossas cidades, sem acessar serviços essenciais e equipamentos urbanos de qualidade.

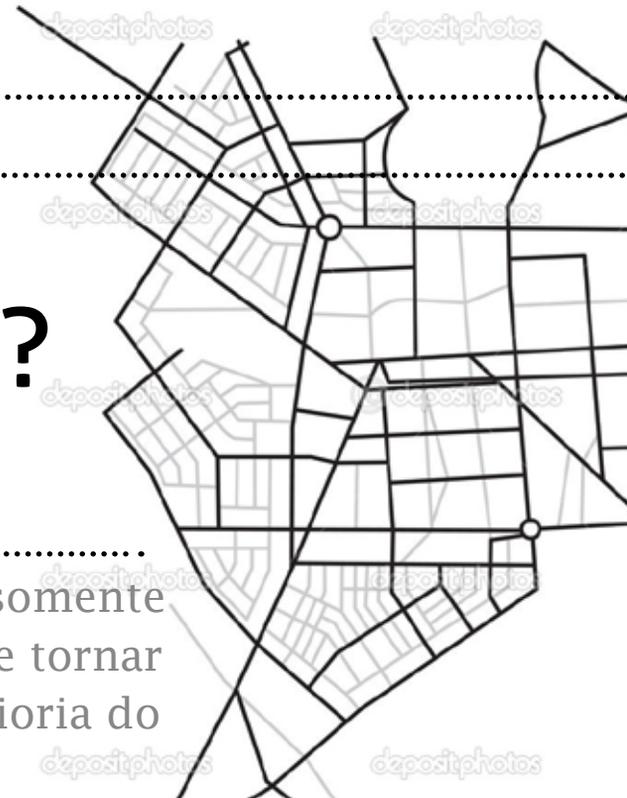
Nas últimas décadas tivemos avanços, principalmente após a Constituição de 1988, com o estabelecimento da função social da propriedade e do reconhecimento da moradia

como um direito e depois, na aprovação do Estatuto das Cidades (2001), a institucionalização de um conjunto de instrumentos de reforma urbana.

Nos governos Lula e Dilma, esses avanços se tornaram ainda mais significativos, com a destinação de vultosos recursos para habitação, saneamento básico, urbanização de assentamentos pre-

cários e mobilidade urbana. Além disso, foi fundamental, a criação do Ministério e do Conselho Nacional das Cidades que possibilitou uma gestão articulada sobre os principais vetores de uma política de desenvolvimento urbano.

O Minha Casa Minha Vida permitiu o acesso a uma moradia digna para milhões de famílias brasileiras.





No saneamento básico, uma “revolução” silenciosa (sem grandes repercussões na mídia), com recursos aportados da ordem de R\$ 90 bilhões, sendo que R\$ 49 bilhões investidos no tratamento de esgoto, algo que terá um impacto gigantesco na saúde da população e no meio ambiente.

Contudo, na complexa dinâmica de mercado imposta ao espaço urbano, é necessário assinalar outro paradoxo, os investimentos que com certeza trouxeram qualidade de vida para os beneficiários dos projetos concluídos, também serviram como insumos de valorização das áreas onde foram alocados. Em outras palavras, vias que foram abertas ou pavimentadas; bairros que receberam obras de saneamento básico, regiões atingidas por melhorias na mobilidade urbana, terrenos adjacentes a projetos do MCMV,

acabam por potencializar seu custo imobiliário encarecendo a expansão da infraestrutura e elitizando o acesso a estes espaços. Enfim o remédio se torna veneno nos ditames da especulação imobiliária.

Noutro caminho, os incentivos governamentais à indústria automobilística, aumento da renda e estabilidade no emprego da população e o crédito farto, tem injetado milhares de novos veículos cotidianamente nas nossas ruas. Atualmente, temos uma frota nos centros urbanos equivalente a um veículo automotor para cada dois habitantes.

Por consequência estamos vivenciando um colapso do trânsito nos nossos grandes e médios municípios. Um grave problema, não para aqueles estão perdendo tempo nos engarrafamentos escutando seus CDs preferidos dentro de automóveis confortáveis, mas para a maioria que mora

distante do trabalho, tem horário rígido a cumprir e viaja de pé, apertada como sardinhas em lata, nos ônibus.

Para muitos urbanistas, a questão chave é o planejamento, ou melhor, superar a falta de planejamento dos nossos municípios. De fato, nossas cidades não expressam um projeto de futuro de natureza civilizatória, são produtos de interesses particularistas. Mas como se diz popularmente: “o furo é mais embaixo”!

É urgente mudar, é imprescindível colocar na agenda do país a realização de profunda reforma urbana. Uma reforma urbana que persiga, entre outros, os seguintes desafios:

Primeiro, é rigorosamente necessário enfrentar a questão fundiária. Não é mais possível conviver com enormes vazios urbanos formados por glebas destinadas exclusivamente para a especulação imobiliária, edificações desocupadas mantidas sobre idêntico pretexto e preços cada vez mais aviltantes sobre a terra ainda que elencada como de interesse social.

Embora tenhamos o Estatuto das Cidades que legitima um conjunto de instrumentos de reforma urbana, o mesmo (que existe há mais de dez anos) raríssimas vezes foi implementado na sua totalidade. E por que isto acontece?

O dilema está nas relações de poder: os municípios são os elos mais frágeis da federação e neste caso, enfrentam não apenas os operadores do mercado imobiliário, mas os donos do capital das mais diversas origens. E os enfrentam numa questão, como sabemos, basilar do sistema capitalista, a propriedade privada.

Para iniciarmos uma reversão deste quadro, a União e os estados precisam entrar fortemente no jogo. O governo federal e os governos estaduais deveriam passar a exigir por parte das prefeituras a implementação na íntegra do Estatuto das Cidades em seus territórios como

condição para repasses de recursos e a inclusão dos municípios nos Programas MCMV e PAC.

Em paralelo, por iniciativa popular e pelo trabalho da nossa bancada federal, precisamos pautar no Congresso Nacional a modificação do caráter dos instrumentos previstos no Estatuto das Cidades, de permissivos a obrigatórios.

Segundo, devemos estabelecer parâmetros mais justos na relação entre os investimentos estatais em infraestrutura urbana e as suas consequências na reprodução do capital dentro dos negócios imobiliários.

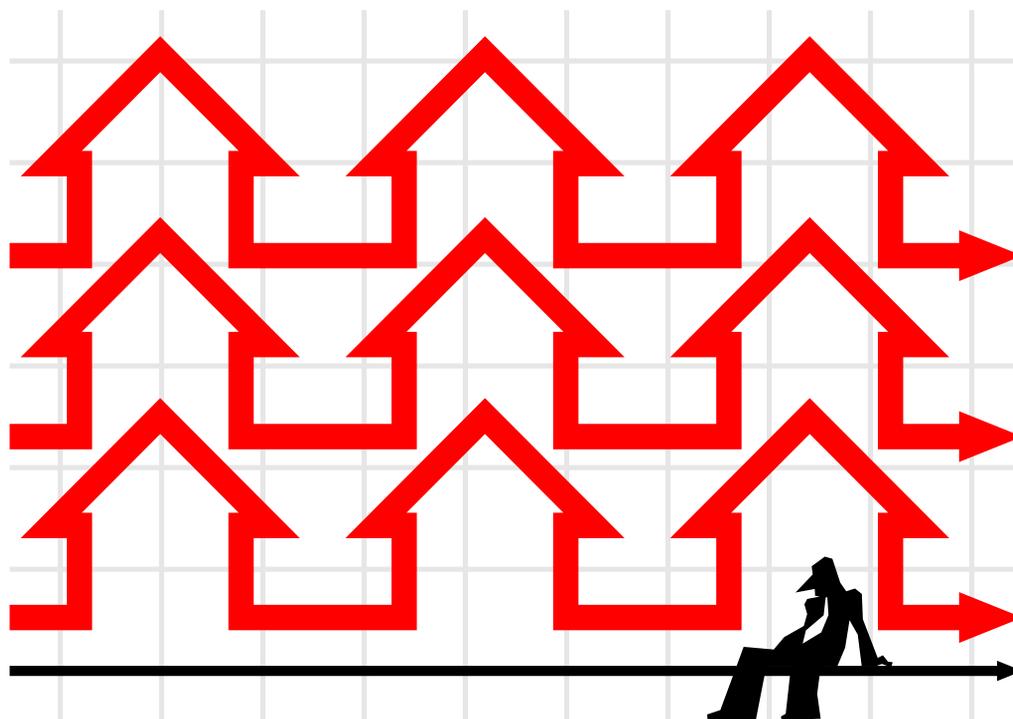
Cabe recordar o discurso histórico de Jango na Central do Brasil, em 1964:

*“O que se pretende com o decreto que considera de interesse social para efeito de desapropriação as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável. Não é justo que o benefício de uma estrada, de um açude ou de uma obra de saneamento vá servir aos interesses dos especuladores de terra”...*

Na inspiração proporcionada por este digno brasileiro, nos colocamos na missão de produzir mecanismos de taxação sobre as benfeitorias proporcionadas aos proprietários de grandes extensões de terras e de formatar uma legislação que facilite e torne mais justo os processos de desapropriações tão necessárias à realização das obras de infraestrutura social.

Terceiro, precisamos reestruturar nosso sistema de transporte e enfrentar os desafios da mobilidade urbana orientados por novos e diferentes paradigmas, que nos conduzam a uma melhoria substancial da qualidade dos serviços prestados e a sua sustentabilidade.

Precisamos romper com a lógica do financiamento dos sistemas calcado apenas nos usuários. Impõe-se estabelecermos **mecanismos de subsídio público**, dividindo com toda a sociedade os custos de um serviço qualificado e estruturado para atender a todos



Neste sentido, precisamos romper com a lógica do financiamento dos sistemas calcado apenas nos usuários. Impõe-se estabelecermos mecanismos de subsídio público, dividindo com toda a sociedade os custos de um serviço qualificado e estruturado para atender a todos.

Quarto, para desenhar uma correlação de forças mais favorável às mudanças, será decisivo introduzir de forma massiva a participação popular e democracia direta na gestão das políticas públicas de desenvolvimento urbano. É claro, a começar pelo governo federal nesta continuidade da gestão da presidenta Dilma.

Por fim, a reforma urbana que buscamos, que deve incorporar outros temas de igual relevância e que não fizeram parte desta pequena contribuição, somente será possível se tomar as ruas e se tornar uma pauta viva e cotidiana da maioria do povo brasileiro. Este é o nosso principal desafio.

■ **MARCEL FRISON** foi secretário de habitação do governo Tarso Genro (2011-2014)

# Qual agricultura?

*Esquerda Petista* entrevistou **Irene Maria Cardoso**, agrônoma, professora do Departamento de Solos da Universidade Federal de Viçosa, militante petista e presidenta da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia)

**Revista Esquerda Petista - Atualmente o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. O que é a Agroecologia e qual a sua importância para superação do modelo do agronegócio, já que este modo de produção é o maior responsável por este consumo?**

*Irene Maria Cardoso* - A agroecologia não é simplesmente um modo de produzir sem agrotóxicos, ela possui três dimensões: ciência, movimento e prática. Enquanto ciência é o estudo dos sistemas alimentares e enquanto movimento contribui para que haja as transformações necessárias na agricultura brasileira, hegemônica atualmente pelo agronegócio. Este se baseia, nas tecnologias da Revolução Verde, sendo extremamente dependente de insumos externos produzidos pelas empresas, em sistema de monocultura, e que gera graves consequências sociais, ambientais e econômicas. A agroecologia busca alternativas para esse modelo. A base dela é uma relação de parceria com a natureza. É a busca na natureza da produção dos insumos necessários para a produção agrícola, assim, a base da produção agrícola é a qualidade

do solo e da água e a biodiversidade. Em síntese, isso seria a agroecologia, onde você tem um componente científico, mas articulado com a prática dos agricultores, de forma que esses dois conhecimentos se interagem para buscar essas alternativas, ou seja, uma transformação social. E a articulação da prática com o conhecimento científico. No Brasil historicamente é feita em movimento, cuja base foi o movimento pela Agricultura Alternativa.

**Muitos críticos da agroecologia afirmam que esta não é capaz de alimentar o mundo, o que você pensa sobre isto?**

E o modelo do agronegócio é capaz de sustentar o mundo? A gente viu que não e qual a qualidade desse produto? Já está provado em vários relatórios e documentos científicos, inclusive do Olivier de Shutter que foi o relator especial da ONU para o Direito à Alimentação, que a agroecologia tem potencial para sustentar o mundo. Se esse potencial vai se expressar depende de várias condições, inclusive de políticas públicas, porque não dá para o governo investir bilhões na pesquisa e produção do agronegócio, investir pou-

co na produção agroecológica e querer que ela responda da mesma forma que o agronegócio. A agroecologia tem condições de alimentar o mundo e é mais compatível, embora não seja exclusividade, com a agricultura familiar e, atualmente, já sabemos que quem alimenta o mundo é a agricultura familiar e não o agronegócio.

**Quais são as principais políticas públicas em curso no Brasil que fortalecem a agroecologia? O que se cobra do segundo governo Dilma?**

O Brasil é o primeiro país do mundo a ter uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Essa política foi construída em parceria com os movimentos e um dos principais articuladores da construção dessa política foi a ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). Embora tenha debilidades, em si já representa um avanço, pois, foi um esforço do governo em construir com a sociedade civil essa política. Junto a isso já estavam acontecendo ações importantes para fortalecer a agroecologia, como as ações que fortalecem a agricultura familiar, como o PNAE (Política Nacional de

Foto: Pedro Sergio da Silveira



*“Não dá pra discutir a pauta ambiental sem pensar, também, na agricultura brasileira, assim, a primeira coisa a se fazer é um debate sobre isso com encaminhamentos. O 5º Congresso do PT é o momento para ter espaços específicos de discussão desse assunto e a gente sabe que tem muitos petistas que são contrários a isso, mas tem que ser debatido dentro do PT”*

Irene Maria Cardoso

Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Estes contribuem para a comercialização da diversidade, pois, incentivam uma produção diversificada, já que o (a) agricultor (a) tem a oportunidade de comercializar via PAA ou PNAE não um único produto, mas vários. Ao mesmo tempo isto os incentiva a diversificar ainda mais. Isto também tem reflexo na segurança alimentar, já que se o produto está disponível para a comercialização, aumenta a probabilidade de ser consumido pela família. O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) atualmente tem um juro menor para a produção agroecológica. Além disto, há outros projetos, como o Ecoforte que incentiva a produção e editais do CNPq que incentivam a pesquisa em agroecologia. Mas a gente acha que ainda é pouco frente ao agronegócio, embora os governos Lula e Dilma tenham aumentado muito o crédito pra agricultura familiar, ele ainda está muito aquém do crédito para

o agronegócio. Este parece mais importante do que é, pois garante a pauta de exportação e a balança comercial brasileira, mas a gente costuma falar que é um gigante com os pés de barro, pois é feito à custa de muitos problemas ambientais e sociais e é dependente da importação de nutrientes, basta ver a dependência que o Brasil tem da importação de nitrogênio, fósforo e potássio. O potássio, por exemplo, é um dos dez itens da pauta de importação do Brasil. Como é que a gente inverte isso? O que a gente espera do próximo governo Dilma é que não apenas incentive mais a agroecologia, crie mais condições para seu florescimento, mas que também coíba as ações deletérias do agronegócio, por exemplo, respeitando toda a pauta da campanha contra o uso de agrotóxicos, atualmente desenvolvida pelos movimentos sociais.

**O III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado pela ANA no Ano Internacional da Agri-**

**cultura Familiar, Camponesa e Indígena, reuniu mais de 2,1 mil agricultores e militantes, demonstrando a força e abrangência do movimento. Quais foram as principais discussões e encaminhamentos do III ENA?**

O III ENA foi expressão de um grande processo de mobilização, com a realização de Caravanas Agroecológicas e Culturais e outros espaços para trocas de experiências, reunindo milhares de pessoas de todos os estados, em Juazeiro da Bahia, no mês de maio, garantindo a paridade de gênero e 70% de agricultores nas delegações. Tudo está documentado na Carta Política construída coletivamente ao longo do ENA, disponível no site da ANA ([www.agroecologia.org.br](http://www.agroecologia.org.br)) e que foi lida na íntegra para o representante da Dilma lá, o ministro Gilberto Carvalho. Reafirmamos os princípios e bandeiras da agroecologia, apontando nossas principais demandas em termos de políticas públicas e reformas estruturais. Destaca-

mos que não é possível construir a agroecologia sem socialização das terras e gente no campo, ou seja, de Reforma Agrária, sua incompatibilidade com o modelo do agronegócio (que com sua expansão vem gerando diversos conflitos e injustiças ambientais), a necessidade de reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais para a afirmação da sociobiodiversidade, conservação e acesso às águas e sementes crioulas, ampliação dos investimentos em políticas públicas para agricultura familiar e agroecológica, fortalecimento das políticas de comercialização, Economia Solidária e de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com este foco, importância da educação do campo, das plantas medicinais e seu papel para uma saúde integral, agricultura urbana, equidade de gênero... enfim, diversos temas que podem ser conferidos na Carta Política do III ENA.

**Historicamente, muitos militantes petistas constroem a agroecologia nos espaços em que atuam, mas essa ainda não é uma bandeira empunhada com força pelo partido como um todo. Em sua opinião, qual o papel do PT na luta pela agroecologia?**

Dever-se-ia discutir isso nas instâncias internas do PT e compreender o que é a agroecologia, qual é o papel hoje do agronegócio na economia brasileira, na saúde e na relação com o meio ambiente. Leonardo Boff já cobrou isso também recentemente, qual é a pauta ambiental do PT? Não dá pra discutir a pauta ambiental sem pensa-la também na agricultura brasileira, assim, a primeira coisa a se fazer é um debate sobre isso com encaminhamentos. O 5º Congresso do PT é o momento para ter espaços específicos de discussão desse assunto e a gente sabe que tem muitos petistas que são contrários a

isso, mas tem que ser debatido dentro do PT. E é verdade que os petistas estão na base da construção da agroecologia, não só os petistas cientistas, mas os petistas agricultores, agrônomos e outros profissionais. No movimento agroecológico o partido mais forte sem dúvida nenhuma é o PT, já foi até mais, mas é exatamente por algumas ações de fortalecimento do agronegócio em detrimento da agroecologia, que muitos desencantaram, então, acho que devia olhar isso com cuidado e criar espaços de discussão dentro das instâncias internas do PT e tomar uma decisão, pois a sociedade pressiona, exige.

**Como os demais movimentos e organizações populares podem construir esta pauta?**

Os movimentos já estão construindo essa pauta. Hoje, o MST e a Contag discutem e participam da construção da PNAPO (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica). A gota d'água para pressionar a presidenta Dilma a decretar a PNAPO foi a Marcha das Margaridas de 2012, organizada pela Contag. Uma das bandeiras do MST é a agroecologia. Muitos sindicatos de trabalhadores rurais que são ligados à FETRAF e a Contag, constroem a agroecologia desde a década de 80, no início como agricultura alternativa. É preciso que outras organizações se juntem a esse movimento, incluindo aquelas dos movimentos urbanos. Por exemplo, os sindicatos urbanos precisam entender que a agroecologia tem a ver com suas pautas, pois tem a ver com alimentação e a saúde, "nós somos o que comemos", logo comer alimentos saudáveis é garantia de pessoas saudáveis, muitas já disseram: "é melhor gastar com comida do que com a farmácia". Se os movimentos urbanos passam a assumir a bandeira da agroecologia, ela se fortalece em dois sen-





tidos: primeiro porque são movimentos fortes que vão pressionar o governo para que crie condições de produção saudável de alimentos. Segundo, a parceria com os (as) agricultores (as) permite estreitar a relação produtor-consumidor, valorizando os circuitos curtos de comercialização que garantem a chegada de alimentos saudáveis com preços justos para todos e contribuem para o entendimento do que é a agroecologia e o meio rural, a relação campo-cidade. Então é muito importante que os movimentos urbanos assumam essa luta.

### **Para finalizar, fale sobre a ABA e as perspectivas para o avanço do conhecimento agroecológico.**

A ABA é a Associação Brasileira de Agroecologia e temos a ANA que é a Articulação Nacional de Agroecologia. A ANA é uma rede da agroecologia no Brasil, que articula os movimentos sociais, e a ABA faz parte dessa rede. A ABA tem um cunho mais científico dentro da ANA, ela constrói o Congresso Brasileiro de Agroecologia, onde os trabalhos podem ser apresentados e discutidos e tem as revistas, que é a Revista Brasileira de Agroecologia e os Cadernos de Agroecologia onde os trabalhos podem ser publicados. Quanto às perspectivas do avanço da construção do conhecimento agroecológico, tem sido criados muitos cursos de agroecologia no Brasil em vários níveis, do técnico à pós-graduação, embora a gente reconheça que tenha alguns problemas, estes podem apresentar oportunidades para esses avanços. O governo tem incentivado via CNPq em parceria com diversos ministérios, editais de construção do conhecimento agroecológico em uma interface entre pesquisa e extensão e de apoio aos Núcleos de Agroecologia, nas universidades, Embrapas e OE-

PA (Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária). Os projetos de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) em agroecologia e o ProExt (Programa Nacional de Extensão Universitária) são muito importantes também. Outra força grande são os movimentos dos estudantes, que agora constroem a REGA, Rede dos Grupos de Agroecologia do Brasil, o ENGA (Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia), eles precisam inclusive ter mais visibilidade, ter mais força. A Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), a Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), a Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia (ENEBio), dentre outras entidades dos estudantes também são uma força na construção desse conhecimento, que não é só da academia.

O envolvimento dos movimentos sociais e o desenvolvimento das práticas e das experiências agroecológicas também representam uma dimensão muito importante da construção do conhecimento. A agroecologia, desde o seu nascedouro, foi construída em parceria com os agricultores. Essa é uma construção de todos. Todos nós consumimos alimentos. As experiências que os agricultores constroem em todos os cantos desse Brasil estão crescendo cada vez mais e cada vez tendo maior visibilidade, inclusive internacional.

### **PÁGINAS DE INTERESSE**

ANA (Articulação Nacional de Agroecologia)  
[www.agroecologia.org.br](http://www.agroecologia.org.br)

ABA (Associação Brasileira de Agroecologia)  
[www.aba-agroecologia.org.br](http://www.aba-agroecologia.org.br)

REGA (Rede dos Grupos de Agroecologia)  
[www.regabrasil.wordpress.com](http://www.regabrasil.wordpress.com)

Experiências agroecológicas em rede  
[www.agroecologiaemrede.org.br](http://www.agroecologiaemrede.org.br)

AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia  
[www.aspta.org.br](http://www.aspta.org.br)

# Qual governabilidade?

■ Rubens Alves e ■ Wanderson Mansur

O atual modelo de governabilidade assentado exclusivamente no parlamento, na dita governabilidade congressual, parece estar esgotado. Um governo de caráter progressista e democrático, eleito com base em **compromissos com o aprofundamento das mudanças**, não deve apostar a sua sustentação justamente em um espaço que é altamente conservador e refratário a quaisquer medidas que signifiquem avanço destas mudanças



**A**s eleições gerais de 2014 deixaram um legado nada auspicioso para o próximo período, no que se refere à representação no Congresso Nacional.

Emergiu das urnas um parlamento que vem sendo caracterizado, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), como o mais conservador desde 1964.

Quando analisado de maneira mais detalhada o resultado, fica evidente que a presidenta Dilma Rousseff terá de enfrentar um Congresso ainda mais fragmentado partidariamente e muito mais conservador do ponto de vista econômico e social. Isso significa uma ofensiva em relação à flexibilização dos direitos dos trabalhadores, maior resistência na aprovação de projetos ligados aos direitos humanos e ao meio ambiente, além de pouca ou nenhuma disposição em realizar as reformas estruturantes que o Brasil necessita.



O novo Congresso, renovado em 46,74% na Câmara e em 81,48% das vagas em disputa no Senado, alcançou a maior renovação de nomes desde as eleições de 1998. Por outro lado, do ponto de vista político e ideológico, houve um fortalecimento do pensamento conservador.

Dados do Diap demonstram que apenas a chamada bancada da bala alcançará na próxima legislatura 55 deputados, aumentando significativamente a presença de parlamentares policiais ou sintonizados a esse segmento, defensor de bandeiras e posições conservadoras em relação à segurança pública, a exemplo da defesa de mudanças no Estatuto do Desarmamento, da redução da maioria penal e da adoção de medidas que conduzem à desastrosa política de aumento da repressão e do encarceramento.

A bancada evangélica também se fortaleceu, passando dos atuais 70 deputados para 82, considerando como parlamentares reconhecidamente evangélicos aqueles que ocupam cargos nas estru-

ras das instituições religiosas e também os que professam a fé segundo a doutrina evangélica.

Importante destacar que dos 82 eleitos, 38 são novatos e 44 foram reeleitos. Temas como a descriminalização do aborto, o casamento civil igualitário, a legalização do consumo individual de maconha e demais temas ligados às liberdades individuais e aos direitos civis, que já encontravam enormes resistências na atual legislatura, poderão sofrer ainda mais dificuldades para prosperar a partir de fevereiro de 2015, quando os novos parlamentares tomam posse.

Outra bancada tradicionalmente conservadora que aumentou vertiginosamente sua presença no Congresso é a ruralista. O segmento conseguiu a reeleição de praticamente todos os seus candidatos, além de novos parlamentares. De acordo com dados da Frente Parlamentar Agropecuária, a bancada que conta hoje com 14 senadores e 191 deputados, passará a ter nada menos que 16 senadores e 257 deputados na próxima legislatura.

O aumento da bancada ruralista terá forte impacto em iniciativas de lei que tramitam no Congresso que estão relacionadas com a garantia do direito à terra por parte de povos tradicionais -- mais notadamente de indígenas e quilombolas--, e a ampliação de direitos trabalhistas aos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Como exemplo, é possível citar a tentativa desse setor de cassar direitos constitucionais indígenas com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 215), que pretende transferir do Executivo para o Legislativo a competência na demarcação de terras indígenas, o que representará um enorme retrocesso para a garantia dos direitos desses povos ao seu território.

Também será mais árdua a disputa em torno da regulamentação da PEC do Trabalho Escravo, já aprovada no Congresso Nacional. A PEC, que permite ao Estado brasileiro expropriar, portanto, sem indenização, imóveis urbanos e rurais onde for verificada a existência de trabalho análogo à escravidão, corre o risco de perder sua eficácia com a regulamentação que está sendo proposta, justamente por influência da atual bancada ruralista. O setor quer aprovar um texto que retira do conceito de trabalho escravo a jornada exaustiva e as condições degradantes de trabalho, em prejuízo ao próprio Código Penal, que já tipifica essas duas situações como análogas à escravidão.

A bancada empresarial é outra mantida forte. Apesar de heterogênea e de representar os mais variados segmentos, este grupo compartilha do desejo de realizar uma reforma regressiva com objetivo de reduzir a carga tributária, o que segundo eles aumentaria a competitividade da indústria nacional, através da eliminação dos encargos sobre a folha de pagamentos e da flexibilização dos direitos trabalhistas.

Importante observar, também, o aumento crescente e sistemático do número de parlamentares milionários. Este ano foram eleitos 248 parlamentares desse grupo. Em 2006 eles somavam 165 deputados, número que se expandiu para 194, em 2010. Quando analisados os partidos, o PMDB é partido que reúne o maior número de milionários, com 39 candidatos eleitos. O PSDB vem em segundo, com 32 deputados. PT e PDT são os partidos que tem o menor número de parlamentares nesta categoria, com 13 e 11, respectivamente.

Neste contexto, os trabalhadores e trabalhadoras em geral devem redobrar a atenção nas movimentações do Congresso, pois se por um lado os mandatos comprometidos com pautas conservado-

ras aumentaram, por outro, os mandatos considerados populares e vinculados às bandeiras democráticas, progressistas e de esquerda, reduziram sua presença no parlamento, a exemplo da bancada sindical, que viu seu número de representantes cair praticamente pela metade -- de 83 para 47 deputados federais.

Os números da próxima legislatura reforçam o fato de que a renovação puramente de nomes não significa nenhuma garantia de avanço político, e, neste caso, podemos afirmar que as eleições 2014 produziram um Congresso com o maior número de novatos, pelo menos desde 1998, porém com posições e ideias retrógradas e atrasadas, caracterizando a chamada renovação conservadora.

Apesar do Partido dos Trabalhadores ter conquistado de forma inédita um quarto mandato consecutivo no governo central do país e o conjunto de partidos que integram a base governista ter conquistado na Câmara Federal um percentual muito próximo aos obtidos na eleição de 2010, e no Senado um número superior a 3/5 da Casa, isso não significa dizer que o governo terá vida fácil.

Do ponto de vista formal, a base permite ao governo da presidenta Dilma números suficientes para aprovar todos os projetos e proposições de seu interesse, como por exemplo, as reformas estruturais. Entretanto, a vida real do governo no Congresso indica que a próxima legislatura será de tempos difíceis. Em

ASSINE O JORNAL  
**Página 13**

### CUPOM DE ASSINATURA

Não deixar de preencher nenhum dos campos

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ Celular: ( ) \_\_\_\_\_

E-Mail: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ ou

CNPJ: \_\_\_\_\_

Participa de alguma entidade, movimento ou organização? ( ) sim ( ) não

Se sim, qual: \_\_\_\_\_

Área de interesse, militância ou atuação: \_\_\_\_\_

Município e estado de militância: \_\_\_\_\_

ENVIAR o cupom junto com o comprovante de depósito para: Associação de Estudos Página 13 a/c de Edma Walker  
Rua Silveira Martins, 147, cj. 11, Centro - São Paulo-SP, CEP 01019-000 ou para o e-mail assinaturas@pagina13.org.br

PAGAMENTO através de depósito na conta do Banco do Brasil Agência: 3321-9 Conta-corrente: 34.297-1  
Em nome de: Rubens Alves da Silva



ESCOLHA A OPÇÃO DE ASSINATURA

**ASSINATURA ANUAL** ( 12 edições)

( ) R\$ 100,00

**ASSINATURA BIANUAL** ( 24 edições)

( ) R\$ 200,00

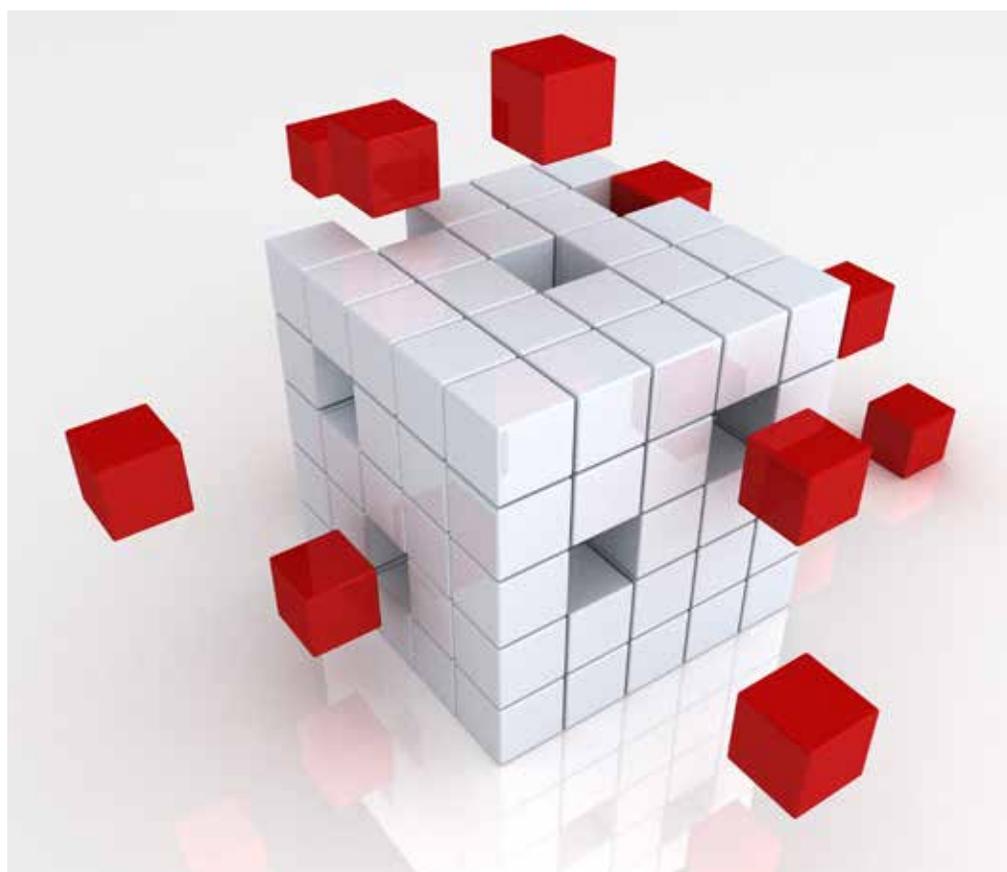
( ) Declaro que ao efetuar o pagamento da assinatura estou ciente e concordo com os Termos de Assinatura constantes do contrato de assinatura disponíveis no site [www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br)

suma, podemos afirmar que a depender estritamente do Congresso, a presidenta Dilma terá imensas dificuldades para implementar o programa eleito pela maioria do povo brasileiro nestas eleições.

Ora, mas se os partidos que compõem a atual base parlamentar do governo, participando e ocupando espaços consideráveis na máquina governamental, juntos, conquistaram maioria parlamentar, por que o governo não terá maioria para aprovar os temas que considera fundamentais para a implementação do seu programa? Obviamente que este problema não reside apenas em uma causa, mas sem dúvida alguma, dialoga com o atual modelo da política de alianças que predomina no país, o qual produz maiorias parlamentares sem nenhum lastro programático, nem mesmo acordos pontuais, com posições políticas e ideológicas muitas vezes antagônicas. Esse modelo responde em grande medida pela conformação de uma base parlamentar tão inconsistente, pulverizada, que cumpre mais o papel de obstaculizar os governos e os seus possíveis avanços, do que servir de base de sustentação.

É justamente este modelo de alianças assentado em um pragmatismo desmedido e oportunista o responsável pelo aumento da fragmentação partidária, do enfraquecimento das instituições partidárias e em grande medida pelo rebaixamento programático e político dos processos eleitorais. Saímos do atual quadro de 22 partidos com representação no Congresso, para 28, além de se verificar a redução dos grandes partidos, o crescimento dos médios e a proliferação dos pequenos e nanicos, muitos deles legendas de aluguel, criadas com único objetivo de abocanhar o fundo partidário e acessar o horário eleitoral gratuito.

Os efeitos desse modelo geram um tipo de esquizofrenia política, uma vez



que as alianças entre partidos acabam elegendo, em uma mesma coligação, tanto candidatos identificados com pautas progressistas e de esquerda, quanto aqueles identificados com o que tem de mais conservador e reacionário. Aliás, este fenômeno é cada vez mais comum de ser identificado dentro da grande maioria dos partidos, encontrando-se facilmente parlamentares defensores dos direitos humanos, da democratização da terra, dos meios de comunicação, da ampliação dos mecanismos de participação direta e do financiamento público das eleições e por outro lado, aqueles que defendem a diminuição da maioridade penal, o aumento da repressão contra pobres e negros nas periferias, defensores e praticantes de atitudes homofóbicas, machistas e racistas, de um modelo agrário assentado na grande propriedade, do financiamento privado empresarial de campanha, além

de árdios defensores dos monopólios nos meios de comunicação.

Isto tudo, somado à interferência do poder econômico nos partidos e processos eleitorais, resulta neste quadro descrito acima, de diminuição progressiva dos mandatos de caráter mais popular no Congresso e de avanço dos mandatos comprometidos com o que há de mais atrasado e retrógrado na política nacional.

O PT, demais partidos de esquerda, entidades e organizações sociais, e a própria presidenta Dilma, têm apontado para a necessidade de realizar uma reforma política para enfrentar os problemas que distorcem e restringem a democracia brasileira. O fim das alianças proporcionais, bem como o fim do financiamento empresarial tem sido algumas das medidas a serem alcançadas.

Mas nos parece também fundamental considerar o esgotamento do atu-

## O PT e o governo precisam, com muita articulação, incidirem de imediato no quadro sucessório da Câmara, construindo alternativas capazes de derrotar as pretensões de Cunha



al modelo de governabilidade assentado exclusivamente no parlamento, na dita governabilidade Congressional. Um governo de caráter progressista e democrático, eleito com base em compromissos com o aprofundamento das mudanças, não deve apostar a sua sustentação justamente em um espaço que é altamente conservador e refratário a quaisquer medidas que signifiquem avanço destas mudanças.

Se considerarmos que várias bandeiras tipicamente da direita mais reacionária e antidemocrática ganharam mais espaço na sociedade, resultando em maior apoio eleitoral, vide a eleição de figuras representativas deste segmento, como Jair Bolsonaro (PP-RJ), Luiz Carlos Heinze (PP-RS), Marcos Feliciano (PSC-SP) e Alberto Fraga (DEM-DF), todos campeões de votos em seus estados, a consequência é maior ofensividade deles e das suas posições no parlamento.

Há que se considerar que no início de 2015 o Congresso brasileiro passará por eleições de suas Mesas Diretoras. E no caso da Câmara Federal, as movimentações não são nada alvissareiras. O reacionário e opositorista deputado evangélico do PMDB do Rio de Janeiro, Eduardo Cunha, oficializou a sua candidatura à presidência da Câmara. Cunha é o principal líder de um grupo de deputados conhecido como “bloco”, responsável por diversas derrotas do governo em votações. Financiado por empresas que vão desde o ramo de mineração, bancos, bebidas, taxi aéreo e setor de telecomunicações, teve uma das campanhas a deputado mais caras do Brasil.

As suas intervenções e proposições no parlamento, os seus projetos e relatórios estão sempre bem sintonizados com os interesses destas empresas e dos demais setores privados, destacando-se como o principal adversário do governo na aprovação do marco civil da internet, por exemplo. O seu lema oficial de campanha é: “parlamento independente, democrático e forte!” O seu maior “cabo eleitoral” é justamente outro colega de partido, o atual presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), o grande responsável pela derrubada, na Câmara, do decreto presidencial que instituiu a Política Nacional de Participação Social.

O fato é que Cunha, líder da bancada do PMDB, o partido do vice-presidente da república Michel Temer, tem conquistado apoios com uma linha política de oposição ao governo Dilma. A sua candidatura, que é um rompimento do acordo entre PT e PMDB, cumprirá um ótimo papel aos opositores do governo. E caso eleito, a situação pode ficar delicadíssima, pois o ambicioso Cunha tornar-se-á peça chave, extremamente útil aos interesses da direita brasileira, inclusive dos setores que defendem as posições mais reacionárias. O PT e o governo precisam com habilidade, com muita articulação incidirem de imediato neste quadro, construindo alternativas capazes de derrotar as pretensões de Cunha.

Caso isso não seja feito, inescapavelmente, o governo ficará mais refém da direita e da sua carcomida política, mais vulnerável aos ataques e ao seu golpismo, nas suas mais variadas modalidades, re-

duzindo a sua capacidade para avançar e realizar mudanças consistentes, perdendo progressivamente o seu capital político e conseqüentemente apoio social. Estará desta forma, conformada a antessala para uma provável derrota e o fim deste ciclo da experiência petista no governo central do Brasil.

Diante de um cenário como este, de tamanha delicadeza, com um Congresso onde o conservadorismo tem avançado a cada eleição, acentua-se a necessidade de lançar mão de mais ousadia e de dar um salto qualitativo na construção de uma governabilidade de outro tipo, apoiada e sustentada também em outros pilares, como por exemplo na mobilização, na pressão popular, na ampliação e fortalecimento da participação social, numa relação mais próxima e orgânica com os movimentos sociais. Passa também, pela adoção de uma nova linha política para o PT, capaz de orientar as suas bancadas parlamentares, no Senado e na Câmara a continuarem cumprindo com determinação a defesa de seu governo, contudo, sem abrir mão do seu protagonismo na luta política, ideológica e de ideias, disputando cotidianamente os rumos do governo pela esquerda e orientando as suas lideranças no governo, a assumirem mais ativismo e iniciativa política, muito mais disposição para a luta programática e para o diálogo direto com a sociedade.

■ RUBENS ALVES é geógrafo e integrante da DNAE

■ WANDERSON MANSUR é jornalista, militante da AE e do coletivo Intervozes

# Radicalizar na luta POR DIREITOS

■ *Iriny Lopes*

Unificar a esquerda crítica que ajudou a reeleger Dilma passa pela **pauta dos direitos humanos**. Homologação de terras indígenas e quilombolas, luta por direito à cidade e as questões do campo, direitos das mulheres e LGBTs, enfrentamento ao racismo e democratização da comunicação



As eleições de 2014 contaram com a influência marcante e poderosa das grandes corporações. O poder econômico jogou papel preponderante, o que redundou na formação do Congresso Nacional de viés mais conservador desde o golpe militar de 1964. A estimativa é que a bancada ruralista passará de 14 senadores para 16 e de 190 deputados para 257. Some-se a isso 55 parlamentares policiais ou ligados à área (dentre eles dois campeões de votos e com traços fascistas, como Jair Bolsonaro e Celso Russomano), que defendem a revisão no Estatuto do Desarmamento e a redução da maioria penal, além de 52 evangélicos. Por outro lado, houve expressiva redução na representação sindicalista (passando de 83 para 46), na de defensores de direitos humanos e de negros; as comunidades indígenas continuam sem representantes.



## A presidenta Dilma Rousseff terá que compor com setores diversos mas, sobretudo, buscar nas ruas a força para fazer as reformas que o país necessita

Será uma Legislatura tensionada, que exigirá do Executivo um diálogo permanente não só com o Parlamento, mas, principalmente com a sociedade civil, se não quiser ficar refém de barganhas políticas e ameaças constantes à governabilidade. Nos próximos quatro anos, a oposição tentará, como foi feito no Paraguai, o chamado golpe institucional, auxiliado pelo Legislativo.

Para enfrentar esses desafios, a presidenta Dilma Rousseff terá que compor com setores diversos mas, sobretudo, buscar nas ruas a força para fazer as reformas que o país necessita, saindo da armadilha montada pela oposição. Neste cenário conturbado, torna-se imprescindível a luta pela reforma política, feita por uma Constituinte exclusiva e a regulação da mídia. São temas estruturantes que definirão o futuro do PT, do projeto da esquerda e do país.

Pastas como a Justiça e as Comunicações são essenciais para dar início às reformas reivindicadas, assim como à homologação de terras indígenas e quilombolas, além da reforma agrária, sob domínio do MDA, mas que não avança.

Para manter a governabilidade, o governo Dilma precisará dos 54,5 milhões de eleitores, que incluem a diversi-

dade do campo à esquerda e parte da sociedade beneficiada pelos governos Lula e Dilma nesses últimos 12 anos.

A despeito de todo bombardeio da mídia, a popularidade de Dilma alcançou a melhor marca desde outubro de 2013, ainda no rescaldo das manifestações de junho. Em pesquisa do Datafolha do início de dezembro, 42% dos brasileiros apontaram a gestão de Dilma como “boa ou ótima” e 33% como regular. Outros dados importantes e subestimados propostadamente pela *Folha de São Paulo*: os entrevistados consideram que o governo Dilma foi o que mais investigou e puniu corruptos. A pesquisa aponta ainda certa fadiga da sociedade com o tema corrupção e também a percepção de que o governo tem punido os envolvidos em corrupção. Se em junho, o tema era o principal problema do país para 14%, agora apenas 9% prestam atenção nisso.

Dito isso, é preciso olhar os outros indicadores para posicionar parte da agenda que estará em disputa. Saúde e segurança são as maiores preocupações dos brasileiros.

Na Justiça há programas e secretarias capazes de guinar o governo à esquerda. A área de Segurança mostrou-se incapaz de ler e interferir na criminalização crescente de manifestantes, sobretudo nos estados sedes da Copa do Mundo, onde ocorreram protestos diversos desde 2013.

O apoio com recursos e contingentes do Exército e da Força Nacional de Segurança jogou para Dilma a responsabilidade das prisões ilegais, do cerco às comunidades populares, como o Complexo da Maré, e as consequências disso, como torturas e mortes. A pasta da Segurança Pública demonstrou uma incapacidade de tirar do governo federal a responsabilidade que diz respeito aos estados. Ao contrário, na campanha eleitoral, a pro-

posta de submeter todas as instituições policiais ao governo federal, além de ser um retrocesso constitucional, agravará ainda mais a situação. Qualquer desvio e ilegalidade nos governos estaduais passará, a partir desse desenho, ser de fato responsabilidade da Presidência da República. Portanto, disputar internamente para evitar essa tragédia anunciada é tarefa do PT. Assim como tensionar para que as pastas da Justiça e da Comunicação façam uma guinada à esquerda. Não fazê-lo agora, significa entregar para a oposição uma possível eleição de 2018 e jogar por água abaixo um projeto de país que o PT construiu ao longo dos seus mais de trinta anos.

Unificar a esquerda crítica que ajudou no segundo turno eleitoral passa pela pauta dos direitos humanos. Homologação de terras indígenas e quilombolas, luta por direito à cidade e as questões do campo, direitos das mulheres e LGBTs, enfrentamento ao racismo e democratização da comunicação.

É possível dialogar com outras forças à esquerda, mas a agenda dos direitos humanos tem de ser verdadeira e inegociável. Os grupos, sobretudo os autônomos, não se rendem ao argumento da governabilidade. A sustentação que o PT deu aos dois governos Lula e a Dilma, sob a justificativa da governabilidade, não ajudou nos avanços necessários para evitar o crescimento da direita. Pelo contrário. Ao não fazer a reforma política e a da mídia, fornecemos instrumentos potentes à oposição. Para sair da atual situação, teremos que contar com outros que não nós mesmos e radicalizar a luta, que facilita também ao governo ceder às pressões da esquerda. Chegamos a um ponto em que não existe meio termo. É possível e preciso avançar!

**IRINY LOPES** é deputada federal PT-ES

# O ÓDIO no horizonte

■ *Lena Azevedo*

A direita se movimenta virtualmente, na ocupação do imaginário, que em determinados momentos pode ser mais avassalador e fora de controle do que se imagina. O ódio nas ruas no segundo turno eleitoral e pós-eleição evidencia este perigo



O desenho de mobilização social que ganhou repercussão a partir de junho de 2013, com as grandes passeatas, o #VemPraRua contra os aumentos de passagem e a violência policial, demorou para ser compreendido.

Anos antes, um grupo de indígenas e pessoas diversas ocuparam o antigo prédio do Museu do Índio, chamada de Aldeia Maracanã, instalação na Tijuca que estava ameaçada de virar um enorme estacionamento do novo estádio do Maracanã, em acordo com Eike Batista e o governo do Rio de Janeiro. Parte dessas pessoas esteve no Ocupa Cinelândia e outras pela cidade.

O fluxo de movimentação desses grupos, surgidos nesse período em todos os cantos do país, é muitas vezes apresentado como tendo uma lógica horizontalizada, sem lideranças e qualquer intenção de disputar espaço na mídia. Relacionam-se às causas das chamadas minorias, ligadas aos direitos humanos e ao direito à cidade.

Tanto a esquerda partidária quanto a direita custaram a entender essa dinâmica dos coletivos, que não se posiciona e que não tem uma identidade fechada (o índio que está na Aldeia Maracanã, pode ser o mesmo que irá defender o aumento dos professores na ocupação da Assembleia Legislativa e assim por diante). É um sujeito político com outras práticas, relacionadas a uma forma diferente de luta.

Enquanto a esquerda dividiu-se quanto aos manifestantes, parte aprovando as manifestações, outras tentando encaixá-los -- principalmente aos *black blocs* -- na lógica das lideranças políticas da oposição, a direita compreendeu esse funcionamento e traçou uma estratégia para tirar proveito da insatisfação geral.

Focou no combate à corrupção, tema que atrai a chamada classe média e criou uma série de perfis nas redes sociais, em 2013, a princípio semelhantes aos dos movimentos autônomos, batendo na tecla anticorrupção.

A onda das multidões nas ruas foi incentivada pela mídia tradicional, principalmente a Rede Globo, que tem exercido a oposição mais que os partidos políticos e aposta no desgaste do governo.





Passada a onda das manifestações, ficou mais fácil identificar os perfis usados pela direita. Ao contrário dos movimentos autônomos, os perfis *fakes* têm um caráter unitário e totalizador.

Isso fica evidente nos eventos criados para datas simbólicas, como o 7 de setembro, o Dia da Bandeira etc., em que o objetivo passa ser atacar a “corrupção no governo”.

O uso de certas datas para marcar “território de luta” é algo que perpassa a política partidária, tanto de direita como de esquerda. Embora nas ruas tais eventos não tenham grande expressão, para a direita interessava colar no imaginário da população uma posição anti-PT e atribuir ao partido a prática “inédita” da corrupção no país, com a ajuda valorosa da imprensa tradicional.

Houve uma paralisia e um bate-cabeça na esquerda que permitiu à oposição, sobretudo ao PSDB, avançar no antipetismo com uso das redes sociais, criando centenas de robôs que cumpriram e ainda cumprem uma tarefa técnica dentro dessa estratégia, que é replicar milhares de vezes *hashtags* contra o PT, o governo Dilma e Lula, associando-os à corrupção.

O PT demorou muito para responder aos ataques. Pode-se dizer que foi apenas com a chegada do Muda Mais que se conseguiu reverter um quadro que estava contaminando o processo eleitoral de 2014.



Manifestações de ódio e ignorância: direitistas queimando bandeira do PT nos protestos de junho de 2013 ...

O site Muda Mais (com perfis no Twitter e no Facebook) deu argumentos aos que defendiam Dilma e mesmo para aquela parcela dos movimentos autônomos que não queria a vitória da direita.

Foi através do Muda Mais que se alcançou, por exemplo, a derrota de Silas Malafaia, que desafiou o PT nas redes sociais. A reação petista, com auxílio da juventude autônoma que luta por direitos humanos, levou a hashtag #MaisAmorMenosMalafaia ao topo dos assuntos mais comentados. Foi TT (Trending Topic) mundial, o assunto mais comentado no Twitter.

O uso das redes sociais não é o único definidor de um resultado eleitoral, mas demonstrou ser imprescindível para a disputa com a direita, considerando, sobretudo, que a mídia conservadora cumpre também um papel na estratégia da oposição.

Um dos exemplos disso é que a mobilização que reuniu quase vinte mil pessoas em São Paulo, contra a tentativa de golpe e em defesa de Dilma, logo após o resultado das eleições, não foi noticiada nos meios tradicionais, mas os 2,5 mil que pediam a volta dos militares e o *impeachment* da presidenta foi repercutido por essa imprensa como se fosse uma multidão.

A direita se movimenta virtualmente, na ocupação do imaginário, que em determinados momentos pode ser muito mais avassalador e fora de controle do que se imagina. O ódio nas ruas no segundo turno eleitoral e pós-eleição evidencia este perigo.

À esquerda é importante perceber que o fluxo dos movimentos autônomos não pode ser enquadrado, mas não há nada que impeça o avanço do diálogo.

Como no inferno de Dante, é preciso deixar as ilusões na porta, largar a práti-

PAULISTA



... e pedindo o impeachment de Dilma e a volta da ditadura militar em dezembro de 2014

ca cristalizada das mobilizações tradicionais, abandonar o fetiche das lideranças e ir para uma franca conversa na “praça”, em que se discute o direito à cidade e outros temas que mobilizam esses grupos.

Esse é um caminho horizontal, que pode apontar para um novo momento e adicionar outras forças na luta. A direita continuará tentando, durante todo o segundo mandato de Dilma, usar meios ilícitos para derrubá-la. Entre os instrumentos encontram-se as redes sociais. O fim do Muda Mais – que esperamos seja passageiro -- deixa uma avenida aberta para que a oposição avance com o anti-petismo e com as tentativas de golpe.

A disputa política é mais intensa nas redes. Por isso torna-se fundamental o retorno do Muda Mais, que além de fornecer dados e ser um referencial na internet e no whatsapp, identificou centenas de robôs do PSDB e traçou es-

tratégias de comunicação a partir da movimentação da direita na web.

O PT precisa ter em conta que a estratégia de comunicação da oposição foi eficiente e seguirá em ritmo intenso. Portanto, a rearticulação do Muda Mais deve estar presente dentro de um planejamento de comunicação, que não pode se restringir ao período eleitoral.

O ataque constante à Petrobras também sugere que, além do Muda Mais, o blog Fatos e Dados necessita voltar. O blog da Petrobrás foi criado para se contrapor ao discurso da mídia, que cumpria uma missão da direita: enfraquecer a empresa.

Quando surgiu, o Fatos e Dados trouxe informações relevantes que anteciparam e desmontaram boa parte do discurso da imprensa/direita. Posteriormente, o blog abandonou a sua função original e passou a fazer uma comunicação burocrática e atrasada, insuficiente fren-



O site Muda Mais deu argumentos aos que defendiam Dilma e desmascarou ataques virtuais contra o governo, o PT e a esquerda

te ao bombardeio sofridos pela Petrobras na mídia. Realinhar o Fatos e Dados à sua atribuição inicial, de se adiantar aos golpes sucessivos e fornecer subsídios que desmobilizem argumentos falsos vendidos como verdadeiros nas redes sociais e na mídia também é estratégico.

Afinal, não é à toa que a Petrobras surge como ponto de disputa em todas as eleições desde Getúlio Vargas. As reservas de petróleo são alvo de cobiça transnacional e os ataques à instituição não cessarão. Portanto, além de reativar o valor crítico do Fatos e Dados, será necessário pensar em outros instrumentos que mantenham a Petrobras viva o suficiente para enfrentar as poderosas forças que não desistirão de tentar privatizá-la.

**LENA AZEVEDO** é jornalista, mora no Espírito Santo

# O QUE FALTA

*Esquerda Petista publica, nesta edição, o projeto de resolução apresentado pelo Coletivo Nacional de Formação para o 3º Congresso Nacional do PT*

O 3º Congresso Nacional do Partido os Trabalhadores realiza-se em uma conjuntura muito particular, em que, tendo conquistado nas urnas um segundo mandato para o governo federal, estamos diante do desafio de fazer deste governo um instrumento capaz de produzir transformações estruturais na vida de brasileiros e brasileiras, no sentido da ampliação da democracia e da soberania nacional, e da superação da dependência econômica e da desigualdade social.

Este desafio possui como pano de fundo uma conjuntura internacional contraditória, marcada, por um lado, pela hegemonia do capital financeiro, pela crescente precarização das condições de trabalho e pelo predomínio ideológico de uma cultura fortemente baseada no individualismo, na concorrência e na prevalência do privado sobre o público.

Por outro lado, temos ventos alvissareiros soprando em algumas partes do mundo, notadamente na América Latina, onde a luta antineoliberal culminou na ascensão simultânea ao poder de diversos governos progressistas e de esquerda.

O 3º Congresso ocorre, também, em um momento muito importante nesses mais de 27 anos de existência do PT. A crise recente por que passou o Partido, se serviu para demonstrar que sua vitalidade está em sua militância e sua base social – que não hesitaram em defender este verdadeiro patrimônio da história dos trabalhadores brasileiros –, também trouxe à tona a necessidade de um profundo debate sobre seus rumos, fundamental para que o PT continue sendo este importante partido da esquerda mundial.

Diante destes desafios, mais do que nunca se faz necessário oferecer ao conjunto da militância do PT os meios e as possibilidades para o aprimoramento de sua formação política, fundamental para aumentarmos a nossa capacidade de organização e de intervenção na realidade social.

Eis uma conclusão com a qual o conjunto dos dirigentes e militantes do Partido parece estar de acordo. Resta, agora, converter essa constatação em ação, possibilitando que aquilo que todos defendem como tese – a intensificação do trabalho de formação política – seja efetivamente posto em prática, a partir da criação das condições estruturais para a realização desta tarefa. Nesse sentido, o 3º Congresso nos oferece uma ocasião oportuna para isso.



O projeto de resolução que ora apresentamos, e que foi elaborado, debatido e aprovado pelo Coletivo Nacional de Formação Política do PT, busca assim propor as bases programáticas e estruturais para um Plano de Formação de longo prazo, capaz de atender as necessidades da militância e dos quadros partidários, colocando esta tarefa como algo central na vida partidária, que deve ser abraçado por todos aqueles que constroem este partido.

Esta proposta não é senão o resultado das reflexões acumuladas ao longo dos anos pelos formadores do PT – expressa nos vários documentos e resoluções aprovados em reuniões, encontros e congressos partidários –, atualizada à luz das novas necessidades históricas e políticas postas para este projeto em permanente construção que é o Partido dos Trabalhadores.

## I. Concepção e bases da formação política petista

O Partido dos Trabalhadores nasceu e consolidou-se, ao longo de sua história, como um instrumento da luta por um futuro melhor para toda a humanidade. Nesta luta, reforçou suas convicções de que só a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista poderiam livrar a sociedade brasileira e mundial das catástrofes em marcha.

Não por acaso, um dos temas que estamos debatendo neste 3º Congresso do PT é o “socialismo petista”, expressão que remete diretamente ao documento de mesmo título aprovado no nosso 7º Encontro Nacional, em 1990, no qual avaliávamos criticamente tanto as experiências social-democratas quanto as tentativas históricas de implantação de governos socialistas, mas reafirmávamos o caráter inequivocamente anticapitalista e socialista do Partido dos Trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores nasceu e consolidou-se, ao longo de sua história, como um instrumento da luta por um futuro melhor para toda a humanidade. Nesta luta, reforçou suas convicções de que só a superação do capitalismo e a **construção de uma sociedade socialista** poderiam livrar a sociedade brasileira e mundial das catástrofes em marcha

Tendo em vista que, para aqueles que assumem como estratégica a luta pelo socialismo, são elementos centrais a disputa de idéias na sociedade e o domínio das ferramentas analíticas que nos permitam analisar a realidade para transformá-la, parece fundamental, para o projeto político do PT, que a formação política esteja entre as tarefas centrais de todos os seus militantes. Aqui, nos referimos à dupla dimensão deste ato: a de formar-se e a de colaborar na formação coletiva.

O PT considera, pois, em sua condição de partido de esquerda e socialista, que a formação política é uma tarefa permanente, que deve dar conta dos seguintes objetivos:

- a) Preparar seus militantes para a luta política e a disputa ideológica na sociedade, possibilitando que o conhecimento teórico e histórico seja um instrumento a serviço das ações concretas cotidianas dos militantes petistas;
- b) Oferecer as condições para que o estudo da teoria política e o conhecimento da história do Partido, seus princípios e suas resoluções sejam acessíveis ao conjunto da militância, permitindo que esta participe de forma ativa e crítica da vida partidária;

- c) Contribuir para a consolidação da identidade dos petistas em torno do projeto político do Partido, bem como para a conformação de uma cultura política socialista;

- d) Capacitar militantes e dirigentes para a atuação na esfera pública e nos demais espaços sociais, qualificando-os para intervir nas questões relevantes postas pelo contexto histórico.

A concepção e as bases de uma política de formação do Partido dos Trabalhadores, portanto, devem estar em consonância com os pressupostos fundamentais do Partido, cujo objetivo estratégico é a transformação da sociedade em direção à construção de um projeto socialista. Essa construção, sendo necessariamente coletiva, deve ser democrática em seus objetivos e métodos.

Por decorrência, a Formação Política do PT deve ser capaz de articular a análise da Teoria Política e da História, o estudo das grandes correntes clássicas do pensamento socialista, o conhecimento da história do Partido e de suas resoluções e o debate dos temas postos em relevo pela experiência prática dos trabalhadores. Isso significa pensar a formação não como um conjunto de conteúdos abstratos, mas como algo vinculado às lutas

concretas, que possa ter inserção real na vida dos trabalhadores.

Além disso, a formação petista deve envolver também a dimensão cultural e artística, em suas várias manifestações, como aspecto fundamental no desenvolvimento da consciência e da capacidade crítica de sua militância.

A formação política no PT deve incorporar ainda as temáticas referentes às questões de gênero, raciais, da diversidade sexual e da inclusão das pessoas com deficiência, bem como as questões ambientais, não como temática particular debatida apenas com os segmentos partidários que militam por essas causas, mas como parte integrante dos conteúdos básicos oferecidos ao conjunto da militância.

Do mesmo modo, se a partilha efetiva e solidária dos anseios, da cultura, dos projetos e das ações dos trabalhadores deve ser um elemento chave da formação política petista, esta no entanto não pode prescindir do desenvolvimento da capacidade de reflexão e teorização, e do estabelecimento de vínculos entre

os projetos locais, setoriais e imediatos, e a contínua elaboração de um projeto histórico e estratégico.

Sendo um processo dirigido politicamente pelo Partido, a formação política petista tem necessariamente um caráter “ideológico”: ela é orientada pelas idéias que defendemos e pelo projeto estratégico que representamos na sociedade. Ao mesmo tempo, ela deve ser democrática no respeito às diferenças de opinião e de formulação no interior do Partido, bem como em sua capacidade de buscar a produção de sínteses e de uma unidade em meio à pluralidade que caracteriza a organização do PT.

A Formação Política deve também contribuir para a manutenção da vitalidade do Partido, já que, para além da transmissão de resoluções e conhecimentos adquiridos, deve provocar o questionamento e dotar nossa militância de capacidade de formulação, levando cada petista à compreensão do modo como sua formação está intrinsecamente ligada ao processo de formação coletiva.

Por isso, a formação política não pode ser encarada como uma atividade lateral, paralela à vida partidária. Para ser eficaz, ela deve ser capaz de incidir sobre o conjunto das atividades do PT, dando um caráter pedagógico e construtivo a toda ação política e contribuindo para a superação de insuficiências e desvios que possam vir a se manifestar na estrutura e no agir do Partido.

É importante também levar em conta que grande número de companheiros e companheiras que se integraram aos quadros partidários no período mais recente da história do Partido não passou por qualquer processo formativo, devendo ser alvo de atenção especial por parte da SNFP e do PT de modo geral.

Outro setor que deverá merecer uma atenção particular na política de formação é a juventude petista. Em razão da descontinuidade por que passou a formação partidária no último período, é forçoso reconhecer que grande parte da nossa militância jovem nunca teve acesso a nenhuma atividade formativa oferecida pelo Partido. E não é possível pensarmos em um futuro para o PT se não prepararmos, hoje, os quadros que deverão conduzir o Partido amanhã.

Considerando ainda que o projeto partidário tem um caráter nacional e unificado, o programa de formação do PT deve adotar igualmente uma linha nacional e unificada, sem prejuízo de que este programa seja complementado com atividades que dêem conta da complexidade da realidade regional do país. Aliás, é importante salientar que a compreensão das particularidades regionais é fundamental para a intervenção política adequada em uma realidade complexa como a brasileira. Evidentemente, cabe aos processos formativos justamente articular essas características particulares com os aspectos mais gerais e universais revelados pela teoria.



## Os pressupostos metodológicos da formação petista

Com relação aos pressupostos metodológicos da Formação Política no PT, vale lembrar que o acúmulo produzido pelo Partido ao longo desses anos buscou construir uma síntese crítica do que se fez nessa área no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, incorporando ainda a própria experiência acumulada pelos coletivos de formação política do PT durante os anos 1990, e levando em conta a contribuição da educação popular, através da chamada metodologia dialética. Também ofereceram importantes aportes a esse processo as novas e velhas contribuições advindas da educação formal, da educação sindical e das experiências de formação política desenvolvidas por outros setores da esquerda brasileira.

A metodologia petista experimentada até aqui, portanto, procurou preservar as principais conquistas didático-pedagógicas que os trabalhadores alcançaram no campo da formação, trabalhando com uma concepção que, de forma mais elaborada, foi apresentada no documento debatido no 1º Congresso do PT, intitulado “Construindo uma nova cultura política”.

Evidentemente, ao tentar sintetizar experiências tão diversas e por vezes contraditórias, nossa elaboração metodológica não conseguiu superar todos os problemas. Faz-se necessária, portanto, a reativação permanente do debate metodológico, que deve ser visto como parte integrante do próprio processo de formação política, e envolver os dirigentes partidários e os formadores, uma vez que as opções metodológicas devem ser feitas tendo como norte o projeto político do Partido.

Se nossa prática formativa visa estimular a análise crítica da realidade social, ela deve ser concebida, ao mesmo tempo, como atividade de formação, pesquisa e



elaboração, e não como mero processo de transmissão de conhecimentos. Ela deve, pois, contribuir para qualificar o debate partidário, possibilitando inclusive que as interpretações divergentes em seu interior sejam melhor compreendidas e discutidas com a profundidade e a consistência necessárias.

Pensado, pois, como um processo capaz de incorporar o debate e as posições e opiniões diferentes existentes no Partido, a formação política do PT deverá ser o mais democrática, aberta e plural possível, sem perder de vista, evidentemente, nossos pressupostos políticos, nosso programa partidário e nossos objetivos estratégicos, com os quais esse processo formativo deve estar plenamente articulado.

## II. A Formação Política do PT e a Fundação Perseu Abramo (FPA)

É impossível falar na formação política do PT sem fazer referência à Fundação Perseu Abramo (FPA).

A FPA, tendo sido criada em 1996 pelo PT para desenvolver projetos de cunho político-cultural, é por excelência um espaço dedicado à reflexão políti-

ca, aos estudos e à pesquisa e, portanto, possui um papel fundamental no desenvolvimento das atividades partidárias de formação.

Evidentemente, pelo seu caráter, a FPA possui uma abrangência de propósitos diferente daquela que constitui eminentemente a formação político-partidária, sendo um importante instrumento de estímulo e articulação dos processos de elaboração intelectual e de produção cultural do pensamento progressista, para além daquele que se organiza no interior do Partido.

Mas sem dúvida a parceria da FPA será um dos pilares para a implementação do programa de formação do PT aqui exposto, a partir do desenvolvimento de ações conjugadas e articuladas que potencializem e fortaleçam tanto a formação política do PT quanto o trabalho da própria Fundação.

## III. A estruturação do trabalho de Formação Política do PT

Tendo em vista os fundamentos expostos acima, os parâmetros políticos gerais do trabalho de formação do PT devem ser:

1. Resgatar a importância da teoria como base para a ação política dos petistas em todos os níveis de militância;
2. Recuperar a importância da luta ideológica;
3. Consolidar a importância da formação política para um partido militante e socialista.

Assim concebida, a formação política, para atingir seus objetivos, deve ser uma preocupação permanente do conjunto do Partido. Deve deixar de ser apenas produto do esforço e dedicação

individuais dos militantes, e passar a ser vista como uma tarefa coletiva pela qual todas as instâncias partidárias são responsáveis. Deve ser compreendida como diretriz política, e não meramente como ação “administrativa”.

Nesse sentido, é fundamental que a formação seja pensada como uma política de longo prazo, continuada, com parâmetros curriculares e metodológicos estruturados e um corpo estável de monitores, que não estejam sujeitos às mudanças na direção partidária, para que este trabalho não sofra as descontinuidades e interrupções que têm marcado, em maior ou menor grau, a formação política do PT ao longo desses anos.

Para isso, precisamos de uma estrutura duradoura, que possa tratar de forma integrada a questão da formação, articulando as diversas instâncias partidárias e as várias iniciativas existentes nesta área. Trata-se, na verdade, de um patamar superior de organização da formação partidária e de uma nova cultura política de formação, capazes de elevar a capacitação de nossos quadros dirigentes, de fornecer o instrumental e o conhecimento necessários para que nossa militância atue de forma mais crítica na sociedade, nos movimentos sociais e no Partido, e ainda de permitir que o conjunto dos filiados conheça plenamente nossa história e nossas resoluções.

Isso pressupõe, fundamentalmente, três medidas centrais:

1. O funcionamento regular do Sistema Nacional de Formação Política;
2. Uma política de financiamento que garanta o funcionamento do Sistema;
3. A consolidação de uma forma superior de organização do trabalho de formação: a Escola Nacional de Formação do PT.



## I. O Sistema Nacional de Formação Política

O Sistema Nacional de Formação Política é constituído pelo conjunto dos programas, entidades e instâncias envolvidas na execução das tarefas de formação. É o Sistema que dá suporte à política permanente de Formação do Partido.

As instâncias que compõem o Sistema são:

■ **Plenária Nacional de Formação (PNF):** é a instância máxima de deliberação das políticas da SNFP, que devem, como de praxe, ser aprovadas pelo Diretório Nacional e pelos encontros nacionais do PT. A Plenária é composta pelo(a) Secretário(a) Nacional de Formação Política, pelos(as) secretários(as) estaduais de formação política, por representantes dos setoriais do Partido, pelos membros do Grupo de Trabalho de Formação (GTF) e pelos formadores integrados ao Sistema. A plenária deve reunir-se pelo menos uma vez por ano, para debater e aprovar os encaminhamentos do Plano Nacional de Formação. Sempre que possível, deve contar com a presença do Presidente e/ou Secretário Geral do Partido.

■ **Coletivo Nacional de Formação (CNF):** é o organismo responsável pelo desdobramento, consolidação e execução do Plano Nacional de Formação. Deve ser composto pelo(a) Secretário(a) Nacional de Formação, pelos secretários estaduais de formação política, por representantes dos coletivos regionais, pelos membros do GTF e por representantes dos setoriais. O Coletivo Nacional deve reunir-se pelo menos a cada quatro meses.

■ **Coletivos Regionais de Formação (CRF):** são responsáveis pela execução e integração das atividades de formação em cada uma das cinco regiões – Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Devem ser compostos pelos secretários estaduais de formação e pelos formadores integrados ao Sistema naquela região, reunindo-se no mínimo a cada dois meses. Nesse sentido, o Plano Nacional de Formação deve prever a realização de atividades de formação descentralizadas nas regiões, inclusive cursos de formação de formadores.

■ **Grupo de Trabalho de Formação (GTF):** constitui-se em uma espécie de comissão executiva do Coletivo Nacional. A ele compete planejar detalhadamente

as linhas de ação propostas pela Plenária e os desdobramentos apontados pelo Coletivo. É composto pelo(a) Secretário(a) Nacional de Formação e por formadores integrados ao Sistema, devendo ser referendado pela Plenária Nacional e reunir-se com a frequência necessária para realizar as suas tarefas.

■ **Secretarias Estaduais de Formação:** Como parte integrante do Sistema Nacional, é condição indispensável que as secretarias estaduais sejam estruturadas, preferencialmente replicando a mesma estrutura da Secretaria Nacional. É responsabilidade das secretarias estaduais a execução, no âmbito de seu estado, do programa nacional e dos programas estaduais de formação de base, bem como os programas de formação de quadros intermediários.

■ **Secretarias Municipais de Formação:** base importante do Sistema Nacional, as secretarias municipais são responsáveis pela execução dos programas locais de formação de base e de formação de quadros intermediários. As secretarias municipais deverão ser estruturadas, respeitando as condições locais, tendo como referência a estrutura da Secretaria Estadual de Formação.

## 2. A política de financiamento para a Formação Política

A compreensão da importância e da necessidade da formação política no Partido deve expressar-se na adoção de uma política de finanças que garanta recursos para a implementação de um programa continuado de formação, no qual a execução dos planos e propostas de trabalho aprovadas pelas instâncias partidárias não esteja sujeita às intempéries financeiras e administrativas.

A esse respeito, o 3º Congresso do PT reafirma a proposta aprovada no 1º Congresso, que destina 10% do orçamento partidário à Formação Política, a ser aplicado em todos os níveis (diretório nacional, diretórios estaduais, diretórios municipais e diretórios zonais). Os recursos devem ser utilizados para os programas de formação correspondentes. Essa dotação orçamentária é fundamental para que o planejamento realizado e os planos de formação aprovados possam ter garantida sua implementação.

## 3. A Escola Nacional de Formação do PT

Para ser capaz de atingir os objetivos pretendidos, e que foram acima expostos, o PT deve consolidar uma forma superior de organização do trabalho de formação, que confira maior estabilidade e permanência ao Sistema Nacional de Formação. Em outras palavras, é preciso que caminhemos no sentido da constituição de uma Escola Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores.

Na concepção de uma Escola Nacional de Formação Política, mais importante que a estrutura física é a estrutura político-pedagógica, ou seja, a existência de um corpo estável de professores, de um núcleo curricular definido, de atividades regulares e continuadas, de uma programação permanente de formação.

O 3º Congresso do PT aprova, assim, a implantação de uma Escola Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores, entendida como parte integrante do Sistema Nacional de Formação, conforme proposta aprovada em 1990 pela Plenária Nacional e, em seguida, pelo 7º Encontro Nacional, e cujo projeto vem sendo debatido ao longo de vários anos pelas secretarias e coletivos de formação do Partido.

A Escola Nacional, portanto, deve ser implantada pelo PT no próximo período. Para isso, todas as ações propostas no Plano Nacional de Formação devem acumular nesta direção. A Escola deverá ser plural e diversa, e possuir uma estrutura autônoma. Será dirigida por um conselho e por uma diretoria, escolhidas pelo Diretório Nacional do PT, da mesma forma como ocorre hoje com a Fundação Perseu Abramo. O(a) Secretário(a) Nacional de Formação, dado seu papel, deverá necessariamente fazer parte desta diretoria.

### 3.1. O corpo de monitores da Escola Nacional

A implantação da Escola pressupõe, como medida fundamental, a constituição progressiva de uma equipe profissionalizada para o trabalho de Formação Política, a ser integrada por formadores com experiência na área, e ainda a consolidação da Rede Nacional de Formadores, constituída pelos quadros partidários capacitados para ministrar os cursos básicos e intermediários de forma a responder as demandas das diversas regiões do país.

Essa articulação da Rede Nacional passa tanto pela atualização do cadastro de formadores já capacitados pela SNFP e por entidades conveniadas, quanto pela realização de novos cursos de Formação de Formadores, com o objetivo de capacitar mais quadros para a área.

Além dessa rede de formadores, o trabalho na Escola deve contar ainda com a colaboração de professores e intelectuais que seja filiados ou simpatizantes do Partido. Muitas vezes, aliás, pelas características das atividades que exercem, esses profissionais têm dificuldade em engajar-se em outras atividades partidárias, mas em geral demonstram grande disposição em participar das tarefas relacionadas à formação política.

Desse modo, pois, a Escola poderá cumprir também este papel: rearticular a intelectualidade petista, reaproximando esse importante setor social da vida partidária.

### **3.2. Os cursos oferecidos pela Escola Nacional**

A grade de cursos oferecida pela Escola Nacional de Formação Política será o resultado do acúmulo produzido pela experiência histórica de formação no PT, podendo e devendo sempre ser acrescida de novas propostas, em razão de exigências da conjuntura ou de novos temas postos em debate pelas próprias transformações sociais.

Deverão fazer parte do currículo permanente da Escola Nacional programas que atendam aos seguintes níveis de formação:

- Pilotos de Formação de Base;
- Formação de Formadores;
- Formação de Quadros Intermediários;
- Formação de Quadros Dirigentes;
- Formação específica voltada à demanda dos setoriais e da ação parlamentar/governamental.

#### **a) Programa Nacional de Formação de Base (FB)**

Um programa de Formação de Base deve fornecer ao conjunto do Partido e seus militantes os instrumentos básicos para a compreensão da sociedade e da proposta partidária para sua transformação. Suas linhas gerais, fundadas nos princípios partidários, devem oferecer as bases para a compreensão do projeto estratégico, do programa e do processo de construção e organização do PT.

Ainda que busque atender à diversidade e pluralidade das forças sociais

que compõem o PT, este programa deve possuir um núcleo básico de conteúdo e proposta metodológica, estando aberto evidentemente às adaptações e complementos que as realidades regionais, setoriais ou conjunturais sugerirem.

Embora a execução desse programa deva ficar sob a responsabilidade das Secretarias Estaduais de Formação, caberá à Escola Nacional a aplicação de projetos-piloto das várias propostas de curso, contribuindo na definição do conteúdo básico e da metodologia, bem como na elaboração e atualização dos roteiros dos monitores e dos materiais a serem utilizados em sua aplicação.

#### **b) Programa Nacional de Formação de Quadros Intermediários (FQI)**

Um programa para Quadros Intermediários deve possibilitar a continuidade da formação para aqueles que já tenham passado pelos cursos básicos, além de atender às necessidades das “lideranças intermediárias” do Partido.

Tais cursos devem, pois, combinar a discussão sobre os aspectos econômicos, políticos e ideológicos da sociedade brasileira e mundial com a capacitação específica para o exercício das diversas funções próprias de uma liderança, em nível setorial, municipal ou regional, seja na esfera pública ou em outros espaços sociais.

#### **c) Programa Nacional de Formação de Quadros Dirigentes (FQD)**

Um programa voltado aos Quadros Dirigentes deve levar em conta a resistência que os dirigentes nacionais do Partido possuem em aderir a um programa de formação, tendo em vista o ritmo intenso de trabalho e o ativismo impetuoso da

maioria de nossos quadros, aliados a uma pseudo autosuficiência teórica e prática – dificuldades que já tinham sido identificadas pelo Coletivo Nacional de Formação por ocasião do 1º Congresso do PT.

Trabalhando com um público heterogêneo do ponto de vista intelectual, político e profissional, e que possui diferentes disponibilidades para um trabalho formativo – basicamente, parlamentares federais e estaduais do partido, ocupantes de postos nos executivos, membros dos diretórios nacional e estaduais, assessores permanentes das instâncias nacionais do PT – o FQD deve ser capaz de oferecer permanentemente seminários, debates e publicações voltados às necessidades dos dirigentes partidários, mas também organizar programas de estudo, que podem conciliar atividades presenciais com atividades acompanhadas à distância, para aqueles dirigentes que se disponham a investir parte de seu tempo nesse trabalho.



#### **d) Programa Nacional de Formação de Formadores (FF)**

Para viabilizar um sistema nacional com condições reais de funcionamento, faz-se fundamental, evidentemente, preparar quadros para ministrar atividades de formação. Nesse sentido, é imprescindível instituir um processo contínuo de capacitação de formadores, dotando um corpo crescente de militantes e dirigentes de elementos para realizar um diagnóstico sobre as demandas de um plano de formação, estabelecer o planejamento e acompanhamento destes planos e realizar processos formativos nos diversos níveis em todas as regiões do país.

Estes formadores, além de assumirem a tarefa de monitoria dos cursos oferecidos, também devem ser capazes de elevar a qualidade do debate político realizado nas instâncias partidárias e de subsidiar os militantes com os instrumentos de análise da realidade que se façam necessários.

Neste sentido, os cursos de FF devem ser pensados também como processos de formação de quadros, oferecendo a capacitação necessária para a realização de análises de conjuntura e para a compreensão dos elementos que fundamentam a elaboração estratégica e a construção partidária, tudo isso articulado com a necessária bagagem didática e pedagógica que deve compor a formação de formadores.

#### **e) Formação específica voltada à demanda dos setoriais e da ação parlamentar/governamental**

Os cursos voltados para atender as demandas de formação específicas dos setoriais do Partido e as exigências particulares de conhecimento para o exercício de atividades institucionais nos governos e nos parlamentos devem ser sempre pensados como uma ação articulada entre a SNFP e as demais secretarias nacionais do Partido.

Uma atenção especial, nesse sentido, deve ser dada para os militantes que atuam nos diversos movimentos sociais, bem como para aqueles quadros partidários que estão iniciando sua atuação nos parlamentos, sobretudo no exercício de mandatos municipais.

No que se refere aos movimentos sociais, é importante termos em mente os laços orgânicos que muitos militantes petistas possuem com suas várias entidades, bem como o papel que o PT tem a cumprir na organização das lutas sociais.

Já no que se refere à atuação em governos e parlamentos, não podemos nos esquecer de que o PT ocupa hoje espaços de grande relevo na institucionalidade brasileira, a começar pelo governo federal, passando pelo governo de importantes estados da federação, por centenas de prefeituras e por um número expressivo de deputados federais, senadores, deputados estaduais e vereadores.

Assim, é importante que as atividades de formação política contribuam para qualificar nossa intervenção tanto na luta social quanto na luta institucional, colocando-as a serviço de nossos objetivos programáticos e estratégicos.

Além de oferecer estes cursos, a Escola Nacional deverá fornecer o apoio e o material necessários para que as experiências de formação implementadas nacionalmente possam ser reproduzidas em âmbito estadual e local.

### **3.3. Outras atividades da Escola Nacional**

A Escola Nacional de Formação Política do PT, além de oferecer cursos regulares para o conjunto da militância partidária em seus vários níveis de conhecimento e áreas de atuação, deve ser um espaço de elaboração teórica e de discussão política.



Nesse sentido, a Escola deverá promover – em conjunto com a Fundação Perseu Abramo – seminários, colóquios e debates abordando temas e questões que, pela sua importância e atualidade, tenham incidência sobre a ação do Partido e sobre a construção de seu projeto estratégico.

Essas atividades deverão ser capazes de trazer para a vida partidária os intelectuais e quadros teóricos que queiram contribuir com o trabalho de formação e de formulação política, ampliando o horizonte e o alcance de nossas reflexões.

Desse modo, a Escola e a FPA poderão oferecer uma importante contribuição para a elaboração teórica do Partido e para a retomada de estudos mais aprofundados sobre temas centrais para a esquerda, como as características do capitalismo contemporâneo, a atualização das análises sobre a formação social brasileira e a própria teoria socialista.

Além disso, a Escola Nacional, em associação com a FPA, deve dedicar-se também à elaboração dos materiais necessários aos processos de formação, como publicações de caráter didático, recursos audio-visuais de conteúdo formativo etc., bem como à organização e disponibilização eletrônica dos textos básicos usados nos cursos. A idéia é que esses materiais possam ser distribuídos amplamente para os militantes da base do partido.

De forma complementar aos cursos de caráter presencial – fundamentais para uma formação que não deve se limitar à simples transmissão de conhecimentos –, a Escola desenvolverá e promoverá também atividades de formação à distância, utilizando para isso os recursos tecnológicos disponíveis. Isso será importante para que o alcance dos programas de formação se amplie, e para que as experiências realizadas possam ser multiplicadas para setores mais amplos da base do partido.

### **3.4. Cronograma de implantação da Escola Nacional**

Uma vez aprovada a criação da Escola Nacional, caberá à Secretaria Nacional de Formação Política implementar as seguintes atividades e cronograma, com vistas a garantir sua efetiva implantação :

- a) Promover um seminário internacional sobre escolas de formação partidárias (setembro/dezembro de 2007);
- b) Realizar um processo de escolha para o nome da Escola, através de ampla consulta ao Partido, nos moldes do que foi feito quando da escolha do nome da revista Teoria e Debate (setembro/dezembro de 2007);
- c) Definir uma proposta detalhada para o conteúdo dos cursos e demais programas de formação oferecidos pela Escola, incluindo (quando for necessário) os cursos-pilotos (janeiro/junho de 2008);
- d) Realizar um processo de seleção dos professores e colaboradores permanentes, com base na apresentação de currículos detalhados (julho/dezembro de 2008);
- e) Dar encaminhamento aos procedimentos necessários para o aluguel ou compra do imóvel onde deverá funcionar a sede da Escola (janeiro/março de 2009);
- f) Inaugurar formalmente as atividades da Escola Nacional, com o início da primeira turma de cursistas (março de 2009).

### **Considerações finais**

O Partido dos Trabalhadores, ao longo de suas quase três décadas de existên-

cia, participou ativamente das principais lutas dos trabalhadores da cidade e do campo. Marchou junto com as mulheres, os negros, os portadores de deficiência, os ambientalistas, os ativistas dos direitos dos GLBTT e dos direitos humanos em geral. Propôs um modo diferente de governar e legislar. Chegou à Presidência da República. Consolidou-se, não sem tropeços e percalços, como um dos mais importantes partidos da esquerda mundial.

Estamos diante agora de um novo desafio: aprovar as diretrizes estratégicas e programáticas que permitirão ao PT manter a vitalidade e, sobretudo, a capacidade de incidir na realidade social, visando transformá-la. Queremos transformar a realidade para construir uma sociedade justa e igualitária – uma sociedade socialista – que supere as mazelas do modelo capitalista de organização social. Esse é o objetivo histórico que nos serve de norte.

Para estarmos à altura desse desafio, mais do que nunca é necessário qualificar nossos dirigentes e militantes, ampliando seu potencial para refletir sobre o país e o mundo, e para intervir na disputa político-ideológica que se trava cotidianamente na sociedade.

O 3º Congresso, pois, reafirma o papel e a importância da formação política, e a disposição do conjunto das instâncias partidárias em empreender os esforços necessários para que, no próximo período, consagre-se no PT uma cultura permanente de debates e reflexões e uma elevação do nível cultural, político e ideológico do conjunto de nossos militantes.

Essa nova cultura e esse novo nível de consciência devem ser pensados como parte fundamental da construção e da organização partidárias – e também como instrumentos da luta por um mundo melhor, razão última da existência do Partido dos Trabalhadores.



A comemoração de nossos 35 anos de história ocorre num momento especial. **Vivemos a abertura de um novo ciclo político**, que nos exige o enfrentamento de novos desafios. Fundamental, nesse contexto, será nossa capacidade de lançar um olhar autocrítico sobre as insuficiências e sobre os erros que cometemos até aqui

■ *Carlos Henrique Menegozzo*

**A**niversários do PT são sempre momentos de comemoração para os petistas. E não poderia ser diferente: são muitas as conquistas a celebrar.

E foram essas conquistas aquilo que mais reforçamos na resposta ao feroz ataque desfechado diuturnamente contra o nosso partido pelas classes dominantes. Por isso, nos últimos anos, evitamos muitas vezes a reflexão sobre nossos limites e erros, o que abriria flancos para os ataques das elites que durante 500 anos governaram este país.

A comemoração de nossos 35 anos de história, todavia, ocorre num momento especial. Vivemos a abertura de um novo ciclo político, que nos exige o enfrentamento de novos desafios. Fundamental, nesse contexto, será nossa capacidade de lançar um olhar autocrítico sobre as insuficiências e sobre os erros que cometemos até aqui. Isso vai permi-

tir corrigir rumos e ampliar ainda mais nossas conquistas, com o intuito de elevar as massas trabalhadoras à condição dirigente, buscando uma mais justa distribuição da riqueza e do poder político.

A convocatória do 5º Congresso Nacional do PT, cuja segunda etapa é prevista para 2015, é bastante clara a respeito da necessidade e importância de um balanço histórico mais apurado da nossa trajetória. Segundo a convocatória, “a ausência de um balanço aprofundado de nossa experiência de governo e de nossa presença na sociedade dificulta a construção e continuidade de nosso projeto político. [...] O Congresso deverá dedicar um espaço importante para analisar a situação e as perspectivas do PT”.

Muitas, entretanto, são as dificuldades que se impõem a esta tarefa. A começar por alguns traços que podemos considerar essenciais do petismo e que, de algum modo, respondem também por suas maiores qualidades. O PT des-

de o início se apresentou como um partido de massas e plural, aberto ao conjunto dos trabalhadores. Por isso, não poderia impor à classe uma ideia fechada. Ao contrário, o PT deveria ser – e de fato foi, como ainda é – a expressão da própria classe que pretende organizar e representar.

O lado ruim disso é que o PT nasceu e cresceu com certa aversão à teoria e com dificuldade de estabelecer definições políticas sobre uma série de temas, evitando com isto prejudicar seu caráter de massas e composição plural.

Escrevia Emir Sader em 1988: “quase dez anos depois de sua fundação, as experiências acumuladas – e, principalmente, as exigências da posição conquistada pelo partido – se adiantavam largamente às formulações conscientes. O PT não fazia a teoria de sua prática, depois de ter optado por não adiantar a teoria de uma prática que tinha ainda que desenvolver”.

Definições teóricas e políticas sobre problemas com os quais o PT se defronta não implicam em restringir seu caráter massivo e plural. Mas devem partir – e isto é incontornável – de uma disposição autocrítica, decidida a reconhecer erros e limites. E também por isso balanços são tão dolorosos e difíceis.

Nas palavras de Gramsci, “o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, essa análise”.

A disposição autocrítica e melhores definições teóricas e políticas são certamente condições para o sucesso de um esforço coletivo de balanço histórico da nossa trajetória. Mas isso ainda não basta. Precisamos acertar a embocadura da reflexão: não se trata de mero exercício acadêmico, ou de sucessão de fatos, resoluções e personalidades. Realizar um balanço do PT implica em fazer perguntas à história inspiradas pelos desafios com os quais nos defrontamos agora; e abordando o PT não como fenômeno isolado, mas inserido num contexto social mais amplo.

Por sua vez, os temas que é preciso investigar, entendendo como foram tratados no PT para colher, assim, elementos para elaborações futuras, estão dados nas convocatórias do 5º Congresso – são eles, em resumo: concepção de socialismo, estratégia e organização partidária.

Necessária a estas investigações, sem dúvida, são as fontes históricas: memórias de militantes, arquivos e a bibliografia dedicada ao partido. Daí a importância do Centro Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Perseu Abramo, responsável pela guarda, tratamento e disponibilização do patrimônio histórico do PT.

Dentre os temas, todavia, um deles merece atenção especial, pois engloba os demais. Trata-se das questões de organização. Se em Marx e Engels encontramos princípios concretizados por Lenin numa concepção partidária; nossas referências estratégicas e programáticas, encontradas sobretudo em Gramsci e Poulantzas, carecem de tal objetivação. Encarar o fato de que o balanço do PT, para ser realizado, precisa ser tratado como desafio prático e coletivo, nos leva a dar passos importantes na reflexão sobre a própria concepção de partido que nos falta e que precisamos para elevar nossa capacidade prática e teórica como força organizada e projeto de poder.

Outro e último aspecto importante a se pensar quando se trata de fazer um balanço histórico do PT é o seguinte: o petismo é uma tradição bastante auto-referenciada e isso nem sempre ajuda quando se trata de fazer balanço.

Encarar o fato de que o balanço do PT, para ser realizado, precisa ser tratado como **desafio prático e coletivo**, nos leva a dar passos importantes na reflexão sobre a própria concepção de partido que nos falta e que precisamos para elevar nossa capacidade prática e teórica como força organizada e projeto de poder



Surgido como alternativa ao socialismo de matriz stalinista e ao reformismo, o PT se situa numa tradição de socialismo democrático; mas tem dificuldade de reconhecer seus vínculos com essa tradição (devido, sobretudo, a sua dificuldade de lidar com teorias), apresentando-se muitas vezes como uma absoluta novidade histórica.

Daí a pergunta: será suficiente ao avanço do nosso projeto de poder um balanço histórico que se restrinja ao PT? Dito de outro modo: será suficiente um balanço que se limite aos termos a partir dos quais o petismo define a si mesmo, apresentando-se como uma suposta novidade isolada na história? Um bom balanço deve extrapolar esses limites, reconectando o socialismo petista e sua estratégia democrático-popular às reflexões sobre socialismo, estratégia e organização partidária acumuladas na tradição socialista democrática em escala internacional.

E para ajudar na tarefa – de buscar elementos da história do PT, tanto quanto da tradição socialista democrática, e que são igualmente necessários a uma boa reflexão sobre nossa trajetória e desafios futuros – oferecemos ao leitor uma breve seleção bibliográfica. Tal seleção inclui materiais não apenas sobre o PT e a esquerda na América Latina; mas também sobre os movimentos de oposição socialista democrática ao stalinismo em todo o bloco soviético, e sobre as conquistas e problemas da experiência comunista na Europa Ocidental, entre tantos outros temas que precisamos resgatar neste momento de profundas reflexões – nas quais, vale frisar, todo petista está convocado a contribuir.

**CARLOS HENRIQUE MENEGOZZO** - sociólogo, bibliotecário e especialista em arquivologia. Trabalha na Fundação Perseu Abramo, onde é responsável pelo arquivo histórico do Diretório Nacional do PT.

## INDICAÇÕES DE LEITURA

REIS FILHO, Daniel Aarão. *As revoluções russas e o socialismo soviético*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

POMAR, Wladimir. *Rasgando a cortina*. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1991.

CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. 2 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

DESGRAUPES, Pierre; DUMAYET, Pierre (Org.). *Praga: quando os tanques avançaram*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1968.

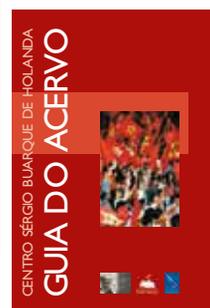
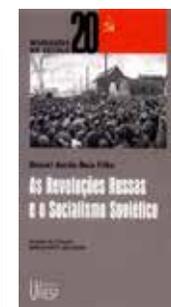
ANDERSON, Perry; CAMILLER, Patrick (Org.). *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

RIBEIRO, Pedro Floriano. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: Edufscar, 2010.

MENEGOZZO, Carlos Henrique. *Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada (1978-2002)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

MENEGOZZO, Carlos Henrique (Org.). *Centro Sérgio Buarque de Holanda: guia de acervo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SILVA, Fabrício Pereira da. *Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.



# 2015: DEBATE E LUTA

■ *Adrielle Manjabosco*

Em 2015 o ritmo será tão ou ainda mais intenso que 2014. Além do acirramento da luta de classes, da polarização política e da necessidade de intensificar as lutas e mobilizações sociais, 2015 também contará com **intensos debates e disputas** no âmbito de importantes organizações políticas, entidades e movimentos

**P**assamos 2014, ano da campanha eleitoral e da reeleição da presidenta Dilma, da criação dos comitês e do Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva e Soberana pela Reforma Política, além de tantas outras atividades e mobilizações que envolveram a militância dos partidos políticos e movimentos sociais da esquerda brasileira.

Em 2015 o ritmo será tão ou ainda mais intenso que 2014. Além do acirramento da luta de classes, da polarização política e da necessidade de intensificar as lutas e mobilizações sociais, 2015 também contará com intensos debates e disputas no âmbito de importantes organizações políticas, entidades e movimentos.

Teremos o 12º Congresso nacional da principal central sindical que organiza a classe trabalhadora no Brasil hoje, a Central Única dos Trabalhadores. Teremos os congressos das duas entidades nacionais

do movimento estudantil, o 54º Congresso da União Nacional dos Estudantes (CONUNE) e o 41º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (CONUBES). Teremos o 5º congresso do maior partido da esquerda brasileira: o Partido dos Trabalhadores; e também a 3ª Conferência Nacional da Juventude do PT. Entre outros, ocorrerá também o 2º congresso da Articulação de Esquerda – tendência petista que completará, em 2015, 22 anos de existência.

Os congressos são espaço de debate promovido pelas entidades, movimentos sociais e organizações partidárias, envolvendo a respectiva militância e base social. Além de avaliar sua atuação e repensar aspectos político-organizativos, é nos congressos que são deliberadas as diretrizes políticas e programáticas que irão nortear a ação destas organizações no período seguinte. Comumente, é também nos congressos onde se elege as direções, podendo ser tanto nacionais como estaduais e municipais.





A SEGUIR, UM RESUMO DE CADA CONGRESSO, SEGUINDO A ORDEM CRONOLÓGICA.



A pauta do **2º CONGRESSO DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA** (Instituto Cajamar, de 2 a 4/4/2015) inclui os seguintes temas: os desafios e propostas para o segundo mandato Dilma Rousseff, para a luta social, para a comunicação e cultura, para os governos/parlamentos estaduais e municipais, para as eleições 2016 e 2018; nossas propostas de reforma programática, estratégica e organizativa do Partido dos Trabalhadores; atuação e organização da Articulação de Esquerda. Nas etapas municipais, estaduais e nacional do 2º congresso também serão eleitas as respectivas e comissão de ética.



A plenária nacional do **5º CONGRESSO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES** (Salvador, 11 a 14/6/2015) será dedicada a dois temas: estratégia e conjuntura (situação nacional e internacional, desafios do 4º governo) e organização partidária (mudanças estatutárias e modelo de organização do partido).

O congresso do PT pretende ser um amplo espaço de mobilização, organização partidária e debate estratégico de um programa democrático, popular e socialista para o Brasil. Para isso o congresso tem a perspectiva de envolver o conjunto da militância petista, filiados e não filiados, movimentos sociais, intelectualidade democrática e juventude.



O **CONGRESSO DA UNE** está previsto para mês de junho de 2015. O ponto de partida será o Conselho de Entidade Gerais (CONEG), previsto para março. O CONEG, que reúne DCE's, UEE's e Executivas de Curso, deverá convocar, definir a data, o local e o tema do CONUNE. Provavelmente em abril e maio os estudantes elegerão seus delegados e delegadas ao CONUNE.

Espera-se que este CONUNE venha acompanhado de um amplo processo de debate e mobilização da militância estudantil. Tal processo deve atualizar a plataforma de lutas da entidade, contemplando desde pautas educacionais tais como a avaliação da expansão do ensino superior, a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), a assistência estudantil e a reforma universitária, como também pautas que vem sendo encampadas pelo conjunto dos movimentos sociais e juvenis, tais como a democratização da mídia e a reforma política. Além disso, o CONUNE será um espaço oportuno para avaliar as últimas gestões da entidade, repensar seus métodos e estrutura organizativa.





O **12º CONGRESSO DA CUT** (São Paulo, de 13 a 16/10/2015) começa nos meses de março e abril,

com seminários para debater a política econômica, a reforma política, a democratização dos meios de comunicação e os governos estaduais. Em setembro haverá nova rodada de debates sobre conjuntura, estratégia, plano de lutas, reformas estruturais, condições de trabalho, organização sindical, entre outros temas.

O 12º Congresso da CUT tem como objetivos mobilizar a classe trabalhadora e o sindicalismo cutista; fortalecer a organização sindical e sua capacidade de intervenção na defesa dos interesses históricos e imediatos da classe trabalhadora; fortalecer as relações da CUT com os movimentos sociais e com a juventude, visando a luta por reformas no país.



O **41º CONGRESSO DA UBES** (previsto para 12 a 15/11/2015) será convocado por um Encontro de Grêmios,

que até o momento está previsto para setembro. Assim como no Congresso da UNE, os delegados serão eleitos na base, neste caso nas escolas.

Esperamos que o próximo CONUBES debata qual modelo de educação deve ser defendido pelo movimento secundarista, que reformas são necessárias no ensino, além de pensar estratégias para o enraizamento da UBES nas escolas. Outro desafio será construir uma agenda política que contemple a atuação da UBES nas campanhas dos movimentos sociais, com destaque para os temas da reforma política e da democratização da mídia.



O **3º CONGRESSO NACIONAL DA JUVENTUDE DO PT** também está marcado para 2015.

O calendário das etapas municipais e estaduais, assim como a data da plenária nacional do Congresso da JPT serão discutidos pela Direção Executiva Nacional da JPT, em reunião prevista para janeiro de 2015. Nas etapas do congresso serão eleitas as direções municipais, estaduais e nacional da juventude, além dos respectivos secretários.

O ConJPT deverá envolver o conjunto de jovens militantes, simpatizantes, filiados/as e não filiados/as ao partido. Além de avaliar as atuais gestões das secretarias da JPT, o governo Dilma e as políticas de juventude, a perspectiva é sobretudo debater como dar organicidade a militância que foi as ruas eleger nosso projeto.

Como vimos, para além da grande luta política, a agenda de 2015 será de intenso debate.

**ADRIELE MANJABOSCO** é dirigente da UNE

<b>Congresso</b>	<b>Data Nacional</b>	<b>Local</b>	<b>Etapas- Antecedentes</b>
<b>2º Congresso da AE</b>	2,3,4 e 5 de março	Instituto Cajamar - SP	<b>Municipais:</b> Janeiro, fevereiro e março <b>Estaduais:</b> março
<b>5º Congresso do PT</b>	11, 13 e 14 de Junho	Salvador - BA	<b>Municipais:</b> março e abril <b>Estaduais:</b> maio
<b>54º Congresso da UNE</b>	Junho (indicativo)	GO, DF ou SP	<b>CONEG (indicativo):</b> março Eleição de delegados: março, abril e maio
<b>12º Congresso da CUT</b>	13, 14, 14 e 16 de outubro	São Paulo	<b>Assembleias dos Sindicatos:</b> Março e maio: <b>Mai, Junho, Julho e Agosto:</b> Congressos Estaduais da CUT
<b>40º Congresso da UBES</b>	12,13,14 e 15 de novembro	DF, GO, SP ou MG	<b>Encontro de Grêmios (indicativo):</b> Setembro
<b>3º Congresso da JPT</b>	A definir	A definir	A definir



## TORTURADORES E CÚMPLICES IDENTIFICADOS PELA CNV

General Leônidas Pires Gonçalves \* General José Nogueira Belham \* General Carlos Xavier de Miranda \* General Darcy de Matos \* General Edson Sá Rocha \* General Ernani Jorge Correa \* General Gentil Nogueira Paes \* General João Pinto Pacca \* General Leo Etchegoyen \* General Newton Cruz \* General Nilo Canepa da Silva \* General Nilton Cerqueira \* General Oscar Bandeira de Mello \* General Ricardo Agnese Fayad \* General Ruy de Paula Couto \* General Samuel Alves Correa \* General Sebastião Ramos de Castro \* General Thaumaturgo Sotero Vaz \* Vice-almirante Edmundo Herculano \* Tenente-brigadeiro Jorge José de Carvalho \* Brigadeiro Nereu Peixoto \* Coronel Audir Maciel \* Coronel Atila Rohrsetzer \* Coronel Brilhante Ustra \* Coronel Wilson Chaves Machado \* Coronel Leo Frederico Cinelli \* Coronel Sebastião Curió Rodrigues de Moura \* Coronel Aluísio Madruga de Moura \* Coronel Celso Lauria \* Coronel Ney de Mello Meziat \* Coronel Francisco Demiurgo \* Coronel Gilberto Zenkner \* Coronel Aníbal de Carvalho Coutinho \* Coronel Antonio Cúrcio Neto \* Coronel Armando Avólio Filho \* Coronel Luiz Arthur de Carvalho \* Coronel João Leivas Job \* Coronel Herbert Curado \* Coronel Homero Machado \* Coronel Hugo Coelho de Almeida \* Coronel José Nei Antunes \* Coronel Luiz Valle Correia Lima \* Coronel Murilo Alexander \* Coronel Raymundo Ronaldo Campos \* Coronel Rubens Paim Sampaio \* Coronel Sebastião Alvim \* Coronel Ydyno Sardenberg Filho \* Coronel-aviador Gustavo de Oliveira Borges \* Coronel-aviador Ferdinando Muniz de Farias \* Coronel-aviador Leuzinger Marques Lima \* Coronel-aviador Lúcio Valle Barroso \* Coronel-aviador Miguel Cunha Lanna \* Coronel PM Euro Barbosa de Barros \* Coronel PM João Rodrigues Pinheiro \* Coronel PM Luiz Ferreira Barros \* Coronel PM Sebastião de Oliveira e Souza \* Coronel PM Valter Jacarandá \* Tenente-coronel José Brant Teixeira \* Tenente-coronel Lício Ribeiro Maciel \* Tenente-coronel Maurício Lopes Lima \* Tenente-coronel Zuiderzee Nascimento Lins \* Tenente-coronel PM Riscala Corbage \* Capitão de mar e guerra Herculano Mayer \* Capitão de mar e guerra Uriburu Cruz \* Capitão de corveta Júlio Saboya Jorge \* Major Innocência Fabrício Beltrão \* Major Gastão Barbosa Fernandes \* Major Rubens Robine Bizerril \* Major José Montenegro de Magalhães Cordeiro \* Capitão Areski Abarca \* Capitão Attila Carmelo \* Capitão Deoclécio Paulo \* Capitão Dulene dos Reis \* Capitão Jacy Ochsendorf \* Capitão Jurandy Ochsendorf \* Capitão Roberto Duque Estrada \* Tenente Jamil Jomar de Paula \* Tenente José Conegundes do Nascimento \* Tenente PM Tamotu Nakao \* Subtenente Ubirajara Ribeiro de Souza \* Cabo Marco Povolleri \* Cabo Félix Freire Dias \* Marcos Camillo Cortes, diplomata \* Delegado Alcides Singilo \* Delegado Aparecido Laertes Calandra \* Delegado Ary Casagrande \* Delegado Carlos Alberto Augusto \* Delegado Carlos de Brito \* Delegado Cláudio Guerra \* Delegado David Araújo \* Delegado Dirceu Gravina \* Delegado Edsel Magnotti \* Delegado Firmino Rodrigues \* Delegado Marco Aurélio da Silva Reis \* Delegado Pedro Seelig \* Delegado Raul Nogueira de Lima \* Delegado Redivaldo Acioly \* Delegado Renato DAndrea \* Delegado da PF João Lucena Leal \* Delegado da PF Josecir Cuoco \* Ailton Guimarães Jorge, ex-oficial \* João Henrique Ferreira de Carvalho (Jota), informante \* José Anselmo dos Santos (Cabo Anselmo), informante \* Investigador Pedro Antonio Mira Grancieri

Processo criminal e cadeia neles \*

Cassação de títulos, honrarias e proventos